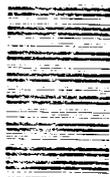


ESPINHOSO CAMINHO *para a* LIBERDADE

CONFLITOS NO CAMPO — 1990



CF0007



COMISSÃO
PASTORAL
DA TERRA


Edições Loyola

SUMÁRIO

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 90

É uma responsabilidade do Secretariado Nacional da CPT

Sector de Documentação

Caixa Postal 749
74.001 Goiânia-GO, Brasil
Telefone(062) 223-4039 — 224-4436
Telefax (062) 225-4967

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é um organismo ligado à Linha 6 — Pastoral Social — da CNBB. Tem como objetivo central "interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em função dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais" (Conclusão n.º 1 do Encontro de Goiânia sobre Terra e Migrações na Amazônia Lêgal, junho de 1975).

Goiânia, abril de 1991

Foto da capa de J.R. Ripper/ Imagens da Terra

AGRADECIMENTOS

Esta é uma publicação elaborada pelo conjunto do Secretariado Nacional da CPT (Assessoria e Sector de Documentação), com a colaboração direta dos Regionais da CPT. Agradecemos a colaboração especial de:

- Movimento de Leigos para a América Latina (MLAL), pela colaboração de Luciano Fazio na programação e processamento de dados.
- Antônio Carlos Moura, pela revisão final do texto.
- INESC, pelo levantamento de dados oficiais.
- Imagens da Terra — pelas fotografias cedidas.

APRESENTAÇÃO	3
I — CONQUISTA DE TERRA E CIDADANIA	4
1. No conflito, os pobres transformam a sociedade	5
2. Luta pela terra	5
3. Luta pelo valor do trabalho	8
4. Luta pelo trabalho livre	9
5. Direito ao preço do produto do trabalho	11
6. Luta pelo uso da água	12
7. Luta pelo direito de viver	13
8. A revolução subversiva e silenciosa da mulher	13
II — A PRIVATIZAÇÃO DO ESTADO E A VIOLÊNCIA NO CAMPO	16
1. O Brasil Novo e a privatização do Estado	17
2. A modernidade no atoleiro	24
3. A "modernização" contra a agricultura informal	26
4. A seca, instrumento de dominação	27
III — O PODER JUDICIÁRIO E OS CONFLITOS NO CAMPO	30
1. A (in)justiça para os pobres do campo	31
2. O Judiciário: sua finalidade, composição e funcionamento	31
3. Os conflitos no campo e a mediação da lei	32
4. Para os pobres, o Direito Penal	32
5. O Direito Penal e os julgamentos em 1990	33
6. Assassinatos no campo: crime e impunidade	34
7. Onde estão os condenados?	34
IV — A FÉ CRISTÃ ILUMINA E REFORÇA A LUTA	36
1. A fé camponesa	37
2. A "fé" dos mercenários	38
3. As Igrejas e o sofrimento dos lavradores	38
4. Romarias da Terra	39
5. Pastoral da Terra	40
V — SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL	42
QUADROS:	
1 — Quadro comparativo — Conflitos no campo (85-90)	44
2 — Brasil 90: Estados e Regiões (IBGE)	44
3 — Conflitos de Terra 1990 — Violência contra a pessoa	45
4 — Conflitos de Terra 1990 — Violência contra a propriedade	46
5 — Ocupações de terra em 1990	47
6 — Assassinatos em 1990	48
7 — Tentativas de assassinato	50
8 — Ameaçados de morte em 1990	51
9 — Casos de trabalho escravo em 1990	55
10 — Mortes de bóias-frias em 1990	55
11 — Bóias-frias feridos em 1990	56
12 — Assentamentos no Mato Grosso do Sul	56
MAPAS:	
1 — Conflitos de terra por regiões em 1990	41
2 — Ocupações de terra no Brasil (1990)	29
3 — Concentração Fundiária por regiões (IBGE)	35
ANEXOS:	
1 — Ocupações de terra (1987-1990)	59
2 — Gráfico: Concentração fundiária (IBGE)	59
3 — Estrutura fundiária (IBGE)	60
4 — Concentração fundiária por regiões (IBGE)	61
5 — Fontes de pesquisa	62
6 — Nossos critérios de trabalho	64



EXPEDITO RIBEIRO DE SOUZA, Presidente do STR de Rio Maria (PA), poeta comprometido com a luta dos posseiros, ansiando por terra e liberdade, várias vezes marcado para morrer. Morte anunciada na véspera e não evitada. Assassinado em 2/2/91. A ele e aos ainda ameaçados, dedicamos este trabalho.

© João R. Ripper

DOIS PRISIONEIRO

- | | | |
|---|--|--|
| 1 — Sabiá prisioneiro
fechado numa gaiola
privado da liberdade
não tem nada que consola! | 7 — Sabiá, nossa sentença
parece que somos iguais
não dá para gente saber
qual dos dois que sofre mais:
eu preso na realidade
você preso de verdade,
palmeiras seus palmeiras! | tomando o calor do dia
trabalhando com alegria
batendo forte no peito! |
| 2 — Sabiá, nossa vida
não é muito diferente
o meu peito está sentindo
tudo o que seu peito sente
você aí a cantar
eu aqui a improvisar
a vida de nossa gente! | 8 — Canta, canta, sabiá,
fechado nessa gaiola
privado da liberdade
não tem nada que consola
te comparo a um seresteiro
quando canta num terreiro
pontecendo uma viola! | 13 — Quero ouvir lá nas quebradas
o carro de boi cantando
o brado de um carreiro
no espaço ecoando
a poeira levantar
e os toureiros voar
quando a roça tá queimada! |
| 3 — Seu cantar é o mais sentido
dos pássaros do meu sertão
alguém te fez prisioneiro
fechado nesta prisão
tu cantas pra não chorar
este seu triste cantar
implora a libertação! | 9 — Sabiá de peito roxo
que canta no cerrado
na sombra dos palmeirais
hoje canta aprisionado
canta pela liberdade
aonde voa à vontade
como voou no passado! | 14 — Quero ouvir também as vozes
do canário da campina
quero ver também os lindos
regatos
que corre água cristalina
e as matas coloridas
verdejantes, tão floridas
que a natureza domina! |
| 4 — Sabiá prisioneiro
privado da liberdade
eu também sou prisioneiro
vivendo aqui na cidade
bem longe do meu sertão.
Está o meu coração
ferido pela saudade! | 10 — Também sou como você
procuro a libertação
eu quero rever de novo
a vida do meu sertão
de morar numa palhoça
do meu trabalho de roça
cuidando das plantações! | 15 — Sabiá prisioneiro
querendo libertação
quer cantar em suas matas
sua excelente canção
nosso sofrimento é igual
eu também quero voltar
pro meu querido sertão! |
| 5 — Sabiá prisioneiro
quando escuto seu cantar
do meu bonito sertão
pego logo a recordar
das flores do mês de setembro
quando tu canta eu me alegro
dá vontade de chorar! | 11 — Quero rever meu sertão
com seu bonito luar
num terreiro da choupana
um violeiro a cantar
sua excelente toada,
quero ouvir de madrugada
o canto do sabiá! | 16 — Eu te digo, sabiá
vida dura, essa nossa:
enquanto eu tô cobiçando
de morar numa palhoça
você aí aprisionado
canta muito apaixonado
me faz lembrar de uma roça! |
| 6 — Pois também sou prisioneiro
da grande realidade
distante do meu sertão
vivendo aqui na cidade
neste meu triste sofrer
cansado de padecer
implorando a liberdade! | 12 — Quero ver o sertanejo
pegado no pé do eito
no cabo de sua enxada
tão alegre e satisfeito | 17 — Esta é uma verdade
toda cheia de razão
somos dois prisioneiros
queremos libertação
eu quero ouvir seu cantar
quando a manhã raiar
nas plagas do meu sertão! |

SIGLAS

ABRA	— Associação Brasileira de Reforma Agrária	Incrá	— Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
AJUP	— Instituto Apoio Jurídico Popular	Inpa	— Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
APCR	— Apoio às Pequenas Comunidades Rurais	LBA	— Legião Brasileira de Assistência
Assera	— Associação dos Servidores da Reforma Agrária	Mara	— Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária
BTN	— Bônus do Tesouro Nacional	MEB	— Movimento de Educação de Base
Campo	— Companhia de Promoção Agrícola	MST	— Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
CAP	— Compra Antecipada da Produção	OIT	— Organização Internacional do Trabalho
CEE	— Comunidade Econômica Européia	ONU	— Organização das Nações Unidas
Cepaigo	— Centro Penitenciário Agroindustrial de Goiás	Padap	— Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (MG)
CNBB	— Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	Papp	— Programa de Apoio à Pequena Produção
CNS	— Conselho Nacional dos Seringueiros	PGC	— Projeto Grande Carajás
Codevasf	— Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco	PIB	— Produto Interno Bruto
Contag	— Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	PL	— Partido Liberal
Corde-BA	— Coordenação da Defesa Civil da Bahia	Planaflo	— Plano Agroflorestal de Rondônia
CP	— Código Penal	Planvasf	— Plano de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CPC	— Código do Processo Civil	PM	— Polícia militar
CPI	— Comissão Parlamentar de Inquérito	PNAD	— Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
CPT	— Comissão Pastoral da Terra	PNRA	— Plano Nacional de Reforma Agrária
CUT	— Central Única dos Trabalhadores	Polocentro	— Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
CVRD	— Companhia Vale do Rio Doce	Procera	— Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
DIEESE	— Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicos	Prodecer	— Programa de Desenvolvimento do Cerrado
Dnocs	— Departamento Nacional de Obras Contra a Seca	PSDB	— Partido da Social Democracia Brasileira
Fase	— Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional	PT	— Partido dos Trabalhadores
Fetag	— Federação dos Trabalhadores na Agricultura	Rima	— Relatório de Impacto Ambiental
Fomento	— Fomento à Produção (Projeto do Governo no Nordeste)	SAE	— Secretaria de Assuntos Estratégicos
Gatt	— Acordo Geral de Tarifas e Comércio	Samops	— Serviço de Apoio aos Movimentos Populares (PB)
Ibam	— Instituto Brasileiro de Administração Municipal	SAR	— Serviço de Assistência Rural (da Arquidiocese de Natal-RN)
Ibama	— Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	Senama	— Secretaria Nacional de Meio Ambiente
IBGE	— Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Senir	— Secretaria Nacional de Irrigação
ICMS	— Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	STR	— Sindicato dos Trabalhadores Rurais
IEA	— Instituto de Estudos Amazônicos	Suframa	— Superintendência da Zona Franca de Manaus
IECLB	— Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil	UDR	— União Democrática Ruralista
		UNESCO	— Organização das Nações Unidas para a Educação

APRESENTAÇÃO

Estamos em tempo de Páscoa. Liturgicamente, os cristãos revivem e celebram a certeza da libertação. Animados pela memória dos acontecimentos que marcaram a vitória dos hebreus escravizados pelo poderoso povo egípcio; confirmados pelos acontecimentos que marcaram a vitória de Jesus sobre a morte violenta imposta pelos poderosos de seu tempo; assim fortalecidos, os cristãos encaram os acontecimentos atuais, certos de que toda escravidão, violência, injustiça, sofrimento e morte terão fim. O Pai da humanidade abriu, pela morte e ressurreição de Jesus, a Páscoa para um novo céu e uma nova terra.

É a certeza da vida que nasce até da morte, que motiva a Comissão Pastoral da Terra a apresentar a você, a todo brasileiro e a toda pessoa de boa vontade o seu Relatório anual dos conflitos no campo. Como o leitor poderá ver, testemunhamos que os *Conflitos no campo* são um *Espinhoso caminho para a liberdade*. Muito mais do que números e relatos, apresentamos a teimosa criatividade e a esperança de milhões de brasileiros que lutam por vida, por terra, por água, por trabalho, por liberdade, por cidadania. Não foi apenas simbólica a Romaria dos Crucificados da Cana. Nem a Romaria dos Crucificados Pela Seca. Foram caminhadas esperançosas dos que lutam para vencer a morte imposta e provocada pelos que abusam do trabalho nos canais e pelos que cercam terras e águas no Nordeste.

Para um país que teima em se chamar de "cristão", o Relatório que apresentamos é um atestado de que muitos, e especialmente os poderosos, ainda não reconheceram que "tudo o que se faz ao menor dos humanos, é a Cristo que se faz" (Mt, 25,31-46). Ou são falsos, e continuam a crucificar a Jesus nos assassinados, nos torturados, nos forçados ao trabalho escravo, nos expulsos da terra, nos condenados a morrer de fome no desemprego e nos trabalhos mal-remunerados "por não conhecerem nem o Pai, nem a Cristo" (Jo 16,3). E essa hipocrisia criminosamente está presente na ação de grileiros, de grandes

proprietários, de gerentes e jagunços, e na convivência das autoridades públicas: os governantes, o Judiciário e as forças policiais.

É terrível a violência que se abateu, em 1990, sobre os empobrecidos e deserdados da terra. Em 401 conflitos, houve 75 assassinatos. A relação entre conflitos e assassinatos revela que voltamos ao grau de violência dos anos 85 e 87. No Norte, especialmente, houve praticamente um assassinato em cada três conflitos. E a morte foi apenas a chaga mais visível das muitas formas de violência que atingiram as 190 mil pessoas que teimaram em lutar para conquistar uma terra para viver.

Nosso desejo, como organismo cristão a serviço dos deserdados da terra, é transformar o caminho para a liberdade da terra e dos filhos da terra: de "espinhoso" em festivo, alegre, glorioso. Para chegar lá, desejamos diminuir a dor das espinhadas, denunciando as violências e as injustiças, reforçando as organizações e movimentos dos camponeses e trabalhadores rurais, apoiando e multiplicando a sua criatividade. E queremos realizar este serviço por meio do aprofundamento da vivência da fé cristã, que anima o povo do campo e através de uma presença mais ativa e evangélica das Igrejas cristãs no mundo rural.

Conhecemos e experimentamos diariamente a dureza desta caminhada. Sabemos que ela é uma necessidade para os empobrecidos do campo no Brasil. Mas sabemos também que eles, ao lutarem pela libertação da terra, estão batalhando pela sobrevivência da própria humanidade. Por esses motivos, desejamos que você, amigo leitor, entre na corrente da solidariedade, defendendo o direito popular à terra, reforçando as lutas e apressando o dia da libertação.

† D. AUGUSTO ALVES DA ROCHA
Presidente da CPT
Goiânia, abril de 1991



© CPT Nacional

CONQUISTA DE TERRA E CIDADANIA

1 — NO CONFLITO, OS POBRES TRANSFORMAM A SOCIEDADE

1990 foi um ano praticamente “normal” na teimosa história da luta popular por terra, direitos e liberdade no campo brasileiro. Encerrado o período populista e conservador da “Nova República”, gerido pelo fazendeiro José Sarney, este foi o primeiro ano do projeto neoliberal e conservador, chamado “Brasil Novo”, comandado por Collor de Mello. O Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária foi entregue a um grande proprietário e pecuarista, Antônio Cabrera, articulador da campanha eleitoral de Collor, em 1989, nos meios da UDR paulista. Conseqüência “natural” desta escolha, o Incra não registrou nenhuma desapropriação em 1990, e o Estado, como um todo, manteve o princípio: “Questão agrária é caso de polícia”.

Nada indica, contudo, que o interior do país, mesmo sendo base significativa da eleição do atual presidente da República, tenha ficado parado, esperando o cumprimento das promessas da campanha eleitoral. Se muitos tiveram medo ou não se convenceram com as propostas de Lula, seu voto em Collor não foi dado com a convicção de que as promessas seriam cumpridas. Afinal, faz cem anos que os liberais prometem maravilhas nas campanhas eleitorais e realizam o contrário quando são governo. Por que os neoliberais seriam diferentes?

Em lugar de um pessimismo simplista, fundado na aparência de que nada está mudando, é fundamental buscar nas lutas e movimentos sociais a contribuição positiva dos camponeses e trabalhadores rurais ao processo real de transformação por que a sociedade brasileira está passando. Eles foram sujeitos políticos criativos em 1990. O caráter político de sua ação não se tem caracterizado especialmente pela relação com as instituições políticas, com o Estado, embora tendo sido provavelmente quem mais as acionou e revelou suas contradições.

A política das lutas e movimentos sociais camponeses realizou-se em sua capacidade de mobilização e reorganização da sociedade civil, no campo e na cidade. Como se demonstrará mais adiante, as milhares de famílias e pessoas que aparecem nas estatísticas não são meros “envolvidos” nas áreas de conflito. São sujeitos participantes das relações sociais que geraram o conflito. Participam igualmente na transformação das relações sociais através das mais variadas formas de luta e de mobilização política. O campo brasileiro está sendo transformado pela teimosa ação política dos camponeses e trabalhadores rurais. Lutam com grileiros, com proprietários tradicionais, com empresas agropecuárias, com agroindústrias e com o Estado oligárquico.

As diferentes lutas, realizadoras do que poderíamos chamar “movimento social camponês”, são portadoras de um variado conjunto de “denúncias” e “anúncios”, de contestações e propostas de novos caminhos políticos. Sobra pouco ou nada da legalidade e legitimidade do Estado, nele incluídos os governos estaduais, o governo federal, o aparelho judiciário, os organismos policiais. A lei defende, de modo absoluto, a propriedade, que justificaria toda e qualquer violência e arbitrariedade. Contra essa situação está levantada a proposta de que a democracia brasileira centre sua legalidade no direito primordial da vida. Contra o aprofundamento da tradicional concentração da renda, da propriedade e do poder, que gera

elites e marginalizados, está posto o desafio de construir uma sociedade baseada no direito igual de todos, na democratização da propriedade e na constituição de um poder popular.

Procuremos ver como, na realidade, se dá esse processo de participação dos camponeses e dos trabalhadores rurais na transformação da sociedade brasileira.

2 — LUTA PELA TERRA

São muito diversificadas as formas de luta popular pela terra no Brasil. Partindo dos extremos, aconteceram, em 1990, desde iniciativas planejadas e executadas a partir de uma coordenação politicamente constituída, que caracteriza o Movimento dos Sem-terra, até movimentos visando defender direitos adquiridos com mais de 40 anos de trabalho e de convivência social numa área de terra. Aconteceram lutas em 401 áreas de conflito. Do lado dos camponeses, participaram mais de 38 mil famílias, isto é, algo como 190 mil pessoas (cf. Quadro 1).

O número total de pessoas envolvidas nessas lutas, porém, não está registrado e é impossível de calcular. Apenas para citar um exemplo, quem pode dizer quantas pessoas participaram, nas mais variadas formas, das iniciativas tomadas pelos 250 arrendatários-possesores da fazenda Serra Verde, na Paraíba? Muitas ações foram realizadas na capital, João Pessoa, através de grupos de apoio. A mobilização alcançou dimensão nacional, chegando a ganhar a solidariedade explícita dos bispos da Igreja Católica reunidos na 28ª Assembléia da CNBB. Em 24 de agosto, esses 250 possesores voltaram vitoriosos à terra na Fazenda Carnaúba, em Araruna, adquirida pelo governo paraibano por causa da ocupação do Palácio do Governo e da sede estadual do Incra, e depois das muitas iniciativas tomadas durante os 114 dias em que ficaram acampados na Fetag-PB.

Em 1990, os proprietários, os pretensos proprietários de áreas de posse e de reservas indígenas e os governantes foram terrivelmente violentos. Já se tornou normal a ação conjunta de jagunços e policiais militares, com ou sem mandato judicial. Não existe a prática do diálogo. A característica generalizada das operações tem sido a de “terra arrasada”: expulsão das pessoas e destruição de suas casas ou barracos, quase sempre complementadas pela destruição dos roçados. Esta violência, e a impunidade absoluta que a acompanha, já foi objeto de denúncia internacional, especialmente através de relatórios detalhados da Anistia Internacional, da Pax Christi Internacional e, em 1990, da Americas Watch.

As justificativas apresentadas pelos autoproclamados “produtores rurais”, os grandes proprietários e as empresas agropecuárias, objetivam manter intocada a estrutura atual da propriedade da terra, para não “desorganizar a produção” e para especular com os preços monopolizados da terra. Os vários tipos de “sem-terra”, ao contrário, lutam por terra a partir da convicção de que a necessidade vital é fonte primordial de direito. O sem-terra atual, assim como fez o sem-terra que se tornou posseiro, quer a terra para viver. É da morte pela fome, causada pelo desemprego ou pelas péssimas condições de trabalho e pela baixa remuneração, que os sem-terra procuram fugir. E o fazem firmemente convencidos de que Deus destinou a terra para todos e, além disso, que todos, como cidadãos deste País tão rico em terra, têm direito a um pedaço de chão para viver.

Quem é o "sem-terra", o sujeito político da luta popular pela terra? Esta categoria política é constituída por diferentes sujeitos históricos. Cada um deles tem sua riqueza de experiência, de cultura. Cada um tem seu modo de entender o significado da terra a ser conquistada.

Participam da luta pela terra: diversos povos indígenas; negros que vivem em antigos quilombos; comunidades de posseiros constituídas há 5, 10, 20, 40, 70 ou mais anos; foreiros, arrendatários ou parceiros nordestinos, que decidem transformar a sua dispensa em conquista da terra; filhos de pequenos proprietários tradicionais, que, por não terem mais lugar na terra dos pais, buscam outra terra para continuarem sendo os "mestres da terra"; diaristas, como os que ocuparam a Fazenda Transamazônica, em Itaguaçu da Bahia, "ansiosos por um pedaço de chão"; assalariados e/ou subempregados e/ou desempregados do campo e da cidade; enfim, são homens, mulheres, jovens e crianças — e as crianças são as que pagam mais caro pela dureza das condições das lutas, sendo igualmente uma das fontes de esperança dos sem-terra. Entram ainda, e de modo original, os seringueiros, com suas reivindicações de "reservas extrativistas"; os ribeirinhos, que lutam por terra e pelos lagos e rios; as vítimas da seca do Nordeste, que descobrem a conquista das águas e das beiras dos açudes como a melhor forma de enfrentar a seca; finalmente, entram os atingidos por barragens, expulsos das suas férteis propriedades ou posses, que lutam contra a construção das barragens ou por um reassentamento justo.

eficiência e da disciplina, destinada a realizar um projeto pre-estabelecido, tem demonstrado produzir mais o isolamento das lutas que o favorecimento de um crescente movimento popular. E só um grande movimento popular será capaz de mobilizar a maioria da sociedade brasileira em favor da democratização da propriedade da terra, por ser esta conquista uma necessidade e um interesse comum.

É importante destacar: o maior número de conflitos tem como sujeito popular o "posseiro". Seu direito à terra tem por base o seu trabalho, o seu e o de sua família. Socialmente, trata-se de famílias que decidiram trabalhar a terra desocupada, abandonada, não cultivada. É o "ferro" movido pelo seu braço que dá dimensão produtiva social à terra. Segundo as estatísticas, temos mais de um milhão de posseiros no Brasil. Talvez seja por isso, pela força que eles podem representar, que são violentamente agredidos pelos grandes que desejam controlar toda a terra. E são tratados com igual violência em todas as regiões, mas especialmente no Norte e no Nordeste. Mesmo tendo o seu direito de posse já definido e garantido nas leis do País, impressiona a falta de decisão dos juízes, das forças policiais, dos governantes em geral e seu compromisso com a ação ilegal dos grileiros ou proprietários. A situação dos posseiros é o atestado de como se desrespeita o direito dos cidadãos no Brasil.

Outro destaque fundamental: contrariando o que se tem feito desde a publicação do Estatuto da Terra, em 1964, os nordestinos estão conseguindo transformar em luta pela terra seus conflitos como foreiros, arrendatários e parceiros. Segundo a

estatística da Terra, existem duas saídas para esses camponeses: exigir o direito dos três anos de contrato, brigando por indenização quando o contrato for rompido; ou "criar uma área de tensão social", para que os responsáveis pela prometida "reforma agrária" realizem a desapropriação da terra. É isso que os nordestinos estão fazendo: baseados em sua neces-

sidade, conscientes de que sua produção é indispensável para suas famílias e para a sociedade, não aceitam ser dispensados e expulsos da terra; uma vez iniciado o conflito, sua reivindicação muda de figura: em vez de lutar pela diminuição do "foro", do preço de arrendo ou da parte da produção a ser paga, ou em lugar da indenização, os camponeses exigem a terra para nela viver e para cultivá-la com liberdade. Tomada

esta decisão, legitimam a sua luta pela terra a partir do direito adquirido pelo trabalho agrícola de tantos anos e pelo direito que nasce da necessidade. (cf. Quadro 5 e Mapa 2, com a relação das ocupações de terra, onde se mostra o crescimento desse tipo

de luta no Nordeste). Para vencer a violência dos "proprietários" e o comprometimento do Judiciário e dos governantes oligarcas, só mesmo uma grande capacidade de mobilização da sociedade, só um grande movimento social. É isso que está acontecendo e que deve ser fortalecido.

ARRENDATÁRIOS DE ARARUNA (PB) É PRECISO MOBILIZAR TODO MUNDO!

Os 250 arrendatários, que viviam na fazenda Serra Verde, desenvolveram, em 1990, essas ações para conquistar a terra:

4 de janeiro: junto com a Fetag, denunciam violências do proprietário, ajudado por policiais civis.

15 de janeiro: nova denúncia, agora à Secretaria da Segurança Pública.

18 de janeiro: 48 das famílias que vivem na Fazenda fazem denúncia, na redação do jornal "Correio da Paraíba". Entregam documento ao Incra, expondo a situação. Tentam audiência com o governador, sem conseguir. Apresentam suas reivindicações ao Secretário da Segurança Pública.

11 de fevereiro: alguns posseiros, em nome das 60 famílias violentamente expulsas no dia anterior, voltam à Fazenda para ver suas casas. Além de ameaças, presenciam a destruição do que restara.

12 de janeiro: oito camponeses se alojam na Fetag. Conseguem apoio da CPT, de D. Marcelo Carnevali, do Pe. Francisco de Assis Inácio, de D. José Maria Pires. Publicam carta denunciando a omissão das autoridades e pedem apoio da entidades e do povo em geral. A CPT nacional é acionada.

15 de janeiro: conseguem nota de apoio da CUT da Paraíba e de Alagoas, da Fase e de vários STRs e Sindicatos Urbanos. O jornalista F. Pereira Nóbrega escreve: "Conheci um governador bradando a plenos pulmões nas emissoras deste Estado que uma guerra agrária viria, se Collor não ganhasse. Ganhou, Dr. Tarcísio, e a guerra está aí, não sem convicção do Poder".

21 de fevereiro: mesmo expulsos, pagam, na Justiça, o arrendamento.

30 de abril: ocupação do Incra, pressionando para fazer o processo andar. São expulsos pela Polícia Federal.

2 de maio: nova denúncia da situação, exigindo agilização da desapropriação da área. Várias pastorais enviam nota à Assembleia da CNBB, pedindo sua manifestação. Esta se movimenta, solicitando a reintegração de posse aos agricultores atingidos nos seus direitos de vida e trabalho. Neste mesmo dia, 250 camponeses expulsos fazem passeata, indo da Fetag até o Palácio do Governo. Entregam documento ao Chefe da Casa Civil, exigindo: reintegração da área aos posseiros; imediata retirada dos capangas; desapropriação da área.

3 de maio: o mesmo documento é entregue à Assembleia Legislativa. Fazem nova ocupação da sede do Incra,

forçando providências. Faz sete dias que estão na capital, e avisam que só voltarão após a solução do conflito. Saindo do Incra, continuam na Fetag.

10 de maio: com faixas e com participação da CUT, Sindicato da Construção Civil, Samops, Pastoral Operária e outras entidades, realizam ato público em frente à Assembleia Legislativa.

17 de maio: carta ao governador Tarcísio Burity, denunciando a situação e reivindicando que o governo compre a terra. Ocupam o Palácio por mais de três horas, até o governador recebê-los. Ele recebe uma comissão. Conseguem alimentos, a visita de órgãos do Estado à área e a promessa de uma posição. Divulgam esclarecimento à população, justificando a ocupação do Palácio.

23 de maio: uma comissão é recebida pelo Governador. Diz que os proprietários não querem vender a área. Poderá comprar outra.

24 de maio: contestam, junto ao Juiz, a ação de interdito proibitório.

29 de maio: nova carta ao Governador. Querem pelo menos oito hectares para cada família e que o Estado compre a fazenda.

5 de junho: nova carta à imprensa e à população. Denunciam a falta de palavra do Governador e as dificuldades que passam na Fetag. Exigem que a solução seja apressada.

24 de agosto: os 150 posseiros são assentados na Fazenda Carnaúba, comprada pelo Governo do Estado, no mesmo município de Araruna.

* * *

Na avaliação da CPT da Paraíba, esta foi uma das ações marcantes da luta pela terra em 1990. "Foram 114 dias de muitas dificuldades, devido à precariedade do alojamento na sede da Fetag, à longa inatividade a que as famílias dos posseiros foram forçadas e à frustração das negociações cada vez mais emperradas.

Entre os aspectos mais positivos da luta, destacam-se: 1 — a firmeza e coesão com que o grupo, apesar das inúmeras dificuldades, soube lutar, até alcançar o objetivo almejado, ou seja, a conquista da terra; 2 — a ocupação do Palácio do Governo, dia 17 de maio, que abriu caminho para as negociações; 3 — o exercício de luta política nos vários momentos de negociação e nas articulações com as forças populares e partidárias que apoiavam a luta; 4 — a prática cotidiana de organização na vida coletiva do acampamento."



© Antonio Pacheco, ZH, 6-6-1990

Caminhada da Fome — Cruz Alta, RS

Nas reivindicações e nas mensagens desse conjunto de diferentes sujeitos históricos estão expressos os fundamentos éticos, jurídicos, culturais e políticos do projeto popular brasileiro de posse e uso da terra. A unificação criativa dessas diferentes frentes de luta pela terra só acontecerá quando o projeto político tiver como base a riqueza de prática e teoria dessas experiências. A uniformização, baseada no princípio da



© Denis Ruellan (CRIDEV Rennes)

As estatísticas, que mostram apenas o esqueleto do drama da vida real, indicam que o assalariamento agrícola só pode ser a última alternativa para quem tem juízo e amor à vida, e deseja, com seu trabalho, reproduzir a sua vida e a de sua família. A maioria absoluta, perto de 80%, recebe a “oferta” de menos de dois salários mínimos por um tempo de trabalho que, muitas vezes, chega a mais de 18 horas diárias, como atestam os relatórios feitos pelos Regionais da CPT. Perto da metade dos assalariados do campo recebe menos de um salário mínimo.

Se nos basearmos nos estudos do Dieese, teremos de concluir que, em 1990, a quase totalidade dos trabalhadores agrícolas teve de sobreviver com menos de 40% do poder de compra do salário mínimo de 1940! A começar pelo governo, em suas frentes de emergência, passando pelos canaviais e outras formas “modernas” de produção agropecuária, todos esses empregadores estão prostituindo até o sentido político do conceito “salário”. Historicamente, seu significado esteve ligado à sobrevivência através de trabalho organizado por outra pessoa. Aqui no Brasil, cada dia mais o salário está significando sofrimento, humilhação e morte.

Assim mesmo, em todo o Brasil, com exceção do Rio Grande do Sul, cresce o número de assalariados no campo. E

umenta exatamente a forma “volante” de trabalho agrícola, “bóias-frias”, “temporários”, “clandestinos”. Esses “apelidos” revelam exatamente a insegurança, as péssimas condições de trabalho, a instabilidade e a ilegalidade que caracterizam o trabalho assalariado no campo, especialmente o sazonal. Até parece que, para a democracia moderna e neoliberal, existem trabalhadores e famílias que precisam sobreviver somente três, quatro ou seis meses por ano!

Segundo o IBGE, os assalariados agrícolas são hoje algo próximo de 6 milhões de pessoas, das quais apenas cerca de 5% possuem contrato de trabalho. Isso, em números absolutos, significa que apenas uns 300 mil trabalhadores assalariados em todo o Brasil possuem algum tipo de garantia social, expressa na Constituição brasileira.

A superexploração da mão-de-obra assalariada tem produzido, em muitos casos, a viabilização econômica de empresas rurais que, além dos subsídios governamentais que recebem, lucram por não pagarem previdência social e outros encargos. Os salários pagos por essas empresas a seus empregados significam muito pouco do custo total do processo de produção.

Ainda mais cruel é a exploração da mão-de-obra da mulher e da criança no trabalho assalariado rural. Formando um

grande contingente que deve competir em produtividade com os homens adultos, elas, pelo mesmo trabalho, têm um ganho que, muitas vezes, representa a metade do que recebe um homem adulto. A mulher sofre uma discriminação extra, com relação à questão da maternidade: se fica grávida, é dispensada sem receber nenhum direito trabalhista, contrariando a Constituição Federal de 1988.

A guinada feita pelo atual governo com relação à política agrícola criou uma situação insustentável no dependente setor de empregos no campo. Aprofundou-se, por exemplo, uma crise nos setores produtores de cacau e sisal, no Nordeste, forçando uma intensa migração. Cerca de 200 mil trabalhadores desse setor teriam migrado para o Espírito Santo, em direção a Vitória. Essa situação, agravada pela política econômica do Governo Federal, tem empurrado os desempregados do campo para o subemprego, o que muitas vezes significa trabalhar apenas pela comida, no campo ou na cidade.

Mesmo não havendo grandes vitórias a contabilizar, houve crescimento nas lutas dos assalariados rurais. Algumas campanhas salariais, especialmente no Nordeste e no Centro-Oeste, obtiveram ganhos econômicos e políticos. E isto foi possível graças a mudanças na forma de organização sindical, com o crescimento e melhor articulação de sindicatos ligados à CUT. Além de estimular maior participação no processo de luta, tem sido de fundamental importância a estratégia de exigir o cumprimento dos acordos celebrados, empenhando o sindicato numa luta permanente.

4 — LUTA PELO TRABALHO LIVRE

Não bastam os assassinatos e outras violências dos grandes proprietários de terra. Não bastam a violência e o desrespeito à vida que o salário pago pelo trabalho agrícola significa. O Brasil carrega ainda o estigma do trabalho escravo. Ninguém sabe, neste país da impunidade, quantas são as pessoas que sofrem esta forma de violência máxima contra seus direitos fundamentais. Uma coisa é certa: não se trata de algum caso isolado, fruto do desequilíbrio mental de algum maluco; é uma forma mais comum do que se possa imaginar, e é praticada por empresas que, segundo o Pe. Ricardo Rezende, de Rio Maria, PA, têm, na indústria, um pé no século XXI.

4.1. A ilegalidade da situação

A legislação penal brasileira codificada diz que tal situação constitui crime: “Reduzir alguém a condição análoga à de escravo: — pena: reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos” (art.149 C.P.).

O cerne do crime reside na sujeição de uma pessoa a outra, no domínio, em sentido material ou físico. A vítima desta espécie de crime perde a sua liberdade enquanto fato, não obstante ela — a liberdade — permanecer como estado de direito. A relação que se estabelece entre os sujeitos do delito (agente x vítima) é análoga à da escravidão, pois a vítima perde sua liberdade nas mãos do agente, que se erige em senhor e dono.

Reduzir alguém à condição análoga à de escravo é, pois, suprimir-lhe o direito individual da liberdade, ficando ele in-

teiramente submetido ao domínio do outro (E. Magalhães Noronha: *Direito penal*, Saraiva, São Paulo 1977, p. 178).

É uma ação que consiste em apoderar-se de um homem para reduzi-lo à condição de coisa: comprá-lo, vendê-lo, cedê-lo, sem consultar para nada sua vontade; servir-se dele sem lhe reconhecer direitos correlativos às suas prestações (Heleno Cláudio Fragoço, *Lições de direito penal*, Forense, São Paulo 1987, vol.I, parte especial, pp. 221-222).

“...Os trabalhadores José Pereira dos Santos e ‘Ceará’ são contratados para roçar juquirá na fazenda do Sr. Silva, no município de Curionópolis, PA (...) na fazenda, os pistoleiros Genivaldo, Moreno e Paraná, juntos com Raimundo ‘Gato’, prendem os trabalhadores num barracão, acorrentando-os pelos pés e os mantêm desse modo por quatro dias. Durante o dia eram obrigados a trabalhar acorrentados pela cintura; à noite eram acorrentados ao pé de uma mangueira” (declaração do trabalhador José Pereira dos Santos).

“...Os peões foram amarrados, levados para o mato, obrigados a trabalhar sob vigilância de pistoleiros. Durante a noite eram levados aos quartos, que os pistoleiros fechavam com cadeado, só voltando a abrir no outro dia, na hora do trabalho. Todos os trabalhadores da fazenda são tratados desse modo: espancados e amarrados. Exceto os que se submetem às humilhações” (relato do peão Sílvio Alves de Lima à sua mulher, Luzia Luíza da Silva, sobre a situação dos trabalhadores na fazenda Escondida, em Matupá, MT).

“...O traficante de trabalhadores chega a confessar que após receber os 4 mil cruzeiros por cabeça, retornava para casa, sem tomar conhecimento do que acontecia com eles depois...” (depoimento de Damião Ferreira da Silva — traficante de trabalhadores da Paraíba para Goiás, fazenda Arrastão — ao Delegado de Polícia, Francisco Lopes).

Tais situações são condenadas não só pela legislação repressiva brasileira, mas também por normas internacionais que o Brasil ratificou. A Convenção n. 105 da OIT, ratificada pelo Brasil em 18/6/65, através do Decreto de Promulgação n.58.822, de 14/7/66, trata da abolição do trabalho forçado e condena a escravidão por dívidas e a servidão.

Convém lembrar, também, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz, no seu artigo IV:

“Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos são proibidos em todas as suas formas”.

Não obstante todas estas normas proibitivas, a situação continua sem que se tenha conhecimento de um único caso de punição a fazendeiros e seus agentes envolvidos em casos de trabalho escravo. Todas as normas, sejam repressivas, sejam trabalhistas, são flagrantemente desrespeitadas. Quando muito se consegue a prisão de pistoleiros-feitores e que alguns trabalhadores recebam seus créditos trabalhistas. No mais, não se toma nenhuma medida concreta e eficaz para coibir esta prática medonha e escabrosa de reduzir trabalhadores à condição de escravos. Esse crime hediondo continua sem punição. E a impunidade, por sua vez, faz com que não só a Região Amazônica (a Amazônia Legal) seja palco — acortinado pela distância e dificuldade de acesso — da encenação desta peça de horror, mas ela chega até os centros mais modernos e desenvolvidos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

4.2. A atuação da polícia

Em toda essa situação, não raro as polícias civil e militar são elementos de colaboração com os fazendeiros e gerentes para impedir que trabalhadores fujam do cativo.

"...Após tantas ameaças, 14 peões fogem da fazenda. O gerente Conceição telefona para a Polícia Militar de Vila Floresta, avisando que se aparecessem 14 homens fugindo, estes deveriam ser detidos. Como o sargento responsável pela delegacia não estava, o cabo se encarrega de deter os peões, que passaram duas noites na delegacia. Chegam ao povoado o gerente, o 'gato' e outras cinco pessoas — prováveis pistoleiros — para buscarem os peões detidos" (declaração de peões da fazenda São Luís, em Conceição do Araguaia, PA).

"...Percebendo isso e mais os comentários que ouvimos que a situação era essa para todo mundo e de que, quando os peões tentavam fugir eram trazidos de volta pela polícia de Porto Alegre do Norte, resolvemos fugir" (declarações dos peões João Alberto de Souza e Valdori Favero sobre as condições de trabalho na área de Romão Flores, em São Félix do Araguaia, MT).

Trata-se de uma peça de um absurdo kafkiano. De vítimas, os trabalhadores são transformados em criminosos.

Quando a polícia toma alguma providência como, por exemplo, instaurar inquérito, diz estar sem condições de realizar diligências por total falta de recursos. Faltam viaturas (sempre estão danificadas); falta combustível (o Estado sempre está devendo nos postos de gasolina) e faltam até elementos humanos. E, aí, as investigações nunca acontecem. Outras vezes, o inquérito é realizado com tão pouco zelo e tanta displicência, que chega ao final com um relatório como o seguinte: "...Diante da denúncia da vítima Clemente Ribeiro dos Santos, de que na fazenda Escondida, situada na BR-080, existia 'escravidão branca', instaurou-se o presente inquérito (...) deslocou-se uma equipe de policiais até a mencionada fazenda e realmente constatou-se (sic) muitos trabalhadores descontentes..." (relatório do delegado de polícia, Jair Viana da Cunha, em inquérito para apurar denúncia de trabalho escravo na fazenda Escondida, em Matupá, MT).

O delegado apenas diz que encontrou "trabalhadores descontentes" e termina o relatório dizendo que, devido às dificuldades, não foi possível ouvir os outros envolvidos.

A Polícia Federal, às vezes, vai à fazenda, fiscaliza o pagamento dos trabalhadores e instaura inquérito. Nestes casos, com certa frequência, pistoleiros são detidos, mas aos proprietários e gerentes nada acontece.

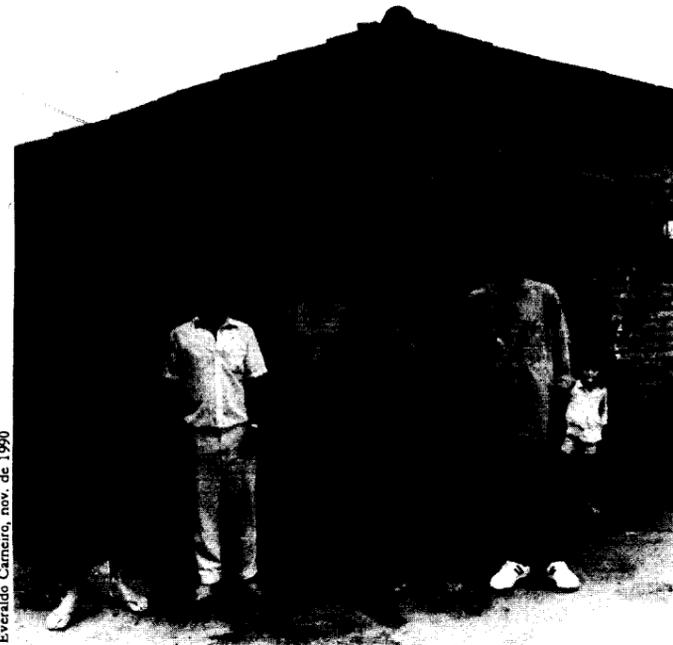
"A Polícia Federal vai à fazenda e prende três pistoleiros. O fazendeiro Silva é obrigado a pagar os trabalhadores, mas não é indiciado em inquérito" (declaração do peão José Pereira dos Santos, sobre as condições de trabalho na fazenda do Silva, em Curionópolis, PA).

"...O 'gato' e alguns pistoleiros estão presos. Foram presos após as denúncias do peão José Hermógenes" (denúncia CPT Araguaia, sobre trabalho escravo na fazenda Arizona, em Redenção, PA).

"O Procurador da República, Aristides Junqueira, determina a abertura de inquérito para apurar as denúncias de trabalho escravo na fazenda Arizona. Marco Aurélio Santana (gerente) e a proprietária, Euclenice Novaes Campos, gozam de liberdade" (JB, 26/4/90; OESP, 26/4/90).

O desaparecimento da polícia é tal que leva à conclusão de que não se trata de situações isoladas, mas sim de uma política planejada que objetiva privilegiar aqueles que têm, em detrimento dos que não têm, no caso, o trabalhador. Desaparelhada, a polícia se subordina àqueles que dispõem de carros, que pagam o combustível, só para citar alguns exemplos, para que ela execute suas tarefas. E quem sempre pode é o gerente ou dono da fazenda.

4.3. A corajosa ação dos trabalhadores



Fugitivos do trabalho escravo da fazenda Forquilha, PA

Apesar das sevícias, humilhações — que objetivam quebrar-lhes o ânimo —, vigilância, ameaças e dificuldades de toda ordem, muitos trabalhadores reagem e conseguem fugir.

A fuga não é uma empreitada fácil, expostos que ficam à possibilidade de se perderem nas matas; de não suportarem a dura caminhada; aos perigos naturais da selva e até a serem capturados pelos pistoleiros que lhes saem ao encalço. Porém, a lembrança do inferno vivido e a consciência da injustiça que sofreram, além da preocupação com os outros companheiros que ficaram para trás, lhes dão ânimo para irem até o fim. Pela tenacidade destes é que a cortina se abre para revelar à opinião pública uma situação dantesca, que de outra forma continuaria encoberta, ou acobertada.

Neste ano de 1990 (no limiar do século XXI), mil quinhentos e cinquenta e nove (1559) trabalhadores rurais foram reduzidos à condição de escravos (cf. Quadro 9). Este número é somente o que foi denunciado. É, apenas, a ponta de um iceberg, cuja área de abrangência não se conhece. É que vários trabalhadores, quando se vêem livres daquele inferno, encontram-se tão violentados e traumatizados, que falar sobre o que viveram é como voltar a submeter-se a todas as humilhações e torpezas de que foram vítimas.

"...Aconteceu comigo e com outros companheiros — o pistoleiro Levi pegou um outro homem e me obrigou a beijar

e a chupar a língua dele; eu, um senhor de 50 anos de idade" (declaração feita por um peão sobre as condições em que viviam os trabalhadores da fazenda Arizona, em Redenção, PA).

"...Vi o Sr. Wilkens pegar o pescoço de uma mulher vizinha do meu barraco e forçar ela a se amigar com outro homem sem ela querer" (idem).

"...Que quando chegou perto de um mata-burro, mandou a declarante descer do cavalo, fez ela entrar dentro do mato e lá colocou o revólver em seu ouvido e a obrigou a tirar a roupa, que ele queria transar, ocasião em que teve relação sexual com a declarante e depois a levou de volta para a fazenda..." (depoimento feito na polícia pela trabalhadora Maria Elizete de Souza Neves, sobre as condições de trabalho na Fazenda Escondida, em Matupá, MT).

Um país que se pretende integrante do grupo dos mais desenvolvidos não pode conviver com aberrações desta natureza. Urge que as autoridades "tenham vontade" de pôr fim a tal situação. Não bastam as leis. São necessárias condições para que elas sejam cumpridas, respeitadas. E quando não, que se puna os infratores. Isto só será possível com determinação política.

Redução de pessoas à condição de escravos não é somente ilegal. É imoral, abjeto, antievangélico. Envergonha a todos os seres humanos.

A problemática do campo grita por justiça, que vai desde a Reforma Agrária justa e uma política agrícola que contemple o pequeno produtor; até o respeito aos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais assalariados, principalmente os temporários; e a aceitação de trabalhadores como seres humanos criados à imagem de Deus e não como animais de carga.

Fazemos nosso o desafio feito no editorial da revista *Travessia* (n. 8, set./dez.1990):

"O trabalho que dignifique o homem coloca-se para nós no horizonte das conquistas".

5 — DIREITO AO PREÇO DO PRODUTO DO TRABALHO

Quem trabalha na terra por conta própria tem sua sobrevivência e a possibilidade de melhorar de vida na venda do produto de seu trabalho. Depende, então, da capacidade de compra dos que não produzem alimentos e dos preços dos produtos. Numa sociedade como a nossa, é da venda do que produziu que o pequeno produtor consegue também os recursos necessários para manter e melhorar a produção, cultivando a terra.

A fonte maior das dificuldades do pequeno produtor está na falta de uma política agrícola que valorize o seu trabalho de cultivador da terra. Pior ainda, a nova Lei Agrícola sancionada em janeiro de 1991 pelo Presidente da República, que vetou 88 dos seus 107 artigos, promove apenas os interesses dos grandes produtores, estando mais preocupada com o mercado internacional do que com a tragédia alimentar brasileira.

Praticamente não houve participação dos pequenos produtores nos debates que resultaram na atual Lei Agrícola. Seria isso consequência da frustração resultante da participação

na Constituinte? Ou será indicação do desligamento das necessidades concretas por parte dos grupos de mediação?

Seria falso, contudo, pensar que os pequenos produtores não lutaram em 1990. Os relatórios dos conflitos e os relatos dos Regionais da CPT indicam que, mesmo abandonados, ou mesmo atrapalhados pelos órgãos públicos, como aconteceu com as associações criadas de cima para baixo nos assentamentos, ainda assim os pequenos produtores travaram grandes e até vitoriosas lutas. Procuraram melhorar sua capacidade de produção e organizaram-se para vender seus produtos. Em todo o País foram criadas cooperativas de produção e de comercialização, e se constituíram associações populares ligadas à produção, comercialização e reivindicação das melhorias indispensáveis, como estradas, escola e saúde. Isso aconteceu em assentamentos de terra recém-conquistada, em assentamentos mais bem-estruturados e definitivos, em áreas de ocupação executada pelo MST, em novas áreas de posse popular. Este esforço está levando até a experiências de "centrais", juntando várias cooperativas ou associações para melhorar a comercialização da produção e a compra de insumos necessários.

Apesar de todas as dificuldades e do abandono, são ainda os pequenos produtores os que estão investindo, e com grande criatividade, na busca de uma agricultura alternativa ao pacote agropecuário dominante no Brasil, que, imitando outros países, está totalmente baseado nos produtos químicos, é explorador da natureza, agride o meio ambiente e prejudica a saúde humana. Além de uma agricultura biológica, os pequenos produtores buscam cultivar a terra, relacionando-se com ela com carinho, como se deve tratar a "mãe da humanidade".

Mesmo denunciando a precariedade das condições de vida dos pequenos produtores, obrigados, muitas vezes, a se assalariar para "financiar" sua produção ou até mesmo a vender a terra para buscar a sorte nas cidades ou em outras regiões, ainda assim vale repetir, com a CPT da Paraíba: "A situação de vida dos trabalhadores nas áreas de conflito, em comparação com o restante da população submetida aos castigos da seca, é muito mais digna do ser humano. Pelo menos nessas áreas não existem a fome e a miséria reinantes no sertão de hoje". A CPT do Paraná também destacou a melhoria das condições de vida dos que conquistaram terra e estão assentados. Levantamentos realizados no Rio Grande do Sul mostraram que a produtividade de alguns assentamentos foi superior à das empresas agrícolas.

E quando aumentam as dificuldades, surgem movimentos novos. É o caso do Movimento pela Vida na Transamazônica, no Pará. Trata-se de um caminho original, diferente das Associações criadas pelos parceiros abandonados pelo Incra, em Rondônia. Além de coordenar lutas concretas na região, ele é um movimento politicamente atuante, mobilizador. Prova dessa dimensão política é sua presença no Fórum de entidades ligadas ao campo, no início de 1991. Seu objetivo principal é a mobilização dos colonos da Transamazônica, transferidos para lá nos anos 70 e completamente abandonados.

Vale a pena destacar ainda que a luta pela produção e pelo preço, por ser uma luta econômica, é uma luta política e fonte permanente de educação para a liberdade. A reflexão exigida para buscar alternativas e para enfrentar o descaso ou o clientelismo do Estado, o esforço para ser criativo na produção e na organização para enfrentar os problemas, tudo isso é construção coletiva do cidadão consciente e participativo. Lutar pela democracia se torna um exercício de democracia.

TRANSAMAZÔNICA

A ORGANIZAÇÃO DOS ABANDONADOS

No dia 28 de agosto de 1990, realizou-se em Altamira, PA, um debate sobre a luta pela sobrevivência na Transamazônica. Foi promovido pelo Movimento Vida na Amazônia, que é liderado pela Comissão Regional de Sindicalistas da Transamazônica. Estiveram presentes duas mil pessoas, incluindo representantes dos governos municipais, estadual e federal, da Contag, da CUT e da Igreja.

Ao comemorar 20 anos da estrada Transamazônica, os sindicalistas rurais conseguiram juntar toda a sociedade numa mobilização para garantir a sobrevivência do povo naquela região. Participaram dez municípios: Altamira, Pacajá, Itupiranga, Medicilândia, Uruará, Rurópolis, Itaituba, José Porfírio, Porto de Moz e Santarém. É um trabalho integrado de entidades urbanas e rurais, rompendo com o corporativismo tradicional do sindicalismo. Transformou-se num movimento popular que exige do governo um trabalho integrado em benefício da população nas áreas de saúde, agricultura, educação, finanças, energia, estradas e na questão fundiária.

O *Transmigrante*, informativo dos trabalhadores da Transamazônica, comenta, em sua edição de 3/6/90:

"Criaram-se cidades, municípios, lugarejos. Numa região rica, floresceram:

- uma produção anual de mais de cinco toneladas de ouro;
- uma usina açucareira com produção anual de 100 mil sacas de açúcar e 2 milhões de litros de álcool;
- jazidas de calcário em Itaituba que, quando industrializadas, produzirão diariamente 250 mil sacas;
- 92 madeiras de exportação;
- fábricas;
- nossa região é a que produz mais cacau, café e pimenta-do-reino no estado;
- produzimos arroz, feijão e banana em grande escala, além de gado para o consumo.

O OUTRO LADO:

Não basta termos uma região rica, se essa riqueza não é revertida para a maioria do povo. Prova disso é que temos:

— 66 mil crianças em idade escolar fora da escola; nenhuma Universidade regular; e 50% da população adulta são analfabetos;

— existem 2.840km de estradas vicinais a serem recuperadas, 1.860 a serem construídas, além de mais de 1.000 km de rodovia que se encontram em péssimas condições;

— somente 9 médicos e 3 hospitais públicos para atender 367 mil habitantes entre Altamira e Itaituba;

— baixo preço do produto e falta de financiamento;

— não temos energia elétrica na área rural e a das cidades não é suficiente".

As reivindicações estão contidas no documento *Carta da Transamazônica*, elaborado no Encontro de Altamira.

"A Transamazônica completa 20 anos. A 'terra sem homens para homens sem terra', tão propagandeada pelo governo Médici, não passou de um sonho para milhares de agricultores de todo o país. Fomos arrancados de nossa terra. Deixamos parentes, vizinhos e amigos e viemos para a Transamazônica com a esperança de que aqui construiríamos um futuro digno para nossas famílias. No início da colonização, não poupamos forças para tornar a Transamazônica a terra prometida.

Hoje, é difícil esconder a mágoa desse tipo de política agrícola e agrária que transformou a maioria de nós em bóias-frias e meeiros, empurrando muitas famílias para as periferias das cidades."

(...) "Todos os que vivem e querem viver nesta região devem lutar contra o abandono e manter acesa a esperança de poder viver bem, aqui na Transamazônica."

suas terras e jogados no deserto, sem infra-estrutura mínima para sobreviverem dignamente".

Os que ainda não foram arrancados, como acontece com os ribeirinhos da Amazônia (no Amazonas principalmente), são violentados pela transformação dos lagos e rios em área de pesca industrial, que acaba implacavelmente com o pescador e impede a tradicional pesca artesanal. As lutas pela recuperação dos lagos e rios são o que poderíamos denominar "luta de comunidade": são as comunidades ribeirinhas que se levantam, se organizam para impedir o cercamento das águas e a destruição de suas condições normais de vida. Enfrentam ini-



7º Encontro de Ribeirinhos e Pescadores — Manaus, AM, 23-26/04/1990

migos poderosos: grandes grupos nacionais e internacionais de pesca, reforçados pelo patrocínio do Estado. Mas as lutas crescem e as vitórias acontecem.

Os atingidos por barragens existem em todo o País. É uma situação comum dos atingidos pelas águas das barragens hidrelétricas, das barragens para irrigação e mesmo pelas obras de irrigação nas beiras de rios: ou simplesmente expulsos pelas águas, ou mal-indenizados, e sempre transferidos em precárias condições.

Já existe uma experiência acumulada pelos atingidos por barragens. É isso que explica a relativa unificação das reivindicações em todas as regiões: terra por terra, na beira do lago ou em regiões férteis; melhoria de infra-estrutura para a produção e para a vida; transferência em comunidade, para preservar as relações criadas na convivência anterior; indenização das benfeitorias. Em 1990, esta unificação deu novos passos, especialmente na realização de encontros dos atingidos por barragens em todo o País e na perspectiva de criar uma articulação nacional permanente dessas lutas.

Já "a luta pela terra nas beiras de açudes públicos cresce de forma muito rápida. São atualmente 12 áreas. No sertão dos coronéis e da dependência das frentes de emergência, aparece uma nova forma de garantir a sobrevivência: ocupação das vazantes e o não-pagamento da renda da terra. A maior parte da luta é para o Estado reconhecer o direito de uso aos trabalhadores; a violência policial tem sido a resposta do Governo do Estado, visto que estas áreas são de controle dos políticos locais e dos fazendeiros que formam a oligarquia da região". Esse relato da CPT da Paraíba é uma indicação de caminho para uma iniciativa popular capaz de enfrentar o flagelo político constituído pela seca no Nordeste. Iniciativa já em andamento e a ser estimulada e apoiada em toda a região por todos os que têm sentimentos de humanidade, no Brasil e no mundo.

7 — LUTA PELO DIREITO DE VIVER

Por que a febre pelo garimpo? Por que a migração para outras regiões e para as cidades? Por que as migrações temporárias de pequenos produtores pobres, deixando as famílias por três, quatro ou mais meses?

Essas são apenas algumas das manifestações da marginalização social, do subemprego e da necessidade extrema que caracterizam o Brasil. Mas são, no mesmo movimento, expressão da teimosia com que os empobrecidos buscam formas de sobrevivência. A tomada de decisões tão radicais, que implicam sofrimento e insegurança, deve ser motivo de muita reflexão, de muita revolta, de muita crítica, quase sempre guardadas, com dor, no silêncio do coração ou no diálogo íntimo do casal. Existem também as conversas com os parentes, com os vizinhos, com a comunidade. A partida acontece depois de esgotadas todas as alternativas para continuar com os seus.

A organização e a participação permanente desses lutadores pela vida na "economia informal" depende, fundamentalmente, do reconhecimento de sua participação atual, ainda que aparentemente anárquica, e da criação de oportunidades para explicitarem a reflexão crítica presente em suas práticas sociais. Eles não são *lumpen*, pessoas socialmente perdidas. Ao contrário, é neles que se pode encontrar o amor radical que o ser humano tem pela vida e a crítica radical de uma sociedade estruturalmente marginalizadora e promotora da morte seletiva.

8 — A REVOLUÇÃO SUBVERSIVA E SILENCIOSA DA MULHER

Estudos realizados, relatos de quem convive com os diferentes tipos de camponeses e de trabalhadores rurais dão conta da crescente importância da mulher nos conflitos sociais no campo. Aumenta sua presença nas instâncias de direção, mas não no mesmo ritmo de sua presença nas lutas e movimentos sociais. Ou, talvez, como refletia uma agente da CPT de Minas Gerais, sua maior e mais profunda relação com as companheiras e os companheiros de trabalho, e por isso sua presença marcante nas lutas concretas se encontra em crescimento exatamente por não estarem desgastadas pelo burocratismo que marca a maioria das organizações sindicais.

A mulher está marcada profundamente pelas contradições do cotidiano da vida, em que o trabalho entra como um dos elementos constitutivos, o contrário do homem, que vê sua vida a partir da relação de trabalho, e por isso participa de forma alienada das relações do cotidiano. Talvez seja esta a razão por que as mulheres estão mais presentes na animação de iniciativas e de lutas bem concretas que tocam direitos básicos como

6 — LUTA PELO USO DA ÁGUA

Destacaram-se, em 1990, três formas de luta em relação à água: os "atingidos por barragens", os "ribeirinhos" e os "atingidos pela seca".

Todos estes grupos sociais camponeses têm algo em comum, como destaca o relatório da CPT da Bahia e Sergipe: "São posseiros, arrendatários, pequenos proprietários, pescadores, lavadeiras, que têm o rio como referência para sua sobrevivência. Responsáveis pela sua subsistência, são arrancados de

a saúde, a educação, a moradia, a alimentação, a religião. O dia em que se entender que o conteúdo da transformação das relações sociais é, em grande medida, definido a partir dessas relações de base que marcam o cotidiano, ficará reconhecida a contribuição revolucionária dada pelo conjunto das mulheres.

Os relatórios das ocorrências dos conflitos confirmam esta presença marcante das mulheres, mesmo se a "representação" das lutas é ainda excessivamente masculina. Apenas para citar um exemplo: para expulsar as 150 famílias de posseiros do latifúndio de 1 milhão de hectares da Fazenda Cinturão Verde, no município de Parauapebas (PA), a Companhia Vale do Rio Doce, em conjunto com a Polícia Militar e a Polícia Federal, aproveitou a campanha de vacinação para retirar as mulheres e crianças das casas, retendo-as na sede da Companhia, para assim



© Antonisa de Sant'Ana CBPC/291

despejar os posseiros e queimar suas residências. A poderosa CVRD e as polícias reconhecem a força das mulheres e das crianças na defesa do direito à terra e à vida.

Se, por um lado, elas são "temidas" por sua persistência e resistência, quando querem lhes quebrar essa força, policiais, pistoleiros e empreiteiros apelam para a violência física e as atingem principalmente por meio da violência sexual. Nos relatórios dos *Conflitos de terra* de 1990, está documentado que várias mulheres, junto com seus companheiros e filhos, indo à procura de trabalho, foram levados à Fazenda Arizona, em Redenção, no Pará. Ali, todos eles foram submetidos a humilhantes condições de trabalho, maus-tratos, espancamentos, sevícias sexuais e lhes proibiram sair da fazenda. Um dos peões, Hermógenes, conseguiu fugir da fazenda e denunciou não só a escravidão em que viviam, mas também a situação das mulheres que foram junto com os companheiros. Foram separadas dos mesmos e entregues a outros homens para terem relações sexuais, conforme determinou o capataz, Wilkens Martins Jorge, que comandava o grupo de pistoleiros.

No relatório dos conflitos pela terra de 1990 ainda po-

demostar outras formas de violência contra as mulheres, como prisões, ameaças de morte, mortes por falta de assistência médica, fome e más condições de trabalho, como foi o caso da bóia-fria Maria Martins da Costa, da cidade de Limeira (SP), morta em um acidente com o caminhão que transportava bóias-frias para o trabalho.

Não podemos deixar de lembrar aqui a extrema violência da qual foram vítimas Creusa Cardoso de Oliveira e sua filha de sete anos, Franciene, na Gleba União, no município de Terra Nova do Norte, MT. Foram mortas e queimadas por pistoleiros, e Franciene ainda foi decapitada por eles. Narrações aqui este fato tão trágico para aproveitar e prestar uma homenagem a estas duas heroínas desconhecidas! Nesta área há uma posse com 250 famílias que vivem em conflito desde

1985, com uma longa história de atentados, mortes, ameaças e prisões, sem uma interferência séria das autoridades para resolver a situação destas famílias.

Por outro lado, o crescimento da consciência do seu valor como mulher, e a crescente participação nas reivindicações e nas lutas por terra e por seus direitos, quer nas manifestações públicas, quer na luta silenciosa do dia-a-dia, está levando a sociedade, obrigatoriamente, a reconhecer a força revolucionária e transformadora de sua ação.

No ano de 1990, o próprio lema da Campanha da Fraternidade — "Mulher e Homem, imagem de Deus" — também suscitou muitas reflexões, encontros, manifestações reivindicatórias e religiosas.

Foi o caso, por exemplo, do Encontro Ecumênico de Mulheres, o segundo que se realizou em Espi-

gão d'Oeste (RO), e que reuniu, no mês de agosto, 8 mil mulheres do campo e da cidade.

Repetindo o refrão: "A nossa luta é na roça e na cidade, pra construir uma nova sociedade", elas foram chegando em caminhões, ônibus, a pé, de toda parte do Estado de Rondônia e algumas do Estado do Mato Grosso.

No abaixo-assinado que circulou o dia todo, e que depois foi encaminhado ao governo, constavam as seguintes reivindicações:

- aposentadoria para a mulher rural aos 45 anos de idade, com salário integral;
- aposentadoria para o homem do campo aos 50 anos de idade, com salário integral;
- saúde e atendimento médico digno;
- melhores condições de vida;
- fim da discriminação da mulher.

(Boletim *O Migrante*, Ji-Paraná; agosto/1990)

Várias outras manifestações poderiam ser documentadas, mas estas ficam como exemplo da força e da capacidade de mobilização que a mulher tem.

Podemos terminar, com o *slogan* que esteve presente, neste grande encontro, na boca de todas como grito de li-

bertação: "Mulheres combatem a violência e geram nova história".



QUEBRADEIRAS DO BABAÇU

DEFENDER A TERRA, A VIDA, A CULTURA

O babaçu cobre mais de 18 milhões de hectares dos estados de Tocantins, Piauí, Mato Grosso e Maranhão. Calculam-se 400.000 as famílias de quebradeiras de coco, descendentes de indígenas, escravos e migrantes nordestinos. É um trabalho tradicionalmente feminino, pois o coco se destinava ao consumo doméstico, antes de ter usos industriais. Além disso, muitas mulheres coletam o coco e o quebram em casa, conciliando esse trabalho com as atividades domésticas.

Hoje, tanto o carvão como o óleo de coco babaçu são vendidos para indústrias.

A exploração dos babaçuais sempre foi combinada com a agricultura itinerante, permitindo a recuperação do solo. A expulsão das quebradeiras e dos agricultores, através da concentração de terras e formação de pastos, está gerando o desequilíbrio ambiental.

As terras férteis do babaçu estão nas regiões mais violentas do país (Vale do Mearim, por exemplo). São práticas

comuns: cobrar rendas exorbitantes, proibir a coleta do coco, destruir palmeiras com herbicidas, expulsar famílias. A quebradeira de coco enfrenta constantes humilhações e ameaças de morte.

Para enfrentar essa situação, estão sendo criados clubes de mães, grupos de quebradeiras, Departamento da Mulher nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, associações. Organizam-se para obter melhores preços, ter acesso ao babaçual, evitar derrubadas e até para industrializarem elas mesmas o produto. Já foram feitos encontros de quebradeiras com representantes do Maranhão, Piauí e Tocantins.

Em 1990, o óleo de copra importado substituiu, na indústria, o de babaçu. O preço do coco caiu a níveis ridículos. Uma mulher conseguia de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 100,00 (o equivalente a US\$ 0,20 e US\$ 0,40) por dia. A "internacionalização da economia" jogou no desemprego 150.000 quebradeiras de coco.



© Gianni Carvalho

A PRIVATIZAÇÃO DO ESTADO É A VIOLÊNCIA NO CAMPO

1 — O BRASIL NOVO E A PRIVATIZAÇÃO DO ESTADO

Em 1990, confirmou-se o deslocamento da questão da Reforma Agrária para assuntos ligados ao meio ambiente e à modernização da agricultura, favorecendo as elites rurais. O governo Collor descartou enfrentar as distorções seculares na estrutura agrária, realizando uma proeza inédita até durante o regime militar: não fez sequer uma desapropriação, durante 12 meses.

Ficaram expostas as chagas da sociedade: queda violenta do PIB, - 4,6 % (maior índice negativo desde 1947); achatamento salarial sem precedente; concentração brutal da renda; indicadores sociais alarmantes no setor da saúde, educação; violência incontida no campo e nas cidades; queda de produção agrícola; seca no Nordeste. A marcha forçada rumo à modernização e o combate exclusivo à inflação deixaram totalmente de lado os seríssimos problemas que afligem o conjunto da sociedade.

A clara certeza de dois pesos e duas medidas se reforçou com a prioridade dada pelo governo Collor à redução dos desmatamentos e queimadas na Amazônia e aos programas de privatização. Os destinatários não são os descamisados e deserdados da terra nem a sociedade brasileira, mas os países do "Clube dos 7": os sete países mais desenvolvidos do mundo.

De vilão, o país deve tornar-se modelo, para ser anfitrião

da Conferência Mundial do Meio Ambiente (ECO-92), promovida pela ONU. Por isso, Collor escolheu um renomado ecologista, José Lutzenberger, para chefiar a Secretaria Nacional do Meio Ambiente (Senama).

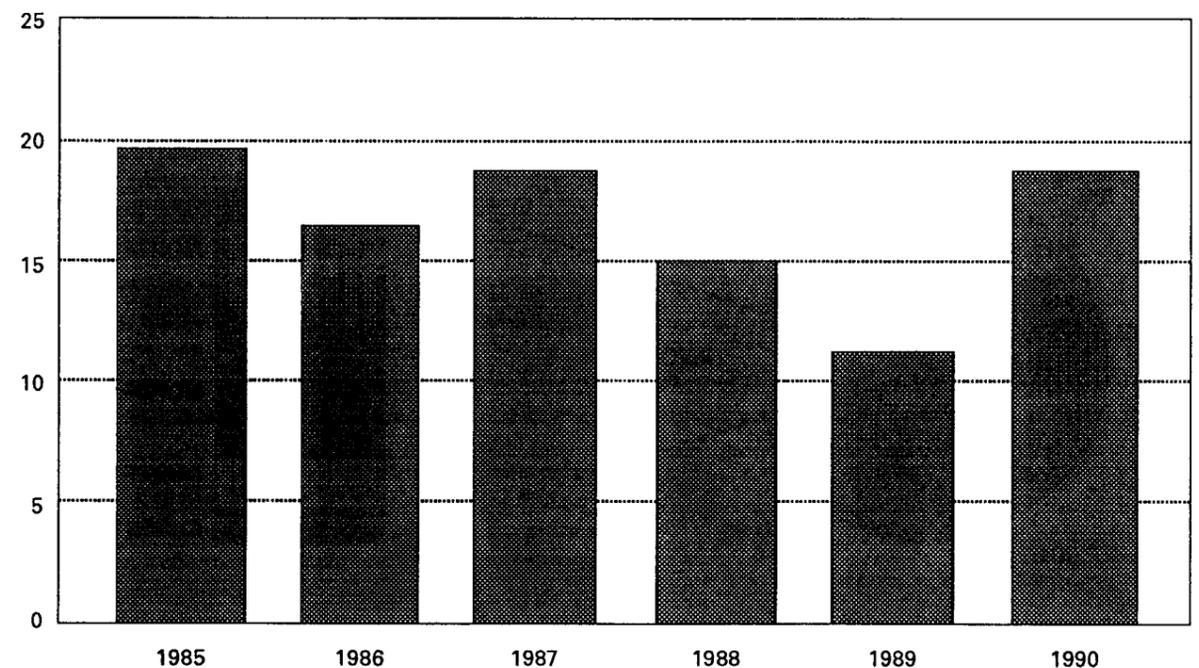
Por outro lado, ficou na sombra uma parte do discurso do presidente, em Aquidauana (MS): "A proteção do meio ambiente não pode ser alcançada sem a melhoria das condições econômicas e sociais que afligem as populações menos favorecidas" (OESP).

Apesar das promessas feitas, há uma grande distância entre as concepções do projeto Brasil Novo e os anseios reais da população. A democracia não pode ser apenas um exercício de imitação de países mais desenvolvidos. Ela requer que o objetivo principal seja o combate contra a pobreza, a injustiça, e a iniquidade.

1.1. Perfil da violência nas regiões

Ao olhar a realidade do campo em 1990, perduram altos índices de violência na luta pela Terra, sem haver sinais de início da solução. Ocorreu, ao contrário, um aumento significativo de assassinatos, que passaram de 56, em 1989, para 75, em 1990 (crescimento de 34%). Por cada 100 conflitos registrados, ocorreram 19 assassinatos, elevando o nível da violência aos índices dos anos de 1985 e 1987 (cf. Quadro 1). O número de pessoas envolvidas em trabalho escravo mais que duplicou em relação ao ano anterior (cf. Quadro 9).

Conflitos de terra no campo Assassinatos, em cada 100 conflitos



Fonte: CPT Nacional 1991

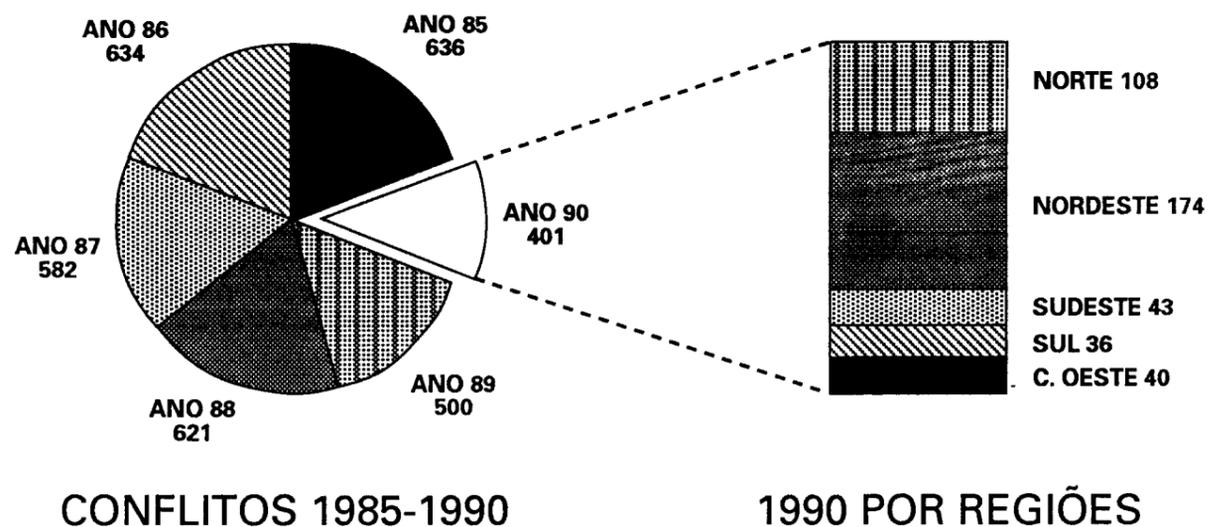
■ Séries A

Diz o relatório da Americas Watch: "A administração Collor, ao pretender defender o meio ambiente, está falhando na utilização de instrumentos claros para atingir esse objetivo: pôr um fim a essas práticas ilegais de trabalho via promotor público não exige uma nova legislação, nem uma nova

burocracia" (*Rural Violence in Brazil — An Americas Watch Report 3-2-1991, p.60*)

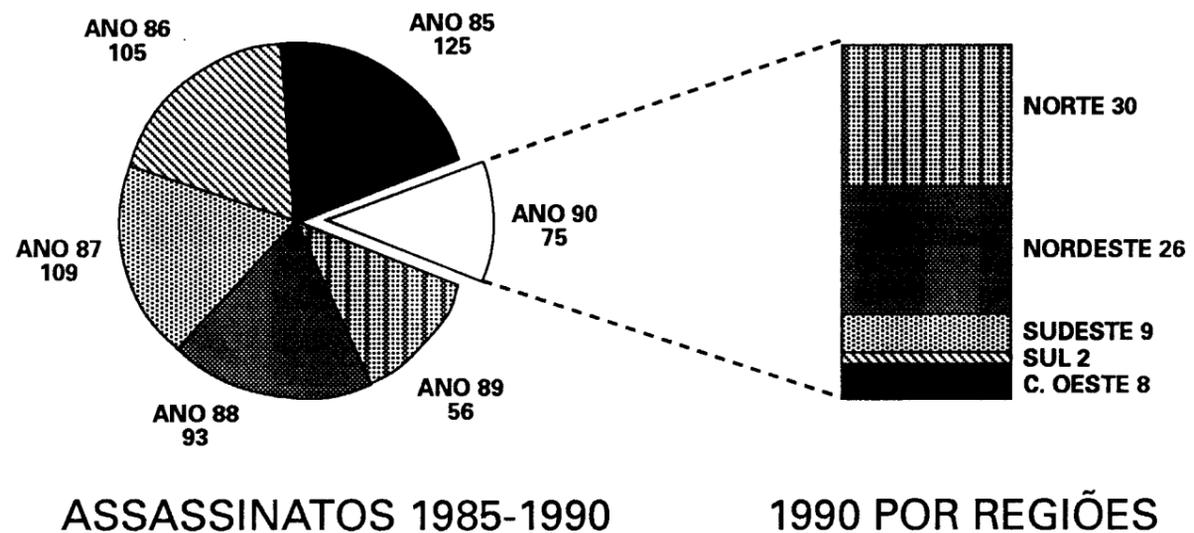
Nas duas regiões tradicionalmente mais violentas, Norte e Nordeste, os conflitos se acirraram em intensidade.

Número de conflitos de terra no Brasil de 1985 a 1990



FONTE: CPT NACIONAL 1991

Assassinatos de 1985 a 1990 em conflitos de terra no Brasil



FONTE: CPT NACIONAL 1991

Na região Norte, a redução dos desmatamentos foi a única atuação notável por parte de um órgão federal, o Ibama. Nada foi feito para conter a criminalidade desenfreada nos garimpos, com indícios de ligação com o narcotráfico e que vitima lideranças sindicais rurais. A inexistência de um estado de direito ficou evidenciada no sul do Pará (cinco mortos em 10 meses num único município, Rio Maria). A desativação de órgãos como o Inbra e a Sucam aumentou mais ainda o quadro desolador no setor fundiário e da saúde. Rondônia, estado que já foi considerado pelo Banco Mundial um "modelo" de colonização, enfrenta um êxodo rural acelerado.

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA (NORTE)

	1989	1990
Assassinatos	14	30
Ameaça de Morte	37	50
Tentativas de Assassinato	13	14

A Região Nordeste, apesar de contar o presidente Collor como um dos seus filhos, está longe de sua remissão. Trata-se da região mais castigada pela violência na luta pela terra e pela seca. A Bahia chegou em primeiro lugar no País, pelo número de conflitos (62) que ocorreram principalmente no sul do estado. No Maranhão, registraram-se 38 conflitos, contra 26 no ano anterior. Nestes dois estados aconteceu a quase totalidade dos assassinatos no Nordeste, em 1990. A seca tem castigado, segundo a Sudene, mais de 4,5 milhões de pessoas em quatro estados: Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia.

Na Região Sudeste, Minas Gerais é uma amostra do modelo agrícola que vem sendo implantado no País. Consolidam-se projetos no setor da agroindústria, nos cerrados e de irrigação. Por outro lado, confirma-se o desaparecimento de meeiros e posseiros no norte do estado.

Na Região Sul, ocorreu um maior endurecimento da polícia e pistoleiros contra os sem-terra, apesar da redução quantitativa dos conflitos. Desfechos violentos marcaram essa história de "sangue, suor e lágrimas".

A Região Centro-Oeste, destacada pelo governo para desenvolver uma agricultura moderna, continua mais próxima do faroeste selvagem, como se verifica no Mato Grosso. A violência na luta pela terra se equipara à situação de 1984. Áreas de garimpo, de colonização, numerosos casos de trabalho escravo, execuções sumárias por parte da polícia constituem um quadro alarmante de violência descontrolada.

1.2. Operação-desmonte da Reforma Agrária

Com muito estardalhaço, o ministro Antônio Cabrera, titular do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (Mara) anunciou, em várias ocasiões, o início da era da modernidade e da eficiência no campo. Prometeu realizar uma Reforma Agrária "decente", sem política nem ideologia. A pretensão de inovar a proposta de Reforma Agrária apenas esconde apoio total à elite rural, aos seus privilégios acumulados. O empenho do Ministro para criar uma forte bancada "ruralista" no Congresso (153 parlamentares) é uma clara demonstração. Ele é ministro de 80 mil produtores, deixando desamparados 4,5 milhões de camponeses.

Em relação à política agrária, o ministro Cabrera adotou três táticas: criticou a administração anterior, do governo Sarney; tentou esvaziar os movimentos de reivindicação no campo, declarando que não ia desapropriar áreas de conflito; adotou mecanismos para favorecer a agroindústria e privilegiar a iniciativa privada via colonização e irrigação.

a) As pedras jogadas contra o governo Sarney faziam parte da "operação eficiência e modernidade". Alegou-se que houve muitas desapropriações malfeitas, em áreas impróprias, com desperdício do dinheiro público, para o assentamento de lavradores "sem vocação".

Passados doze meses, o Governo Collor não conseguiu mostrar realizações: não fez nenhuma desapropriação e dos 50 mil títulos, cuja entrega foi propagandeada, "a sua quase totalidade refere-se a assentamentos antigos, datados de 1974 para cá, ocorridos portanto em gestões anteriores à do atual governo, com o agravante de que parte expressiva desses títulos reporta-se à regularização de imóveis considerados minifúndios, achando-se, em decorrência, abaixo da fração mínima de parcelamento" (*Participação*, publicação da Assera, dezembro-1990). Os computadores do Inbra pararam de funcionar em março de 1990. Nessa época havia já áreas desapropriadas com capacidade para assentar 89.000 famílias.

Há ainda 309 áreas desapropriadas sem emissão de posse, que somam 2 milhões de hectares. Em várias dessas áreas, já ocupadas, os lavradores estão sem condição de trabalhar, sem crédito, nem material, sujeitos à violência de fazendeiros e pistoleiros.

O Inbra ficou apenas encarregado de executar as diretrizes preparadas pela Secretaria Nacional de Reforma Agrária (Senara). Tornou-se um órgão morto.

b) Recusando-se a solucionar conflitos em áreas de tensão no campo, o Ministro Cabrera se negou definitivamente a enfrentar o monopólio sobre a terra, os enormes privilégios de uma minoria. Em 1990, pipocaram 401 conflitos de terra, envolvendo 191.550 pessoas. Num período de quatro anos, soma-se o total de 3.374 conflitos: uma guerra sem tréguas que atingiu mais de 2,4 milhões de camponeses e trabalhadores rurais (cf. Quadro n. 1).

Se o raciocínio do ministro fosse aplicado às áreas da educação e da saúde, não caberia construir escolas para reduzir o analfabetismo, nem postos de saúde em regiões de endemias. E, de certo modo, é o que continua acontecendo em várias partes do Brasil, em nome do "ajuste estrutural" ditado pelo FMI.

c) Sob a bandeira do neoliberalismo, o governo se recusou a modificar a estrutura fundiária, enaltecendo os mecanismos do mercado. A privatização do Estado torna mais claro o Plano Plurianual (1991-1995), referente ao Mara, apresentado pelo Executivo ao Congresso Nacional em janeiro de 1991. As teses da UDR são amplamente defendidas, privatizando os recursos públicos e socializando os prejuízos.

O governo baseia sua política agrária sobre três pilares: reforma agrária, entendendo-se regularização fundiária, via assentamento de 380 mil famílias em quatro anos; colonização dirigida, via iniciativa privada, para 120 mil famílias; e irrigação, beneficiando principalmente grandes grupos econômicos.

Plano Plurianual 1991-1995

			1991	1992-1995
1) Reforma Agrária	Assentamento	Famílias	97.000	283.000
	Desapropriação	Mil/ha	5.003	22.000
	Regularização Fundiária	Mil/ha	3.753	17.000
2) Colonização	Assentamento	Famílias	32.000	88.000
3) Irrigação		Mil/ha	468	1.152

Fonte: Mara — 1990



© Antonieta de Sant'Ana

As desapropriações pretendem atingir 27,6 milhões/ha em quatro anos, e o Plano determina que os assentamentos (129 mil em 1991) sejam feitos "em áreas cujos recursos (solo e clima) assegurem condições de produção economicamente viáveis". Propósito louvável se não levar em conta os mecanismos burocráticos da máquina federal e a decisão de não desapropriar as áreas de conflitos.

O exemplo trágico ocorrido na Gleba Piau-Araés (8.600 ha), no município de Nova Xavantina (MT), ilustra uma prática corriqueira. Em julho do ano passado, 133 famílias de posseiros, morando há 8 anos na área, foram violentamente despejadas. O advogado delas tinha perdido prazos na justiça, enganando-as. Autoridades locais, parlamentares de vários partidos, entidades de apoio, intercederam, reivindicando, junto com os camponeses, a desapropriação da área. Em resposta, o Presidente do Inbra, José Reinaldo Vieira, usou dois argumentos:

que não podia se opor à justiça e que a área era imprópria para agricultura. De nada adiantaram as declarações do prefeito, Osvaldo Toyama (PI.), afirmando que na área a prefeitura já tinha construído duas escolas, 50km de estrada, que os posseiros tinham serraria, marcenaria e "abasteciam a cidade na sua quase totalidade pelos seus produtos". O Inbra só aceitou fazer o reassentamento das famílias em outros locais. A proposta foi rejeitada pelos posseiros: "Duas áreas são cheias de posseiros, outras duas pertencem aos índios Xavantes e uma é de terra alagadiça", disseram eles.

Os projetos de colonização, sob a direção da iniciativa privada, serão implantados principalmente nas regiões Nordeste e Centro-Oeste (62%). Recursos públicos continuarão sendo canalizados para o cerrado, em benefício de grupos empresariais, cabendo aos colonos pagar os investimentos. Em 10 anos o Prodecet fez investimentos em 270 mil/ha de cerrado em cinco estados (MG, GO, BA, MT, MS).

Mais uma vez, são lançados novos planos de colonização sem levar em conta o fracasso dramático de várias experiências. No Mato Grosso, 2.000 famílias, instaladas na colonização Aripuanã, da Cotriguaçu (400.000 ha), padecem com a precariedade das estradas existentes. No mesmo município de Aripuanã, o Projeto Guariba foi apresentado em 1985-86 como o melhor projeto de Reforma Agrária, com proposta de assentar 5.654 famílias até 1990. 350 famílias se instalaram em 1988. No ano passado, 50 famílias mal conseguiam sobreviver. No Pará, 2.000 colonos da Gleba Carapanã, em São Félix do Xingu, reivindicaram a demarcação dos seus lotes. Em 1987, a firma Andrade Gutiérrez vendeu ao Inbra o Projeto Tucumã (400.000 ha). Havia ganhado quase de graça essa área em 1977, e a revendeu para a União por 30 milhões de dólares em 1987. Não parou, nesse período, de explorar os colonos e vender madeira de lei. Cabe lembrar que o secretário nacional da Reforma Agrária, Fernando Vieira (exonerado em 9/3/91), foi um dos executivos do projeto de Colonização Alta Floresta, de Ariosto da Riva, no Mato Grosso.

Quanto aos projetos de irrigação — 1,7 milhões de hectares irrigados, sendo 600 mil para a iniciativa privada — os beneficiários certos são os grupos econômicos, firmas de construção e de equipamentos e insumos agrícolas. Das metas de 1.620.000ha a cargo da Senir, 67% serão implantados no Sudeste e Centro-Oeste. A região mais castigada pela seca, o Nordeste, deve se contentar com 112.000ha, a cargo da Codevasf e Dnocs.

Segundo a CPT-BA, a Codevasf implantou no estado sete projetos de irrigação. Para isso, os posseiros e pequenos pro-

prietários foram tirados de suas terras, com indenizações irrisórias, tornando-se bóias-frias ou vindo inchar as periferias de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE).

Esses sucedâneos de Reforma Agrária têm o apoio total do Banco Mundial que, na década de 80, financiou o Polonoeste, projeto de colonização em Rondônia, mundialmente reconhecido como sendo hoje um fracasso retumbante. Os projetos do Prodecet e de irrigação são basicamente orientados para o aumento da produção, sem considerar os custos sociais e ambientais.

Na área do cerrado, esses empreendimentos resultaram em uma redução do emprego (diminuição de 7,7 pessoas para 3,6 pessoas em cada 100ha) e em danos ecológicos (contaminação das águas, erosão eólica).

1.3. Política agrícola para uma elite

As diretrizes econômicas para modernizar a agricultura, publicadas em agosto de 1990, representam uma política clara do governo a serviço da classe rural dominante. O aparelho do estado abdica de suas prerrogativas, e encarrega as leis do mercado de corrigir as distorções acumuladas. O pacote agrícola, na prática, dificulta mais ainda o acesso dos pequenos produtores ao crédito rural, com uma reclassificação da categoria. Por outro lado, a agroindústria e setores de exportação recebem os maiores impulsos.

Enquanto as negociações do GATT revelam o cuidado dos Estados Unidos e da CEE de diminuir subsídios à agricultura, o governo brasileiro baixa a guarda e retira todos os recursos para pequenos e médios produtores. Órgãos de extensão e assistência em nível estadual e federal foram desmantelados. Pode-se estender a quase todos os estados a afirmação da CPT-MG: "As ações da Emater e da Ruralminas, além de inoperantes, muitas vezes se deram no sentido de esvaziar as lutas dos posseiros e dos sem-terra".

Na Bahia, 4.600 famílias, de mais de 17 assentamentos no sul e sudeste do estado reclamaram crédito do Procerca, sementes, material agrícola, escolas.

Dos Cr\$ 309 bilhões prometidos pelo Governo Federal para o financiamento da safra 90/91, apenas 50% foram liberados (para grandes e médios produtores).

Apesar das promessas de produção e eficiência, o IBGE registrou, em 1990, uma queda do produto real da agropecuária, da ordem de 4,1%. Longe de se preocupar com a situação dramática dos pequenos produtores, o ministro Cabrera se alinhou totalmente com a bancada ruralista durante a votação da Lei Agrícola no Congresso. Essa lei foi definida pelo deputado federal José Serra (PSDB) como um ato sem precedentes de privatização do Estado.

O presidente Collor vetou 88 dos 107 artigos, em janeiro de 1991. Entre os artigos vetados, havia dois de grande importância para a pequena produção familiar.

1.4. Ecologia e marketing

Para recompor sua imagem e preparar a ECO-92, o governo Collor voltou sua atenção para o meio ambiente, anunciou uma série de decisões de alcance variável.

A região amazônica concentrou as mais importantes, deixando a Mata Atlântica em posição bem distante. Os pro-

blemas do Nordeste foram quase totalmente ignorados. Nos últimos anos, esta região perdeu 27% de suas matas, com devastação maior no Ceará (Correio Braziliense, 23/2/91). Na Amazônia, o Ibama iniciou oficialmente, em junho, a "Operação Amazônia" destinada a conter desmatamentos e queimadas. Sabendo que a batalha se trava mais nos meios de comunicação do que na própria floresta, o governo divulgou fartamente notícias de multas vultosas contra fazendeiros e madeireiros. Em dezembro de 1990, o Ibama declarou, com ufanismo, uma diminuição dos desmatamentos da ordem de 65% em relação ao ano anterior. Usando métodos mais científicos, o INPE fez uma estimativa de 27%, equivalentes a 13.818 Km² (JB, 7/3/91).

Sem negar a importância dessa operação, ela não se inseriu numa política de maior alcance. Em relação aos pequenos produtores, o Ibama adotou uma atitude autoritária e burocrática. Eles foram tomados de surpresa por medidas bruscas no setor econômico. O pacote agrícola foi a pá de cal em cima da agricultura familiar na Amazônia Legal. Sem crédito, sem infra-estrutura básica, os colonos e posseiros tiveram de enfrentar a burocracia do Ibama para fazer seus roçados. O Ibama não se preocupou em iniciar um processo de educação e divulgação sobre a preservação ambiental via STRs e comunidades. Ao contrário, diretrizes e normas foram baixadas de cima para baixo, contando com um novo ator, o satélite de observação.

O governo determinou as prioridades ao zoneamento ecológico da Amazônia. Há sinais, no entanto, de que predomina uma visão de segurança nacional. A SAE é encarregada de coordenar os trabalhos e não existe preocupação em dar apoio jurídico, econômico e social aos trabalhadores rurais e aos índios. A valorização da cultura local apresenta-se como uma referência puramente cosmética. O convênio firmado entre a Senama, o CNS e o IEA para demarcar as quatro reservas extrativistas existentes, não significa ainda uma mudança na política governamental. Trata-se sem dúvida de uma conquista dos seringueiros e trabalhadores rurais e também das entidades de apoio nacionais e internacionais, mas, para serem consolidadas, são necessários grandes recursos econômicos. A viabilidade econômica na linha auto-sustentada é hoje mais um sonho do que uma realidade. As propostas ecológicas devem ainda sair de círculos fechados e pegar raízes no conjunto das populações envolvidas.

É fácil para o governo proclamar uma garantia jurídica, ao mesmo tempo em que sonham os meios e recursos econômicos. Institutos de pesquisa conceituados, como o INPA em Manaus e o Museu Goeldi em Belém, estão absolutamente sem recursos. Por essa razão, o Museu Goeldi nem pode ter estagiários.

Enormes contradições permeiam a política ambiental do governo Collor. O ministro Cabrera apóia uma agricultura moderna que é profundamente desprezada por José Lutzenberger. Este, em várias ocasiões, considerou esse tipo de agricultura "predatória como a mineração" (JB, 17/10/90). Empresas estatais se destacam por desrespeitar leis sociais e ambientais. Ao contrário do que se pensa, algumas multinacionais incorporam mais positivamente, na sua estratégia, a preservação do meio ambiente.

Os enormes projetos de cultura de eucalipto com o nome de "reflorestamento", financiados pelo governo e a iniciativa privada, tentam cobrir os estragos já cometidos. A CVRD do-

mina, na área do Carajás um império de mais de um milhão de hectares. Não obstante os 400.000 hectares que já possuía, ela conseguiu, com o patrocínio do Ibama, ampliar sua área em 700.000 hectares. Com muita propaganda, a CVRD lançou no PGC um plano de "reflorestamento", devendo consumir US\$ 3 bilhões em 10 anos (cf. JB, 26/12/90). Essa estatal, tão preocupada com sua imagem, não hesitou em usar expedientes violentos contra centenas de trabalhadores no Pará e na Bahia. No "Cinturão Verde", município de Parauapebas (PA), a CVRD expulsou 400 pessoas, mandando queimar seus barracos.

O prefeito local e nove STRs apoiaram as famílias que tinham construído a vila "União Marcos Freire". Uma placa expressava o pensamento comum desses posseiros: "Ele veio nos salvar e foi morto pelos poderosos". O ex-ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire faleceu, em 1987, em um acidente de avião que alguns consideram ter sido criminoso.

Na Bahia, a Empresa Florestal Rio Doce, proprietária da Fazenda Vale do Rio Doce, no município de Eunápolis, contratou uma firma de vigilância, composta por policiais, que mataram o posseiro Nécio Maria dos Santos, 55 anos, 17 filhos. No município de Porto Seguro, a mesma estatal expulsou índios Pataxó, da Aldeia Coroa Vermelha. Durante ataque de pistoleiros, um velho índio morreu de susto.

Nas demais questões ambientais que não dão prestígio, o governo adotou poucas medidas: carvoeiras em Minas Gerais e no PGC, barragens, problemas de seca. No norte do Espírito Santo, onde é mínima a cobertura vegetal original da Mata Atlântica, o governo incentiva o plantio de eucalipto. As áreas mais preservadas são aquelas onde moram pequenos agricultores. Algumas comunidades, como em Domingos Martins, já fizeram suas próprias leis ambientais.

Em relação às barragens, a exigência do Rima constitui, em várias partes, um ritual burocrático fácil de ser cumprido com a ausência de audiências públicas. A filosofia que predomina é a de que o homem, como qualquer animal, deve se adaptar às obras.

Apenas em 1990 a Eletronorte reconheceu a existência de problemas conseqüentes da formação do reservatório de Tucuruí, no Pará, como a praga de muriçocas que inferniza a vida e o trabalho dos lavradores assentados na região. Um relatório recente admitiu outros prejuízos ao meio ambiente:

"O reservatório, com uma área de 2.431km², submergiu quase 200km de rodovias, cerca de 15 povoados, reservas indígenas, chegando a mais de 30 mil pessoas o número de removidos. Apesar de o objetivo geral de um projeto deste ser a melhoria da qualidade de vida, em verdade esta meta tem criado uma situação de desconforto e redução da qualidade de vida para os envolvidos nas mudanças.

"A operação de salvamento genético de plantas de Tucuruí não foi representativa das florestas da área inundada, uma vez que são coletadas para propagação apenas árvores (ou espécies) com potencial econômico já bastante conhecido, fundamentando-se principalmente no valor alimentício das espécies. Se considerarmos outros critérios como potencial químico, endemismo etc., concluímos que apenas uma parcela ínfima da biodiversidade foi coletada para propagação e, até mesmo, para registro museológico da flora" (O Liberal, 16/9/90).

Na parte mais positiva, deve-se registrar o adiantamento da implantação do Planaflo em Rondônia, após denúncias de STRs, CNS e entidades ambientalistas. O projeto, com orçamento de US\$ 167 milhões, deveria ser financiado pelo Banco

Mundial, mas continha falhas graves para a proteção de reservas indígenas e de 50.000 famílias de colonos. Uma entidade norte-americana, *Environmental Defense Fund* (EDF), deu uma contribuição valiosa a essa denúncia.

CERRADO O MODERNO QUE EXPULSA CAMPONESES E CRIA DESERTOS

Desde a década de 70, foram criados quatro programas de desenvolvimento do cerrado mineiro:

Padap — Programa de Assentamento Dirigido no Alto Paranaíba, implantado em 1974 pelo governo mineiro e a Cooperativa Agrícola Cotia (CAC), abrangendo uma área de 62.000 hectares, inicialmente com 92 colonos e, em 1983, com 122 colonos.

Polocentro — Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, implantado em 1975, pretendendo abranger uma área de 3 milhões de hectares. Destinado à lavoura e à pecuária, foi sendo gradativamente desativado a partir de 1979.

Prodecer I e II — Programa de Desenvolvimento do Cerrado, criado em 1978 pela *Campo* (Companhia de Produção Agrícola), com um investimento japonês de 350 milhões de dólares. Previa a incorporação de cerca de 270 mil hectares de cerrados em cinco estados: Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Prodecer III — Consolidação dos projetos iniciados, com a implantação de agroindústria e diversificação da produção, estendendo-se até o sul do Maranhão e Tocantins, com área em torno de 500 mil hectares, até 1992. Conta com um investimento japonês de 700 milhões de dólares.

A região do cerrado sofreu intensas transformações com a implantação destes projetos, advindo daí conseqüências nada favoráveis aos pequenos agricultores. O trabalho agrícola tecnificado vem alterando significativamente as relações sociais predominantes até então.

De modo acelerado, vêm desaparecendo os parceiros nas regiões do Alto São Francisco, Norte, Jequitinhonha e parte do Rio Doce. Incrementou-se a migração do campo para a cidade e aumentou o número de trabalhadores rurais sem terra. Os pequenos produtores encontram-se cada vez mais descapitalizados e vão perdendo suas propriedades.

Se, para justificar a implantação destes projetos, o governo diagnosticou e propôs "aumento da produtividade das pequenas propriedades, melhoria dos níveis de renda e incremento de emprego na área rural", o que predominou, mais uma vez, foram as ações voltadas para os grandes empresários.

A implantação de toda a infra-estrutura e a intensa aplicação de crédito desembocaram num processo de concentração de renda, o que não deixa de ser privatização de recursos públicos.

Acrescente-se a isto o grave risco de aplicação de tecnologias inadequadas, que provocarão, em poucos anos, o "desenvolvimento" de áreas desertificadas.

(Extraído do texto de Edmar Gadelha: "Informações e Análises sobre a Situação Agrária de Minas Gerais", e do texto da CPT-MG: "Programas de Desenvolvimento do Cerrado".)

IRRIGAÇÃO: SUPERPRODUÇÃO E FOME POLÍTICA EMPRESARIAL MARGINALIZAM CAMPONESES

Na Bahia, devido ao baixo desenvolvimento das forças produtivas, o homem e sua economia se adaptaram ao meio natural para a produção agrícola.

A agropecuária sempre se desenvolveu na parte úmida dos vales, aproveitando as enchentes fertilizadoras. Nas épocas chuvosas, esta agricultura era complementada pela produção de sequeiro nas áreas altas e havia ainda a pesca e a criação, sobretudo a caprinocultura extensiva.

Hoje, na região de Juazeiro e Petrolina, na margem pernambucana do São Francisco, há cerca de 90 mil hectares de irrigação privada e pública. As mudanças são nítidas, tanto na economia urbana local como nas relações de trabalho, propriedade e tecnologia no campo.

A construção da barragem de Sobradinho e a implantação da agricultura irrigada de alto nível tecnológico, nos anos 70, alteraram o quadro existente, com a valorização das terras e os incentivos às empresas interessadas na irrigação. A concentração de terras e de renda deu-se simultaneamente ao enfraquecimento das economias camponesas. A ampliação de áreas irrigadas introduziu novos elementos de diferenciação social: os agricultores de fora das áreas privilegiadas, enfraquecidos, transformam-se em reserva de mão-de-obra assalariada e de terra para o capital.

Grandes contingentes populacionais perdem a terra, deslocados das áreas dos projetos de irrigação; parcelas significativas da população local sofrem outro tipo de exclusão, tendo de buscar o trabalho assalariado nas periferias das cidades. As relações de trabalho pioram com a presença dos intermediários, os "gatos". Na Agrovale, por exemplo, é intensa a exploração da mão-de-obra feminina, com salário inferior ao dos homens e condições de trabalho especialmente incômodas.

No Vale do São Francisco foi criada, na década de 70, a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do S. Francisco), cujas ações têm-se dirigido para os projetos de irrigação. Atualmente cerca de 4 mil hectares estão sendo aproveitados para a agricultura irrigada pela Codevasf.

O Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco atuará em 412 municípios dos estados banhados por esse rio, numa área de 681.796 Km².

Pela experiência que se tem de outros projetos de irrigação, prevê-se que os posseiros e pequenos proprietários das áreas do Planvasf serão expulsos ou receberão indenizações irrisórias e os que forem admitidos nos projetos tornar-se-ão bóias-frias.

O Projeto Baixo do Irecê, que atingirá a região de Juazeiro, terá uma área irrigada de 140 mil hectares e será entregue a uma Associação composta pelo governo do Estado da Bahia, da Codevaf e Codevarde (formada pelas empresas da Organização Odebrecht, Banco Econômico e Caterpillar-Baema).

Prevê-se uma produção de 700 mil toneladas de alimentos por ano, a ser exportada para o sul do Brasil e para o exterior. Isto fascina fazendeiros e empresários, com a possibilidade de especulação com a terra e lucros com a irrigação.

Sete projetos de irrigação implantados pela Codevasf já retiraram de suas terras posseiros e pequenos proprietários

rios, obrigando-os a se tornarem bóias-frias ou incharem as periferias de Juazeiro e Petrolina.

Depois de receberem toda a infra-estrutura, as terras são alugadas ou vendidas às grandes empresas nacionais ou multinacionais que exploram os trabalhadores com baixos salários e trabalhos excessivos, amontoando-os em alojamentos com péssimas condições.

No Projeto Tourão, da empresa Agrovale, em Juazeiro, uma usina de álcool e açúcar, durante quatro meses por ano, polui as cidades desde Juazeiro até Picos, no Piauí, com uma nuvem de fuligem, e intoxica milhares de pessoas.

No Projeto Camaragibe, que, ao ser implantado, em 1980, provocou um sério conflito de terra, existe um deserto de 4.000 hectares, causado pela salinização da terra.

(Resumo de texto da CPT-BA)

RIO GRANDE DO NORTE

Nesse Estado, existem grandes projetos de irrigação no campo, visando à produção de frutas para a exportação. Embora absorvam um grande volume dos recursos públicos do Estado, são justificados pelas autoridades como a maneira supostamente viável de desenvolver economicamente o estado a partir da agricultura. Entretanto, o impacto desses projetos sobre as populações atingidas vai desde a perda das terras e moradias até a perda da identidade cultural (nas atividades sociais e produtivas).

Segundo os programas governamentais, o principal objetivo é o assalariamento do trabalhador rural "como forma de tirá-lo da miséria".

Com o aumento das concentrações de terra, intensificam-se as migrações do campo para a cidade.

Destacam-se dois grandes projetos no campo:

Baixo-Açu, que aproveita as águas da barragem Armandinho Ribeiro Gonçalves. Várias empresas já estão instaladas, industrializando algodão e frutas. Nos próximos cinco anos deverão ser irrigados 30 mil hectares.

No Vale do Açu as principais empresas instaladas são: Finobrasa Agroindustrial S/A, com 2.500ha irrigados; Frutisa-Fruticultura Tropical S/A, com 210ha irrigados; Agropecuária Janduís, com 500ha irrigados; Taisa (têxtil), com 700ha irrigados; Giorgi, com 200ha irrigados; Agrovale, com 200ha irrigados; Veneza, com 30ha irrigados; Seridó Horticultura, com 20ha irrigados.

Quanto à parte do Governo, prevê-se uma área irrigada de 3.000 ha, onde serão instalados 214 colonos, 10 empresas de pequeno porte e 33 colonos especializados em fruticultura, olericultura, produtos de subsistência e forrageiras.

Chapada Apodi, com quase 80 mil ha irrigáveis, com elevada fertilidade natural. Para suprir a deficiência de água na área, será construído um sistema de quatro barragens: Santa Cruz, Poço Verde, Umari e Mossoró. Algumas empresas rurais já se instalaram na área, como a Maisa — Mossoró Agroindustrial S/A, que produz e comercializa frutas para o resto do país e o exterior.

O governo pretende instalar ali áreas de colonização com as culturas irrigadas e centros de pesquisa e demonstração.

(Resumo do texto da CPT/BA e MEB/Mossoró)

2 — A MODERNIDADE NO ATOLEIRO

“No passado, o poder foi utilizado para reforçar o Estado; no meu governo, ele será utilizado para benefício da sociedade” (Presidente Collor à TV Bandeirantes, 3/3/91)

2.1. Truculência assassina da polícia e grupos paramilitares

Uma das atribuições do Estado é garantir a vida e coibir a violência. Em 1990, o aparato policial foi uma demonstração de arbitrariedade e de violência. As ocorrências se dão em todos os estados. No Sul, a repressão policial teve nos sem-terra seu alvo predileto, mantendo contra eles um permanente clima de guerra psicológica.

Em Cruz Alta (RS), os sem-terra foram claramente acusados de serem bandidos e guerrilheiros. O desfecho trágico ocorreu quando um brigadiano (policial militar), à paisana, baleou gravemente o lavrador Ivo Martins de Lima. No Paraná, policiais, também à paisana, atiraram contra sem-terra da Fazenda Verdum (Lindoeste).

Em várias ocasiões, os próprios policiais apareceram, não apenas junto com pistoleiros, mas liderando-os. No Piauí, Pedro Silva, titular da Delegacia de Entorpecentes de Teresina, liderou policiais e jagunços para expulsar 153 famílias e queimar 36 casas, na Lagoa do Cazuza, município de Miguel Alves. Dois posseiros foram presos e torturados; um deles, Irênio de Sousa Nascimento, morreu no hospital.

Na Bahia, 36 famílias vivem sob constantes ameaças na Fazenda Camurugi, município de Santa Cruz. O delegado, Sargento PM Farias, tentou expulsá-las, sendo acompanhado por 15 pistoleiros e dois soldados. No mesmo Estado, a CPI da Violência, instalada em Porto Seguro, dia 9 de novembro de 1990, revelou o envolvimento de dois policiais na morte do posseiro Nécio Maria dos Santos. O relatório declara:

“É instalada a CPI da Violência, promovida pela Assembléia Legislativa da Bahia, na cidade de Porto Seguro, estando

presentes os deputados Alcides Modesto e Luiz Umberto, ambos do PT e membros da CPI. Para depor, comparecem o delegado regional, os delegados de Eunápolis: Dra. Eliana e Dr. Geraldo Magela, ambos afastados do cargo após o crime; ainda presentes os promotores de Eunápolis e de Porto Seguro e entidades de trabalhadores e de apoio aos mesmos. Com relação ao crime na Florestal Rio Doce, é apurado o seguinte: Que os policiais que acompanhavam os pistoleiros têm uma empresa de segurança em Porto Seguro e foram contratados pela Florestal Rio Doce por 6 mil (seis mil) BTN's para tirarem os posseiros da área. Esta empresa usa carro e armas da polícia, para fazer seus serviços” (Obs.: 6 mil BTN's = US\$ 3.600)

Cresceram como câncer, nesses últimos anos, essas chamadas “empresas de segurança”, compostas por policiais, algumas, tenham ocorrido iniciativas para desbaratá-las. Trata-se de uma das conseqüências mais perversas do aparelhamento do Estado a serviço de oligarquias. Predomina, na polícia, um corporativismo criminoso. Os policiais envolvidos em crimes estão sujeitos à Justiça Militar. Quando é requerida sua entrega à Justiça civil, ocorre protelamento. É o caso do Sargento PM Matos, envolvido na morte dos irmãos Canuto e de mais duas pessoas em Rio Maria (PA), que continua retido no quartel da PM em Belém.

A própria omissão e conivência das autoridades estaduais favorece essa gangrena. Só em agosto de 1990, o governador da Bahia, Nilo Coelho, anunciou: “A interferência policial nos conflitos da terra só será tolerada, a partir de agora, caso haja uma ação judicial”. Em quatro anos, ocorreram na Bahia 210 conflitos de terra.

2.2. INCRA: nada de reforma agrária

2.2.1. O Estado, no nível federal e no estadual, não garantiu direitos à terra, assegurados por dezenas de anos de posse. Em dois estados — Maranhão e Bahia — milhares de famílias vivem em total insegurança, ameaçadas por fazendeiros, jagunços e PMs. No Maranhão, são mais de 2.100 famílias espalhadas em 15 comunidades, totalizando mais de 700 anos de posse. Neste total estão incluídas três comunidades de descendentes de negros escravos, cujo direito à terra foi garantido pela Constituição Federal de 1988. Na Bahia, registram-se 1.220 famílias de 13 comunidades, cujo tempo de posse ultrapassa 700 anos.

Em Paraopeba (MG), no Dia Mundial do Meio Ambiente, um pelotão de 70 soldados da PM chegou ao município, requisitado pelo juiz, Dr. Saladin Helvécio Andrade Neves, que concedeu derrubar dez alqueires (24,2 hectares) de mata. Havia indícios de que

um grupo de negros do Quilombo de Pontinha tentaria impedir o desmatamento, como tinha feito três semanas antes. “Os quase dois mil remanescentes do antigo quilombo habitam uma área de 50 alqueires, embora seus antepassados tenham se instalado ali em uma propriedade de 510 alqueires.” Um dos líderes da comunidade, o lavrador José Moreira, conhecido como Dego, lamenta: “Vamos perder a natureza, as frutas e as ervas que usamos como remédio” (JB, 11/6/90).

2.2.2. Em várias regiões, nem atos de desapropriação e de imissão de posse têm garantido a segurança na terra. No Mato Grosso, dois posseiros da Gleba Serragem, no município de Nobres, desapropriada em 1987, foram assassinados pelo pretenente da área.

Na Bahia, a imprensa registra a violência de policiais e jagunços:

“60 policiais e 20 pistoleiros invadem a fazenda Mariana, desapropriada para fins de reforma agrária, há dois anos, e expulsam as 80 famílias que vivem na área. Eles chegam, fortemente armados, em um ônibus da Viação São Jorge, agridem homens, mulheres, crianças e pessoas idosas. Cinco posseiros são presos; dois são líderes do local: Denise e Arnaldo. Os policiais e jagunços chegaram sem ordem judicial, mas dizendo estarem agindo a mando do delegado de Camamu e do madeireiro Wagner Brandão. Várias casas são destruídas, pertences e alimentos são queimados e, ainda, Cr\$ 19.500,00 pertencentes às famílias são roubados. As 80 famílias acampam nas margens da BR 101” (Tribuna da Bahia, 1/8/90 e 5/8/90).

A declaração publicitária do presidente Collor no projeto Cujubim, em Ariquemes (RO), sobre o fim da corrupção no Incra, revela que a resolução desse problema não passa por decretos. O Incra sofreu, o ano todo, de uma falta crônica de verbas e, em algumas regiões, funcionários se envolveram em graves irregularidades.

No Sul do Pará, fazendeiros e madeireiros tentaram burlar as leis conservacionistas, subdividindo suas terras para extrair a madeira. A presidente do Ibama, Tânia Munhoz, denunciou essa prática. Porém, no castanhal Paiol/Sapucaia, em Marabá (PA), o coordenador do Incra, Dr. José Líbio de Moraes Matos, manteve pressão para as 60 famílias de posseiros aceitarem uma indenização irrisória. O Procurador do Incra tinha afirmado anteriormente que a terra não tinha documento.

Na Bahia, 135 famílias ocupam há mais de 70 anos a área da fazenda Umbuzeiro Agropecuária Ltda., em Xique Xique. Essa área é decretada prioritária para Reforma Agrária desde 1973. No entanto continuam agressões, tiros, matança de animais. O Incra, além da omissão, vem pressionando os posseiros para que deixem a área. Interrogado, o Juiz da Comarca, Dr. Almir Pereira de Jesus, revelou o desaparecimento de vários processos de desapropriação e de mais de 50 processos criminais.

2.2.3. Além de enfrentar todos esses obstáculos, os assentados devem travar duramente a luta pela produção. O ministro Cabrera criticou impiedosamente a administração do governo Sarney, mas negou assistência e crédito, via Procepa, aos assentados. Na Bahia, são mais de 4.500 famílias, representando 18 assentamentos, que reivindicam a liberação de recursos e cestas de alimentos básicos para os assentados poderem plantar, pelo menos, 3 hectares cada um.

Na Paraíba, nas áreas desapropriadas, os lotes estão aquém dos módulos da região. O PNRA reproduziu minifúndios num

plano calculado. “A situação das famílias é de grave precariedade e alarmante”, diz um relatório da CPT-NE: “A pobreza, agravada agora pela seca, é absoluta. Falta infra-estrutura, crédito rural, implementos agrícolas”.

No Pará, estado que vem liderando há quatro anos a lista dos conflitos de terra (220, no total), há 131 áreas desapropriadas e apenas 33 projetos de assentamento. O assentamento Tuerê, em Tucuruí, tinha tudo para ser produtivo. Hoje está completamente abandonado — colonos devem andar 42km a pé, de seus lotes até a estrada principal. A malária e a leishmaniose prejudicam gravemente as famílias. A madeireira Sunil, que está dentro do Projeto, proíbe os colonos de plantar.

Mesmo nas regiões mais ricas, o quadro não é diferente. Em Minas Gerais, 1.023 famílias se encontram assentadas em 13 projetos. O estado, que representa 12,52% do PIB nacional, deixa desamparadas essas famílias. Por outro lado, favorece a produção de carvão vegetal para a indústria siderúrgica. O ritmo é alucinante: 1.000ha de vegetação nativa destruídos por dia. No Rio Grande do Sul, os 63 assentamentos existentes são frutos da teimosia e determinação dos sem-terra. Mesmo assim, autoridades estaduais e governo federal deixaram de cumprir suas promessas.

No Paraná, a ação do governo estadual é contraditória. Nos 65 projetos de assentamento, com 3.520 famílias, 75% têm casa de moradia e 59% contam com energia elétrica. O MST calcula que o governo estadual recuperou, com o ICMS, tudo o que tinha investido nas áreas de assentamento. É uma clara demonstração da capacidade de produzir quando são oferecidos meios adequados. Contudo, a insensibilidade e a cegueira das autoridades paranaenses prevalecem nas outras 31 áreas desapropriadas, mas sem imissão de posse (algumas com processo se arrastando desde 1988), onde o governo estadual se nega a dar qualquer auxílio aos lavradores que já estão lá, produzindo.

2.3. A crise do “federalismo”

Em março de 1991, ao receber Carlos Cabral, presidente do STR de Rio Maria (PA), que acabara de sofrer um atentado, o Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, fez esse comentário lacônico: “Há uma crise do federalismo no Brasil”. A onda de assassinatos planejados no Pará e no Mato Grosso não é, infelizmente, um fato novo. Há anos a CPT, junto com outras entidades, tem denunciado esse câncer que corrói o tecido social. Mas a situação é mais complexa em vários setores.

A modernização, entendida na sua concepção democrática, esbarra em obstáculos erguidos em lei. Pela Constituição, cabe aos estados a repressão e o combate à violência. Na prática, porém, a polícia e o Judiciário são instituições municipais. O poder econômico e político local determina sua atuação e seus limites. Não é fato incomum que a chegada de um novo juiz numa Comarca seja motivo para grandes churrascos organizados pela elite.

Quase nunca acontece a decisão de órgão federal para prender mandantes de crime. O próprio julgamento dos assassinos de Chico Mendes deixou claro que houve complô. Das 1.630 mortes em luta pela terra, registradas desde 1964, chegou-se à conclusão de apenas 24 processos; e, destes, somente em três os mandantes foram condenados.



Ameaçados de morte em Rio Maria, PA

Nos setores da Reforma Agrária, política agrícola, saúde e educação, os planos governamentais propõem a integração dos órgãos federais e estaduais; mas, longe de existir uma concorrência pela competência, o que se observa é uma competição desenfreada pelo uso dos recursos públicos.

Na questão fundiária, a maior parte dos estados da federação se omitiu. No melhor dos casos e após muita pressão, o governo Burity, na Paraíba, adquiriu ao todo 14 imóveis para assentamento durante seu mandato. Mas, mesmo assim, tratou-se de áreas pequenas.



Despejo da Fazenda Santa Fé Cruz Alta — RS

No Rio Grande do Sul, o calvário dos sem-terra revela a irresponsabilidade do Inbra e do governo estadual. No município de Cruz Alta, 3.000 pessoas — entre elas 500 crianças — haviam ocupado, em 1989, a fazenda Bacaraí, de onde foram retiradas e conduzidas para o acampamento de Boa Vista. Esta área, pertencente ao Inbra, estava plantada com *pinus iltotis*, e é totalmente insalubre. Dezenas de crianças adoeceram ali, com diarreia, vômitos, alergia. “Nem cobra vive lá”, desabafou um lavrador. Em fevereiro de 1990, os acampados da Boa Vista, totalizando 1.400 famílias, deixam essa área e ocupam a fazenda Santa Fé, no município de Fortaleza dos Valos. Lá conseguiram permanecer apenas duas semanas, sendo retiradas, em caminhões, pela Brigada militar, que as levou “para o inferno de onde haviam saído”. Já foi ressaltada anteriormente a falta de apoio da Emater e outros órgãos estaduais a projetos de assentamento.

Em relação à questão ambiental, atritos constantes entre governos estaduais e o Ibama revelam os descompassos existentes. O governador de Rondônia, Jerônimo Santana, investiu duramente contra José Lutzenberger, que se opôs à aprovação do Planaflo. Multas pesadas do Ibama contra madeireiros do Amazonas provocaram nota indignada do governador do Estado, Vivaldo Frota, do superintendente da Suframa, Leopoldo Peres.

Em Roraima, foi notório o apoio do governo estadual aos garimpeiros e fazendeiros, invasores de áreas indígenas. Enquanto a operação de dinamitação de pistas de pouso em território Yanomami foi amplamente divulgada, a Petrobrás continua abastecendo 14 pistas clandestinas ao redor da capital, Boa Vista.

A grave crise econômica que assola o País pode levar os estados da região amazônica a um dismantelo institucionalizado. O contrabando de ouro e o tráfico de cocaína ampliaram consideravelmente seu espaço, inclusive dentro da estrutura do

Estado. A miséria e o analfabetismo, castigando as populações locais, favorecem a política populista e clientelista. Os governadores eleitos dos oito estados da Região Norte, incluindo o MT, se enquadram nessa linha.

A derrota de todos os candidatos verdes confirma

essa análise. Em nome do progresso, propostas ambientalistas são encaradas com escárnio. Além das conhecidas declarações do governador Gilberto Mestrinho do Amazonas, ocorreu em Roraima, em dezembro passado, uma passeata contra a suposta ameaça de internacionalização do estado. A campanha, organizada pela UDR, Junta Comercial e grandes garimpeiros, atacou duramente a Igreja por sua defesa dos índios Macuxi e Yanomami.

3 — A “MODERNIZAÇÃO” CONTRA A AGRICULTURA INFORMAL

Não obstante a declaração do ministro Cabrera sobre o desaparecimento da agricultura informal, ela confunde tecnocratas adeptos da modernidade a qualquer preço. A agricultura familiar deve ter acesso à tecnologia adaptada, crédito adequado, mas não nos moldes atuais. Ao se considerar a Reforma Agrária sob o ângulo econômico, social e ambiental, ela continua de profunda relevância. A dimensão econômica não se limita ao aspecto de produção. Ela deve incluir o respeito ao produtor e ao consumidor e à qualidade do produto. A segurança alimentar é ameaçada quando se baseia apenas na agroindústria, descartando a pequena produção familiar. Os

Estados Unidos e a CEE estão pagando um preço caro por terem feito essa escolha.

Socialmente, a criação de empregos é mais assegurada e mais barata com a pequena e a média propriedade. Além de garantir a maior parte da produção de alimentos, a pequena propriedade familiar reduz o êxodo rural, quando existem meios de produção: crédito, assistência, infra-estrutura. Uma pesquisa feita pelo Ibama, a pedido da Unesco, revelou que de 1.285 municípios mais despovoados nos anos 80, 26,6% consideram o latifúndio a causa do êxodo rural.

Quanto à questão ambiental, há uma correlação en-

tre a devastação e o tamanho da propriedade. No Brasil, a terra é barata para quem a possui e caríssima para quem não a tem. Devido à enorme concentração da terra, não existe, no meio dos grandes fazendeiros, nenhuma preocupação com a preservação. Os numerosos casos de trabalho escravo são claros sinais disso. Como aponta a *Americas Watch*: “Exigir direitos trabalhistas diminuiria certamente a destruição do meio ambiente pelo aumento dos custos”. O neoliberalismo proclamado pelo governo é, da maneira como está sendo implantado no País, antieconômico, anti-social e antiecológico.

ASSENTAMENTOS (MS) A DURA LUTA PELO POVO

O Censo Agropecuário de 1985 revela que o Mato Grosso do Sul se caracteriza por altíssima concentração de terra. Cinco proprietários ocupam 620.842ha, área quase igual à dos 32.739 estabelecimentos com menos de 100ha (cf. quadro abaixo).

	Nº de Proprietários	Área Ocupada
até 10 ha	14.834	62.817
10 a 100 ha	17.905	640.061
100 a 1.000 ha	14.114	5.212.290
1.000 a 10.000 ha	5.617	15.085.334
10.000 a 100.000 ha	440	8.684.117
mais de 100.000 ha	5	620.842

O mesmo Censo apontou 6.451 arrendatários, 2.689 parceiros e 8.819 ocupantes (posseiros). Somando, encontramos quase 18.000 famílias trabalhando em terra dos outros ou sem documentos, cultivando 1.500.00 hectares. Considerando que ninguém arrenda ou ocupa terra para deixá-la improdutiva, pelo menos metade dos produtos agrícolas do Estado são produzidos por agricultores com posse provisória. Ter-se-á alterado essa situação, a partir de 1985? Só o novo Censo poderá revelá-lo. Mas o povo diz que, com medo da Reforma Agrária, muitos latifundiários fizeram

falsas divisões de terra, o que pode até iludir o Censo. Será que eles também aumentaram a produção?!

Da parte dos pequenos (lavradores e índios), tem sido muito grande o sofrimento e a luta para preservar seu chão e conquistar mais. Os Índios Kaiowá de Dourados chegaram ao desespero. Vinte e cinco jovens se suicidaram em pouco mais de um ano. 800 famílias de agricultores permanecem ainda em nove precários acampamentos, que já duram anos. E 4.500 famílias assentadas lutam com a terra ruim, a falta d'água, as más condições de vida, o descaso do governo para reconstruir sua vida na terra conquistada. São especialmente significativas as histórias dos assentamentos Padroeira do Brasil e Santo Inácio.

Em 1990, uma boa parte dos assentamentos foi atingida pela seca; mas os lavradores não tiveram ajuda do Inbra, e muito pouca do governo estadual. O Quadro 12 mostra como é precária a infra-estrutura dos assentamentos, sobretudo pela falta de água. Por ironia, o Inbra já fez vários poços artesanais que não dão água. Os planos são feitos no escritório, e não no local...

No dia 1º de março de 1991, 350 famílias iniciaram em Dourados uma marcha de 250km, que chegou a Campo Grande dia 18 — para obrigar o Governo a atender as reivindicações de nove acampamentos. Com a solidariedade das Comunidades, CPT, organismos de Direitos Humanos, Agrônomos e ABRA, os trabalhadores sem-terra abrem caminho no meio do latifúndio.

4 — A SECA, INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

No Nordeste, coexistem ciclos de seca prolongados e uma concentração de renda acima da média do país. “Segundo o PNAD de 1989, os 10% mais ricos do Sudeste detêm 51,2% de renda; no Nordeste, o percentual de concentração de renda na mão dos 10% mais ricos é de 56,1%” (JB, 15/11/90). Existem centenas de teses, relatórios de órgãos públicos, listas sem fim de frentes de trabalho, documentos ligados ao problema da seca. Não se vê quase nenhum estudo explicando a correlação entre a seca que aflige a maioria e a riqueza concentrada na mão de uma minoria.

Em um levantamento das reservas hídricas, áreas críticas, disponibilidade de pastos, situação das lavouras e tensão social, a Sudene considerou preocupante a situação dos seguintes municípios, em quatro estados :

	km²	Municípios	População (pessoas)
PB	41.696	100	1.113.178
RN	48.381	128	1.220.752
PE	69.294	55	1.347.241
BA		178	900.000
TOTAL			4.581.181

(Sudene — agosto de 1990 — Cordec-BA)

Nos estados acima relacionados, o nível dos grandes reservatórios públicos localizados perto de latifúndios é quase sempre considerado satisfatório; ao contrário, os reservatórios de médio e pequeno porte estão praticamente secos. No Rio Grande do Norte, a Sudene aponta um fato muito revelador: as lavouras tradicionalmente plantadas nas vazantes de açudes "foram substituídas pelo plantio de forrageiras para suprir a necessidade dos rebanhos".

Grandes fazendeiros se apropriam de açudes públicos para tratar o seu gado, além de impedir aos camponeses o acesso à água e ao plantio em terras mais férteis. Neste quadro é de grande relevância o fenômeno anotado pela CPT-NE: "Na Paraíba, a luta pela terra nas beiras de açudes públicos cresce de forma muito rápida. São atualmente 12 áreas. No sertão dos coronéis e de dependência das frentes de emergência, aparece uma nova forma de garantir a sobrevivência: ocupação das vazantes e o não-pagamento de renda da terra". A tenacidade do povo, em vários lugares, impressiona: no açude Riacho dos Cavalos (PB), 60 famílias ocuparam, quatro vezes, 600ha de vazantes, sendo expulsas a cada vez.

A perda da safra, segundo a Sudene, é da ordem de 80 a 100% para culturas de subsistência como arroz, milho, feijão. Segundo a CPT-NE. "A seca de 90, na Paraíba, comparada com algumas secas passadas, apresenta maior gravidade. Em algumas secas anteriores, os agricultores não chegaram a perder toda a sua produção, enquanto este ano a perda da produção foi praticamente total. Além disso, a situação se torna ainda mais difícil pela crise que o País vive e pela ausência do poder

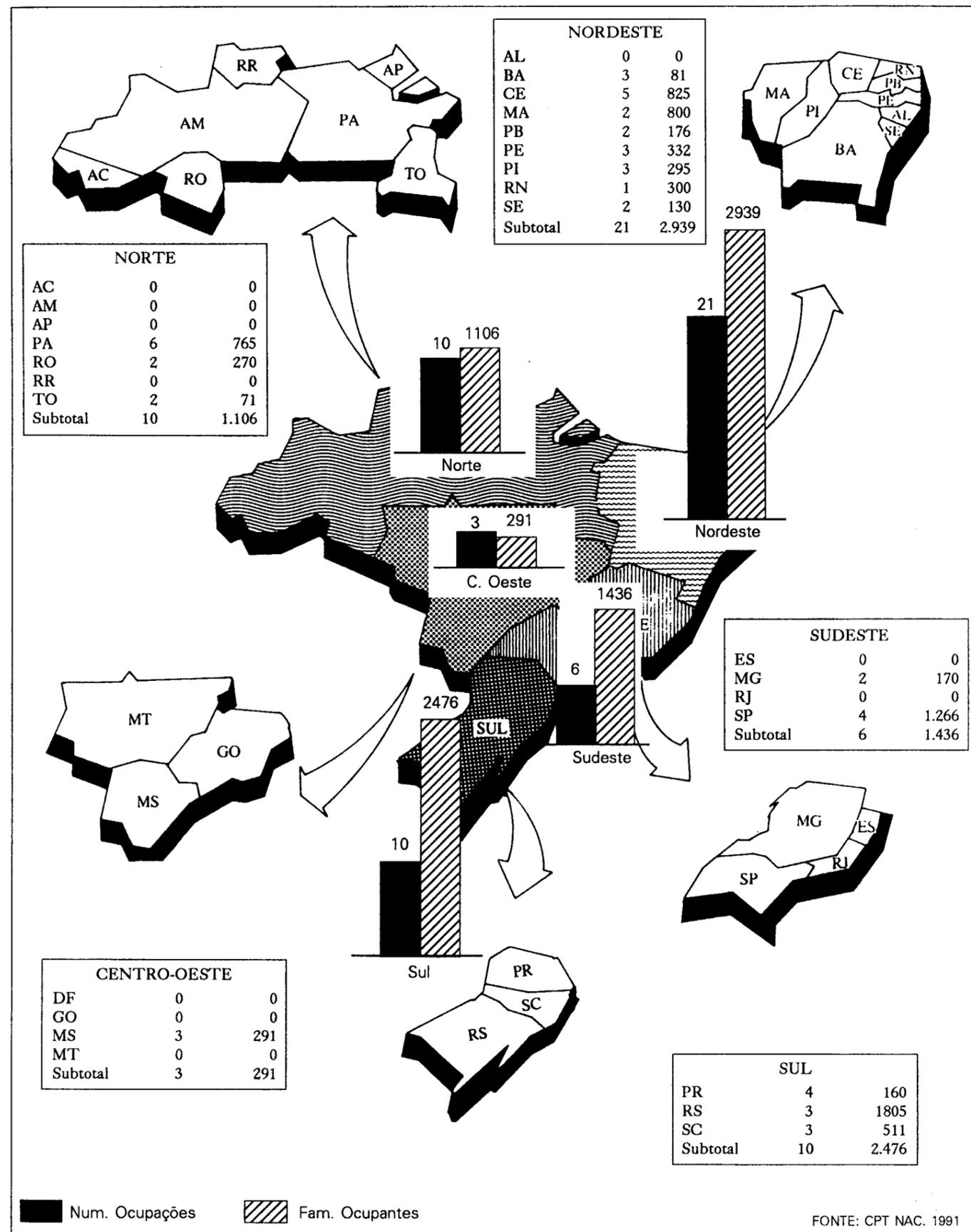
público, mesmo com as tradicionais medidas paliativas. Nas estiagens passadas, os agricultores e seus familiares encontravam na migração para os grandes centros urbanos (Centro-Sul) uma saída em busca da sobrevivência. Porém, na conjuntura atual, com a crise da indústria e da construção civil e com o desemprego massivo de trabalhadores destes setores da economia, esta alternativa se constitui numa aventura sem esperança."

Para se defender de saques, prefeitos mobilizam a Polícia Militar para impedir o acesso de trabalhadores até o centro das cidades. Mesmo assim, na região do sertão da Paraíba, ocorreram 20 saques e 54 tentativas, com participação média de 370 pessoas em cada saque. A crise é de tal tamanho que a participação das mulheres tem-se tornado cada vez mais significativa.

Apesar de tantos projetos "modernos" de irrigação, de planos emergenciais, de serviços de assistência pelo PAPP, Projeto São Vicente, APCR, LBA, CAP, Pe. Cícero, Prodecer, Fomento, e da promessa do presidente Collor de resgatar a dignidade do nordestino, a população desses estados continua humilhada, obrigada a receber esmolas.

Representantes de trabalhadores rurais de 14 municípios do oeste do Rio Grande do Norte fizeram, em junho passado, reivindicações que mostram o quanto os sertanejos são capazes de fazer planos perfeitamente adaptados à sua realidade. A redenção do Nordeste chegará quando políticos e tecnocratas forem capazes de ouvir a voz desses homens e dessas mulheres.

OCUPAÇÕES DE TERRA EM 1990



© CPT Nacional



© J.R. Ripper/Imagens da Terra

O PODER JUDICIÁRIO E OS CONFLITOS NO CAMPO

1 — A (IN)JUSTIÇA PARA COM OS POBRES DO CAMPO

1 — “Algumas decisões e atuação de juízes merecem destaque e revelam ou o despreparo e a incompetência dos mesmos para exercer função tão importante ou a conivência com o latifúndio e a omissão diante dos fatos graves.

Em Porto Nacional (TO), 33 famílias da fazenda Jacotinga tiveram despejo decretado liminarmente, por duas vezes, pela juíza da comarca, Dra. Luzia Aguiar de Farias, apesar de inúmeras irregularidades processuais terem sido levantadas pelo advogado dos trabalhadores nas audiências de justificação. As duas decisões da juíza foram suspensas por liminares concedidas pelo Tribunal de Justiça do Estado nos mandados de segurança impetrados pelos lavradores. Em outubro, quando da segunda decisão da juíza, seis famílias foram despejadas antes que o Tribunal suspendesse a sentença. A juíza é amiga e parente distante da autora do processo, aconselhou a parte quanto ao processo, tem interesse e prejudicou a causa. Mesmo assim, indeferiu a exceção de suspeição levantada pelos lavradores.

A parcialidade da juíza neste caso é tão manifesta que, após a decisão do Tribunal suspendendo sua sentença, a juíza, sem esperar o julgamento do mérito, logo anulou a mesma e marcou nova audiência para alguns dias depois, para acelerar o despejo das famílias.

Para fazer frente a esta situação, os advogados tiveram de entrar na justiça, neste caso, num único processo, com três agravos de instrumento, dois mandados de segurança, duas exceções de suspeição e um embargo de terceiro” (Documento Comissão Pastoral da Terra, CPT Araguaia-Tocantins, Avaliação de 1990).

2 — “Em Guarái (TO), a morte do lavrador José Barros de Oliveira, pai de onze filhos, assassinado pelo fazendeiro Mezair Oliveira Aguiar no dia 2/2/90, tem ligação direta com a decisão da juíza da comarca, que determinou a reintegração do fazendeiro na posse, despejando, conseqüentemente, as duas famílias de posseiros, antes mesmo de a apelação ser julgada pelo Tribunal de Justiça, o que é totalmente ilegal e inusitado. Os lavradores estavam garantidos na posse desde 1985 por uma liminar da Justiça. Em 1989 foi realizada a audiência de instrução e julgamento. A juíza decidiu a favor do fazendeiro. Os trabalhadores contestaram a decisão da juíza e esta, não esperando a decisão do Tribunal, colaborou para que o fazendeiro se sentisse fortalecido e ceifasse a vida do trabalhador” (Idem).

3 — Sob a alegação de refúgio na “impossibilidade de suspeição” do Poder Judiciário, o Promotor de Justiça José Gonçalves Moisés, que *a priori* é o vigilante primeiro da aplicação da lei, deixou sua comarca em Surubim (PE) e apresentou uma ação de reintegração de posse junto ao juiz da comarca vizinha para resolver um conflito de terra em que ele próprio estava envolvido.

Em outubro de 1990, o juiz da comarca de Bom Jardim (PE), vizinha a Surubim, José Viana Ulisses Filho, a partir daquela ação, expediu mandado de reintegração de posse em favor do promotor José Gonçalves. A ordem do juiz se referia à desocupação de 30 hectares da fazenda Cruzeiro de Caiana. Ao todo, a fazenda somava 300, sendo que 78 famílias de camponeses detinham a posse de 160 hectares deste imóvel, há 60

anos. Este tempo de posse é o triplo do necessário para se caracterizar o usucapião, ou seja, garantir a permanência dos camponeses na área.

“O que vi aqui foi uma guerra mesmo.”

Assim se expressou Vicente Ferreira da Silva, posseiro de 71 anos, após receber alta do hospital, onde foi parar em conseqüência da tentativa de assassinato que sofreu durante o despejo.

Antes de ter promovido essa “guerra”, o promotor e fazendeiro José Gonçalves ofereceu um grande churrasco, regado a farta bebida, para comemorar com os fazendeiros da região a liminar de reintegração de posse. Em seguida, 200 cabeças de gado foram arrebanhadas entre os fazendeiros vizinhos. Cinquenta pistoleiros, fortemente armados, conduziram a manada, que foi solta na área onde os posseiros viviam e trabalhavam. Inicialmente, os posseiros tentaram enxotar a boiada, mas naquele momento, um caminhão trazia mais 50 pistoleiros armados. Passaram a ser 100 homens, um batalhão. Teve início uma sucessão de agressões aos camponeses. Tiros foram disparados para todos os lados. Vicente Ferreira da Silva, pai de sete filhos e avô de 10 netos, foi agredido a coronhadas no rosto e nos ombros. Também Hilário Francisco de Andrade Filho, Antônio Elcotério de Lima, delegado sindical, e Maria Flora dos Santos, que estava grávida de sete meses, foram atingidos a bala. Maria chegou a pensar que perdera a criança. O pai de Hilário presenciou a agressão contra seu filho, sem nada poder fazer. Quarenta roçados foram incendiados; duas casas destruídas, uma moto-bomba e 500 metros de encanação, destinados à irrigação, foram queimados, assim como duas cangalhas, três carroças e as bombas para a aplicação de inseticidas. Duas caieiras (pilhas de tijolos prontos para serem queimados) são espalhadas pela área. Eram oito mil tijolos.

Todos esses desmandos foram praticados em nome de um mandado judicial que determinava a desocupação de somente 30 hectares. No entanto, o Promotor não respeitou ninguém.

Fica, aqui, uma questão: qual a distinção, para o Judiciário, do que seja violência legal e violência arbitrária, na defesa de interesses pessoais ou de seus apadrinhados, e onde começa a defesa do interesse público que, muitas vezes, está misturado aos próprios interesses particulares?

2 — O JUDICIÁRIO: SUA FINALIDADE, COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

A constituição do Estado moderno agregou a ele, também, o exercício da atividade jurisdicional. Nesse momento, essa função passa a ser única e exclusivamente de competência do Estado. Alguns juristas afirmam que ao Estado é atribuída a jurisdição (vale dizer, o direito) e que esta vem a ser o *poder-dever do Estado de fazer justiça*. Há outros, porém, que dizem ter o Estado o *poder-dever de aplicar a lei*. De acordo com a prática atual, o que o Estado faz é apenas aplicar a lei, sem fazer justiça.

O Poder Judiciário representa uma das faces do Poder Estatal, que, na sua concepção original, é único, mesmo sendo tripartido entre Judiciário, Legislativo e Executivo. É o Poder

Judiciário que se torna o responsável objetivo e direto pela aplicação da lei, mesmo não tendo sido ele que a elaborou.

Há bastante diferença no entendimento das expressões “fazer justiça” e “aplicar a lei”. Não se pode aceitá-las como sinônimas, como sendo a mesma coisa. A justiça está intimamente vinculada ao senso de valorização; quanto à lei, o legislador a elaborou, incorporando-lhe os valores pessoais e sociais, mas esbarrando nas limitações pessoais. É evidente, então, que a lei não é fruto da participação das forças e grupos sociais. A Justiça vista como poder, na maioria dos casos, nem é cega, como se pretende dizer (que julga isentamente), mas o Poder Judiciário, genericamente falando, trata a aplicação da lei com “dois pesos e duas medidas”. Nesse sentido, pode-se questionar a “independência” (isenção) do Judiciário. Primeiramente, a independência (isenção) dentro da própria estrutura estatal. É sabida e notória a prevalência do Executivo sobre os demais Poderes. É algo que acontece “ao arpejo da lei”. Não bastasse essa subordinação, o Poder Judiciário, certamente porque é composto, em sua absoluta maioria, por representantes de classes sociais mais elevadas, melhor dizendo, por pessoas que não estão vinculadas à difícil vida dos pobres, quase sempre reproduz, em suas posições, a marca dos interesses dessas classes sociais.

Portanto, fica muito difícil falar em independência (isenção) e imparcialidade no conjunto das ações do Judiciário, que, quando muito, consegue julgar procedentes as ações sociais polêmicas no que se refere ao andamento do processo. É exceção ocorrer o mesmo nos méritos, ou seja, no cerne da questão, especialmente quando os principais interessados são os pobres.

Há um dizer comum de que o aparelho judicial funciona aplicando “o Direito Civil para os ricos e o Direito Penal para os pobres”.

3 — OS CONFLITOS NO CAMPO E A MEDIAÇÃO DA LEI

O Código Civil Brasileiro (CCB) que entrou em vigor dia 1º de janeiro de 1917, está impregnado pelo “princípio sagrado e absoluto do direito de propriedade”.

São reconhecidos ao proprietário direitos totais. Nas pesquisas dos conflitos no campo, na maioria dos casos, o pretenso proprietário tem apenas o domínio injusto da propriedade, especificamente da propriedade rural. É o Judiciário, com raríssimas exceções, confirma a propriedade injusta, não levando em conta os direitos dos posseiros. Nesse sentido, pode-se afirmar que, quase sempre, o Judiciário considera injusta a posse. Prevalece o domínio. Entretanto, os posseiros são categóricos ao afirmar que “não plantam em papel”. Vale destacar, aqui, uma afirmativa de Miguel Pressburger, diretor do Ajup: “O direito atual, velho e carcomido, protege de maneira irracional o proprietário, pelo simples fato de ser ele portador de um papel: o título. Ao contrário, persegue aquele que ocupa, trabalha, produz, faz gerar riquezas”. (Prefácio de *Posse x Propriedade: a luta de classes na questão fundiária*, de Nilson Marques, Ajup-Fase, Rio de Janeiro, 1988).

Como é na área cível que se trava a disputa pela posse/propriedade, destacamos alguns dados que demonstram a in-

versão de uma prática usual. Trata-se da relação entre *expulsões arbitrárias e despejos judiciais*, ou seja, a violência arbitrária e a violência legal. Antes, os fazendeiros expulsavam mais, sem precisar recorrer ao Poder Judiciário. Os números se referem a famílias expulsas e despejadas.

Ano	Expulsões arbitrárias	Despejos judiciais
1988	3.932	2.387
1989	1.842	3.107
1990	1.681	2.544

Essa relação nos faz observar que os fazendeiros estão cientes de que podem continuar a retirada dos posseiros da terra, pois contam com a garantia do Poder Judiciário, e auxiliados pela polícia e seus pistoleiros, por meio dos despejos judiciais.

Mesmo que no artigo 170 da Constituição Federal de 1988 esteja disposto que a ordem econômica deverá se pautar, dentre outros, pelo princípio da “função social da propriedade”, a verdade, é que esta, como outras disposições, não é aplicada, sob alegação de que carece de “complementação legal”. Aliás, mais da metade da Constituição ainda não foi regulamentada.

No ano de 1990, os advogados Milton Heinen, da CPT-Goiás, e João José Machado acompanharam o processo formado na Justiça, a partir da ocupação da fazenda Europa, no município de Goiás, ocorrida em 1989. O principal argumento utilizado pelos dois advogados foi o preceito constitucional determinando a função social da propriedade. Mas não conseguiram do juiz da Comarca da cidade de Goiás uma posição firmada na Constituição Federal de 1988. O Magistrado sentenciou embasado no Código Civil de 1917. Sendo assim, indeferiu a manutenção de posse e emitiu a ordem de despejo, que foi levada a cabo.

Situações como essa provam o quanto as sentenças trazem consigo uma carga de conveniência legal, ou seja, além de só aplicar a lei, o Poder Judiciário normalmente escolhe qual interpretação e qual lei não mexem no interesse dos mais ricos.

4 — PARA OS POBRES, O DIREITO PENAL

É nesse ramo do Direito que são tratados os crimes contra a pessoa, em primeiro lugar. Mas este vai além: é missão do Direito Penal defender a sociedade, protegendo seus bens, seus valores, seus interesses, garantindo a segurança jurídica e confirmando a validade das normas ou leis penais (cf. Nilo Batista. “A Missão do Direito Penal” in *Questionando o Direito Penal*, Ajup-Fase, Rio de Janeiro, 1989).

Porém, é no Direito Penal (o direito que é dado aos pobres) que imperam a morosidade e a impunidade. A impunidade é aqui entendida não só como falta de julgamento, como também a falta de condenação, apesar de a doutrina não considerar impune aquele que foi submetido a um júri e foi absolvido. Por que damos este entendimento à impunidade? Por dois motivos: primeiro, porque a impunidade é consequência da morosidade conivente em não se consumar o julgamento do réu, enquanto os fatos estão bem presentes; segundo, porque, apesar de considerarmos positiva a idéia de so-

berania do Tribunal do Júri Popular (é a única hora em que a democracia é exercida de fato — a sociedade aplicando a justiça), o funcionamento do Tribunal Popular, muitas vezes, é corrompido. Que os próprios convocados para compor o júri digam o quanto são intimidados ou cooptados para votar de acordo com o que os chefes políticos do lugar mandam.

Em entrevista divulgada pela “Folha de S.Paulo”, dia 18/2/91, Jarbas Passarinho, que é mais coordenador político do governo do que Ministro da Justiça, afirmou, ao lhe perguntarem sobre as formas de combater a impunidade: “O que vejo é a necessidade de acelerar a reformulação dos Códigos Penal e Civil, que estão no Congresso Nacional”. Não basta alterar ou fazer mais leis, se não há interesse e vontade política de aplicá-las a partir do princípio constitucional de que “todos são iguais perante a lei”. O problema é que uns são “mais iguais” que outros. O que precisa ser transformado é a sociedade. O próprio ministro Passarinho, na mesma entrevista, afirma, de certa forma contradizendo-se: “Nosso mal é julgar que um simples texto significa tudo. Nós temos o instrumento para usar (referindo-se à lei), mas falta aparelhamento policial para apurar, em alguns casos; e em outros, é triste dizer, falta vencer a convivência da área responsável pela punição”.

É, então, a partir dessa realidade que situamos a aplicação da lei, do Direito Penal, nos crimes de homicídio contra os que lutam pela terra e por melhores condições de trabalho no campo.

5 — O DIREITO PENAL E OS JULGAMENTOS EM 1990

Por mais revoltante que seja a impunidade — às vezes oficializada por decisão judicial — não se pode defender a prática da justiça do “olho por olho, dente por dente” nem da vingança privada. O que queremos é a aplicação equilibrada da justiça pela própria sociedade. Nesse sentido é valioso destacar que o julgamento do autor e do mandante direto da morte de Chico Mendes foi acompanhado por boa parte do mundo. Sem dúvida, as pressões nacionais e, sobretudo, as internacionais fizeram com que o processo fosse agilizado. Mesmo assim, o Poder Judiciário levou dois anos para concluir o caso com a condenação do fazendeiro Darly e seu filho Darci, pelo Tribunal do Júri Popular de Xapuri (Acre).

No ano de 1990, foram concluídos cinco processos referentes a crimes de homicídio, cometidos contra pessoas que lutam pela terra, vítimas dos conflitos no campo. Todos os cinco julgamentos foram realizados pelo Tribunal do Júri Popular das respectivas comarcas.

Foram julgados quatro casos, mas houve cinco júris, porque, em um dos casos, houve julgamentos separados para dois réus.

O quadro dos julgamentos ocorridos em 1990 fica assim:



Boaventura José de Magalhães, condenado pelo assassinato de Júlio R. Miranda, 1990

VÍTIMA E CATEGORIA	RÉU E CATEGORIA	DATA/LOCAL DO JÚRI	RESULTADO
1. Júlio Rodrigues de Miranda (lavrador)	Autor: Boaventura José de Magalhães (fazendeiro)	25/04/90 João Pinheiro (MG)	Condenado a 2 anos
2. Paulo V. da Silva (trabalhador rural) Edilson R. de Souza 26 anos	Autores: Orlando Padilha Martins e (PA)	19/09/90 Paragominas anos; Edilson,	Condenados: Orlando, 30 (pistoleiros)
3. Sebastião Lan (presidente STR) (pistoleiro)	Autor: Hélio Barros Filho — "Helinho" (RJ)	23/11/90 Cabo Frio	Condenado a 14 anos
4. Sebastião Lan (presidente STR)	Autor: Di Stéfano (pistoleiro) (RJ)	03/12/90 Cabo Frio	Condenado a 14 anos
5. Chico Mendes (presidente STR) (seringueiro)	Mandante: Darly Alves (fazendeiro) Autor: Darci Alves, (filho do fazendeiro)	12/12/90 a 15/12/90 Xapuri (AC)	Condenados Darly, 19 anos Darci, 19 anos.

6 — "ASSASSINATOS NO CAMPO: CRIME E IMPUNIDADE"

Nos últimos 26 anos, aconteceram 24 julgamentos por homicídios de camponeses, trabalhadores rurais, agentes pas-

ÍNDIOS	— 2 JÚRIS	— 2 CASOS
SACERDOTES	— 2 JÚRIS	— 2 CASOS
ADVOGADOS	— 3 JÚRIS	— 3 CASOS
CAMPONESES	— 5 JÚRIS	— 4 CASOS
TOTAL	— 12 JÚRIS	— 11 CASOS

Pelo levantamento realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra e pela CPT Nacional, nestes mesmos 26 anos (de 1º de janeiro de 1964 a 31 de dezembro de 1990), foram registrados um total de 1.630 assassinatos no campo.

Relacionando esses números, o total de julgamentos (24) representa 1,47% do total de assassinatos.

7 — ONDE ESTÃO OS CONDENADOS?

Dia 23 de julho de 1990, o pistoleiro Geraldo Rodrigues da Costa conseguiu fugir do Cebaigo, em Goiânia, onde cumpria pena de 18 anos e seis meses de detenção por ter assassinado o Pe. Josimo Moraes Tavares, dia 10 de maio de 1986.

Na verdade, Geraldo deveria estar cumprindo sua sentença no Presídio de Pedrinhas, em São Luís do Maranhão, pois fora condenado em Imperatriz, onde praticara o crime. Mas, pelo fato de sua família residir em Goiânia, foi fácil obter sua remoção para a capital goiana.

A CPT, assim como a imprensa, só tomou conhecimento da fuga do pistoleiro quando da sua recaptura pela polícia tocaninense, dia 23 de outubro. Geraldo foi preso novamente devido a outros atos criminosos, praticados naquela região: roubo seguido de seqüestro. Ele e Deusino Costa roubaram, em Gurupi (TO), o Chevette da professora Jane Maria, a quem também seqüestraram. Depois, soltaram a vítima. Com a

torais, índios, advogados, enfim os que lutam pela terra e por melhores condições de trabalho no campo. Ao todo, foram 19 casos, perfazendo um número de 36 vítimas fatais. Nesses 24 julgamentos só houve punição em 12 casos.

As condenações ocorreram em julgamentos por homicídio de:

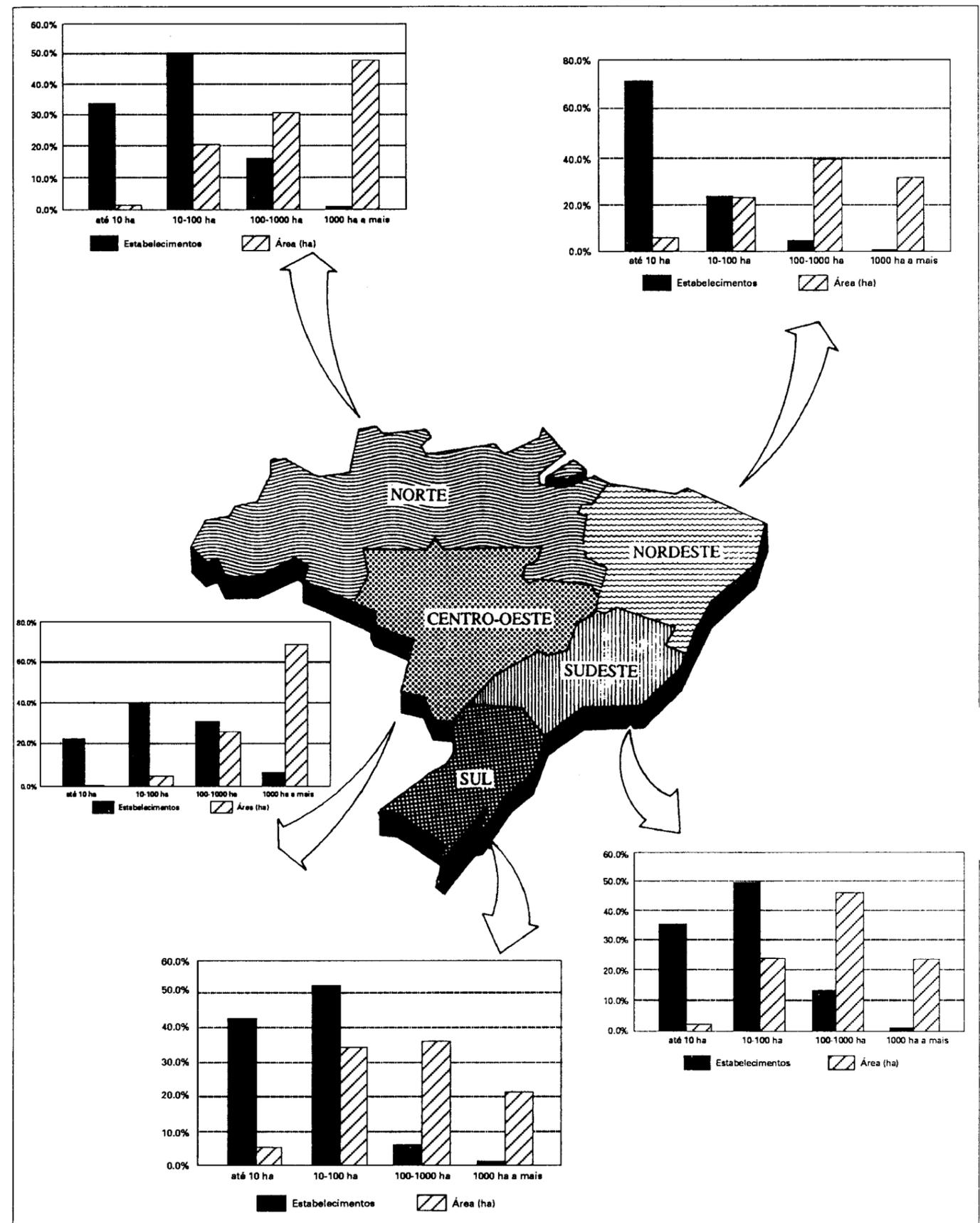
perseguição policial, o Chevette capotou na estrada que liga Gurupi a Natividade. Após trocarem tiros com a polícia, foram capturados e conduzidos à cadeia de Gurupi.

O Regional Araguaia-Tocantins e o Secretariado Nacional da CPT desencadearam uma série de comunicações e pedidos de providências às autoridades competentes, tanto dos Estados de Goiás e Tocantins, como da União, através do Ministério da Justiça. Entretanto, tudo ficou na dependência de uma pessoa, o juiz de Gurupi, que detinha poderes sobre o prisioneiro, inclusive com responsabilidade de proceder a novo julgamento em razão dos novos delitos que praticou.

Mas o alívio da recondução do pistoleiro Geraldo à prisão foi efêmero, pois no dia 29 de novembro — pouco mais de um mês após sua captura — ele conseguiu fugir de novo. A fuga da cadeia pública de Gurupi foi resultado da omissão dos Juízes da Vara Criminal daquela cidade. A CPT Araguaia-Tocantins e outras entidades solicitaram ao Juiz a transferência do preso para local mais seguro e/ou para o Cebaigo, pois o próprio Delegado de Polícia havia informado que a delegacia não oferecia segurança. O Juiz se negou a tomar qualquer providência alegando que "todo preso quer fugir" e "é preciso deixar o rio correr seu curso normal". No dia 22 de março de 1991, Geraldo Rodrigues da Costa foi recapturado, por mais um roubo de carro, na cidade de Goiânia e não pelo assassinato de Josimo.

Assim, mesmo nas poucas condenações ocorridas, a impunidade é sacramentada, permitindo que a violência se mantenha e se perpetue em todo o campo brasileiro.

CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA CENSO AGROPECUÁRIO DE 1985 (IBGE)





"Tiram minha vida,
não minhas idéias".

© Gianni Carvalho/Imagens da Terra

IV

A FÉ CRISTÃ ILUMINA E REFORÇA A LUTA

1. A FÉ CAMPONESA



© Damiano Sanchez CPT Nacional

que eram celebradas com rezas, ladainhas, as danças de tambor e as batucadas de pandeiro e viola. Até hoje guarda, com muito carinho, a bandeira de Todos os Santos que herdou do avô" ("A Tarde", 11/7/90). Esses são os símbolos mobilizadores no enfrentamento com os grileiros Eliezer e Elias Martins.

A fé e a cultura camponesas criam concepções de vida e formas de relacionamento entre pessoas, mediadas pela terra, tanto nas comunidades tradicionais como naquelas que partem para novas formas de luta. São bem elucidativos os relatos das ocupações de terra em Mangueirinha e Honório Serpa (PR):

"Rezamos juntos um terço, antes de partir (...) Só dia 3 de agosto começaram a erguer seus barracos, cheios de esperança na Terra Prometida (...) À tarde, 30 pistoleiros, dando tiros, os atiram para cima de um caminhão de transporte de gado. Só se ouviam rezas, choros, filhos pedindo pelos pais, pais pedindo pelos filhos. Mas assim mesmo Deus estava conosco! Então resolvemos fazer uma promessa: se nada acontecesse e Adélio não morresse e eles nos soltassem todos salvos, nós iríamos fazer uma novena e no último dia da novena nós faríamos uma mesada para as crianças, pois foram as crianças que nos salvaram! (...) No dia 15 de setembro, os despejados entraram na gleba Jacutinga e foram recebidos a bala. Vários ficaram feridos, morreu o Juca... Graças a Deus nenhuma criança nem mulher foram feridas".

Depois de falar do enterro, o lavrador-relator expressa sua visão da vida:

"A morte de Juca não representa uma derrota, mas sim um desafio, que os sem-terra, os excedentes das áreas provisórias e as organizações dos trabalhadores terão de superar com muita coragem para evitar que novos companheiros também caíam na luta defendendo seus direitos. A luta pela Terra e pela Vida vai continuar firme com os pés no chão, nessa nossa realidade de Mangueirinha e Honório Serpa.

A religião é uma pedra fundamental da comunidade camponesa. Manifesta-se em rezas, terços, procissões, novenas, festas e na maneira de homens e mulheres se relacionarem com a natureza, fazerem o trabalho e enfrentarem as lutas da vida. Além de caracterizar o ser camponês, a religião é desafiada na hora do conflito de terra. Uma comunidade integrada, com tradições vivas e formas autônomas de utilização da terra, tem mais oportunidades de vencer esse desafio.

Isso se tem verificado nos enfrentamentos com as barragens, as empresas e os grileiros. Como exemplo, podemos citar as comunidades de negros, originárias de quilombos. Na hora do risco, os símbolos religiosos e culturais retomam sua força.

"Riacho de Sacotiaba, no município de Wanderley (BA), é um reduto de descendentes de escravos que se supõe chegaram ali há mais de dois séculos. É constituído por 25 famílias, lideradas por sua matriarca Maria Pereira dos Santos, 71 anos, 11 filhos, 60 netos e 55 bisnetos... Recorda-se das festas de São Sebastião e de Todos os Santos, os padroeiros da comunidade,

Desde que começou o Movimento dos sem-terra em Mangueirinha, Juca foi o primeiro a dar a sua vida pela causa da justiça do Reino de Deus; ele é o primeiro mártir, pois dar a vida por seus amigos é considerado pelo próprio Cristo como praticar o maior amor: 'Ninguém tem maior amor do que aquele que é capaz de dar a sua vida por seus amigos, por quem se ama. Vocês são meus amigos, se vocês fazem o que eu mando a vocês' (Jo 15,12-13). Juca arriscou sua vida para que acontecesse aqui a vontade do Pai: terra para todos os seus filhos. A terra é um dom de Deus, ela é para todos, como o sol, a lua, a água, o ar... A terra não foi criada por Deus para ser explorada do jeito que está sendo hoje em dia no Brasil, onde poucos têm muita terra e a maioria tem pouco ou nada de terra! Trabalhar, lutar para que todos tenham seu pedaço de terra neste Brasil, é procurar realizar o grande projeto de Deus: a transformação libertadora do *homem* e da *coisas criadas* por Deus!

Comparamos a morte de Juca com o grão de trigo, ou qualquer outra semente, que, caindo na terra, deve morrer para

dar muito fruto... Assim, acreditamos que esse acontecimento em Mangueirinha-Honório Serpa deve ajudar na realização da justiça e da partilha da terra entre todos, a conquista mais rápida de um pedaço de terra para aqueles que já há quatro, cinco anos estão embaixo de lonas, sofrendo...

A agrovila onde Juca foi enterrado será chamada pelo seu nome: *Agrovila do Juca!* Somente a ação organizada dos trabalhadores vai fazer acontecer a reforma agrária”.

2 — A “FÉ” DOS MERCENÁRIOS

A visão religiosa dos camponeses é perigosa para aqueles que querem expropriá-los e manipulá-los. Latifundiário não pode acreditar que Deus quer a “terra para todos os seus filhos”. Por isso, ao expulsar lavradores, eles têm de roubar os símbolos de sua fé. “Meu Deus, até a Santa eles levaram, dizendo para nós: ‘O que ladrões fazem com uma santa?’”

Abusar de símbolos religiosos é um das formas de tortura usada por pistoleiros: “Fez ele carregar uma pedra de 60 quilos na cabeça, rezar e depois afogou na água” (Fazenda Arizona, Redenção-PA). “Os peões foram amarrados, levados para o mato, obrigados a ficarem de joelhos e a rezarem. Depois disso, Clemente foi obrigado a bater nos outros dois peões” (Fazenda Escondida, Matupá-MT). Diante dessa inversão de valores, o peão exclama: “Se existe inferno, lá é o começo. Até Satanás teria pavor de morar lá”.

As pessoas da Igreja têm atuação política, mas sua presença no meio dos lavradores tem também valor simbólico. Daí a proibição de padres entrarem em áreas de posseiros, fazerem celebrações em fazendas e empresas, sobretudo na ocasião em que os assalariados manifestam reivindicações.

Na Paraíba, onde os padres foram proibidos de celebrar numa usina em Sapé (ver, mais adiante), os capangas entravam livremente em outra área, em Araruna, onde o juiz havia vedado o acesso de pessoas, mediante interdito proibitório.

Desmoralizar pessoas que apóiam as lutas faz parte da mesma tática de destruir a fé e as convicções do trabalhador.

3 — AS IGREJAS E O SOFRIMENTO DOS LAVRADORES

O ano de 1990 não foi marcado por grandes pronunciamentos ou ações da hierarquia da Igreja Católica e de outras igrejas em relação às questões do campo. Foi mais significativa sua ação em relação à questão indígena. A CNBB se envolveu profundamente com o problema dos Yanomami, em Roraima: visitou as autoridades, convocando a sociedade a fazer jejum e manifestações nos dias 26-28 de outubro e enviando pessoas para a “Operação Saúde”. Somando com outras entidades, a CNBB Regional Norte I e a Presidência da CNBB participaram de um amplo movimento nacional e internacional para obrigar o governo a agir. D. Aldo Mongiano, bispo de Roraima, vem sofrendo contínuas perseguições, mas está sempre solidário.

Apesar do crescimento dos movimentos populares, e das organizações dos trabalhadores, há ainda regiões no Brasil onde as Igrejas cristãs são as entidades a que os sofredores podem apelar em sua defesa. Com a crise do sindicalismo e a degradação das situações, talvez até essas áreas estejam se ampliando. É difícil encontrar um bispo que nesses casos não se solidarize.

D. Henrique Froelich, Bispo de Sinop (MT), agiu com decisão diante da violência com que foi feito o despejo de 50

famílias de posseiros de terras devolutas na região dos Reis e Santa Fé (Marcelândia).

Há 12 anos a Diocese de Santa Cruz do Sul (RS) envia padres, religiosas e leigos para a Diocese de Sinop. Em princípio eles se dedicavam apenas à assistência religiosa aos colonos gaúchos e brasiguaios levados pelo governo, colonizadoras e cooperativas. Durante anos não se preocuparam com uma outra camada de migrantes: os do Norte e Nordeste que vão à procura do ouro.

Mas a agricultura caiu num impasse — preços não compensadores e dificuldade de transporte — e muitos colonos se tornaram garimpeiros. A vida comunitária entrou em crise pela falta de alimentos e ausência dos homens. Os padres começaram a ir aos garimpos e surgiu a pastoral garimpeira, talvez a primeira tentativa no Brasil, descobrindo os valores e desvalores dessa realidade social tão complicada.

A contribuição maior das Igrejas aos lavradores não se dá nos discursos ou denúncias, mas na presença cotidiana ou periódica de padres, pastores, bispos, religiosas e leigos em comunidades, acampamentos e assentamentos. Presença silenciosa, que não é notícia, mas que sustenta a esperança e alimenta a caminhada popular e, ao mesmo tempo, desperta a solidariedade, envolve as Igrejas. Talvez alguns bispos preferissem não se comprometer, mas a situação aguda não deixa, e eles acabam apoiando e subscrevendo fortes denúncias, como as publicadas em 1990 pelos bispos do Pará, Maranhão e Bahia.

A 28ª Assembléia da CNBB, em abril de 1990, foi marcada pela recusa de muitos bispos de fazer um pronunciamento sobre as consequências recessivas e de arrocho salarial do Plano Collor. Mas repercutiu amplamente, em Itaiçara, o apelo dos trabalhadores e entidades da Paraíba, que pediam solidariedade aos trabalhadores das Fazendas Serra Verde e Carvalho. A CNBB fez esse pronunciamento.

Ainda em abril de 1990, os canavieiros da Usina Santa Helena, em Sapé (PB), viviam os apertos da fome porque a usina estava com pagamentos atrasados, alegando pré-falência. Os trabalhadores convidaram Frei Anastácio a celebrar com eles a sexta-feira santa. Mas dois dias antes, um trabalhador o avisou de que o Dr. Carlos Ribeiro Coutinho havia proibido a celebração e “não queria ver a presença de padres na usina”. A proibição modifica o caráter da presença da Igreja:

“Na quinta-feira santa, por ocasião da Missa da Ceia do Senhor, na Catedral, de comum acordo com o bispo D. José Maria Pires, oito padres se comprometeram com alguns seminaristas e agentes de pastoral a fazer, às 8 horas do dia seguinte, uma via-sacra na usina.

Chegando ao local combinado para todos se encontrarem às 7h30m, a 2km da sede da usina, logo o caminho foi fechado por 60 policiais e alguns capangas da usina, o que nos impedia de fazer a celebração. Depois de muita conversa, argumentando-se que não havia nenhuma lei nem proibição de dar assistência religiosa ao povo, e que os proprietários eram donos das terras, mas o povo não era propriedade privada deles, nossos carros foram todos revistados à procura de armas e foi-nos dito que na capela da usina não podíamos entrar, pois era propriedade privada da usina. Entramos e o povo nos esperava em suas casas; logo foram se juntando e fizemos a celebração da via-sacra, com mais de 800 pessoas, sob guarda da polícia e capangas”.

As Igrejas estão presentes, de Norte a Sul do país, na batalha para melhorar a produção e as condições de vida das comunidades rurais. As formas são variadas. Vão desde o apoio a miniprojetos comunitários até a organização de assistência técnica.

A linguagem comunitarista foi aproveitada pelo Banco Mundial para montar o Projeto Nordeste que, na execução, manipulou muitos líderes comunitários e sindicais. Até nomes religiosos foram dados a projetos governamentais, como “Padre Cícero” e “São Vicente”. Essa instrumentalização das organizações populares gerou efeitos perniciosos. Também a atuação das Igrejas é muitas vezes assistencialista.

Mas existem muitas equipes pastorais trabalhando seriamente a questão da produção e comercialização como forma de fazer crescer a vida e a autonomia de comunidades e organismos camponeses. Alguns qualificam essa atuação de ingênua, por partir mais da cabeça e capacidade dos lavradores do que de planos econômicos ditos “racional”, aptos para a luta no mercado. Essa é uma boa discussão, teórica e prática — onde, às vezes, gente de esquerda se alia à direita modernizadora no desrespeito ao camponês. Entre a atitude assistencialista e a de cortar a cabeça do lavrador para modernizá-la, cabe muita avaliação para chegarmos à alternativa popular.

Além da Católica, outras Igrejas estão se destacando por sua atuação no meio rural, particularmente a Igreja Metodista e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

Atuando ecumenicamente dentro da CPT ou por meio

4 — ROMARIAS DA TERRA

“Já no mês de novembro fizemos a 1ª Romaria da Terra dos Crucificados da Cana. Uma equipe de preparação logo empenhou-se em preparar bem essa romaria. Foram feitos livrinhos para encontros, no sentido de ajudar a reflexão e celebração da romaria. Foi a primeira iniciativa desta natureza na região da Zona da Mata (Pernambuco).

A CPT se empenhou em viabilizar um espaço onde os trabalhadores pudessem se encontrar como classe. Com a 1ª Romaria da Terra dos Crucificados da Cana, a CPT e outras igrejas presentes se esforçaram em dar um grande grito profético pela vida e contra todas as formas de injustiça. São muitos os motivos que originaram essa romaria:

© CPT Nacional

das pastorais populares internas, essas Igrejas estão presentes no apoio às lutas pela terra, em assentamentos, organizações de mulheres etc.

Em preparação à 8ª Assembléia Mundial das Igrejas Luteranas, a IECLB fez uma reunião em Porto Velho (RO), em janeiro de 1990, onde pastores de vários países tomaram consciência da realidade dramática daquele estado e da Pastoral lá realizada. Não temos dúvida de sua influência na solidariedade futura. Um sinal disso é a consulta a ser realizada em Belém (PA), no ano de 1991, sobre a Amazônia, com apoio das Igrejas européias, mas buscando o ponto de vista da população amazônica sobre seu próprio desenvolvimento.

A Assembléia do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), realizada em Porto Alegre dias 27 e 28/11/90, com representação de seis Igrejas, fez importante pronunciamento, denunciando os sinais de morte presentes na sociedade brasileira: a miséria acirrada pelos planos econômicos; as negociações da dívida, que impõem “pesado sacrifício e mesmo a diminuição da vida de milhões de trabalhadores e produtores rurais”; e “a falta de uma política agrária voltada à defesa dos pequenos produtores, à sobrevivência de milhões de trabalhadores rurais sem terra e às necessidades básicas do povo”.

- a) a região da Zona da Mata se caracteriza por uma grande opressão sobre o povo;
- b) há um total desrespeito a todos os valores da pessoa humana;
- c) o povo desta região é religioso e cultiva sua fé através de romarias.

Houve uma divulgação grande através de cartazes, camisetas e livretos. A romaria atingiu a Zona da Mata e mais especificamente a região sul. Ipojuca (PE) foi o lugar escolhido para essa romaria. O Santuário do Santo Cristo fica encravado no inferno verde da cana. O Cristo crucificado na palha da cana é a verdadeira imagem dessa região que mata vidas inocentes.

Fizemos uma caminhada de 6km, de um engenho até o Santuário. Reuniram-se em torno de 3.000 pessoas. Foi uma caminhada de alegria e esperança. Na avaliação dessa grande romaria, vimos que os objetivos foram alcançados.”

As Romarias da Terra tornaram-se um fenômeno tão significativo que o jesuíta Alfredo Ferro Medina fez sobre elas sua tese de mestrado em Ciências da Religião (*Dimensión Política y Religiosa de las Romerías de la Tierra — lo viejo y lo nuevo de las Romerías de la Tierra*, 337 pp., mimeo.). Analisa sobretudo duas Romarias, a do Rio Grande do Sul e a da Bahia, em Bom Jesus da Lapa. Ambos os estados realizaram em 90 sua 14ª Romaria. No Sul



sempre se celebra num local significativo de luta pela terra, e se juntam dezenas de milhares de pessoas. Na Bahia, realiza-se num santuário tradicional, e reúne sobretudo lideranças de base de um estado enorme e pobre.

Como elementos positivos, que fizeram as Romarias se expandir por todo o Brasil, Ferro aponta o seguinte:

- embora sejam iniciativa da CPT, as Romarias da Terra congregam o conjunto das Igrejas locais.
- refletem a prática da CPT e das Igrejas;
- a riqueza de símbolos abre caminho para a vivência religiosa;

- valorizam alguns elementos do catolicismo popular (caminhada, encontro e partilha) e inserem outros como novas formas de celebração, ação profética.
- Ferro levanta também algumas questões para avaliação:
- sacralização do espaço político;
- pouca atenção ao que o povo considera sagrado;
- tensões com responsáveis por Santuários.

A grande novidade deste ano foram as romarias de assalariados e da seca no Nordeste. As "Romarias dos Crucificados da Seca" multiplicaram-se em vários estados nordestinos (ver quadro).

PRINCIPAIS ROMARIAS DA TERRA 1990

DATA	LOCAL	LEMA	NÍVEL	PARTIC.
27/02/90	Erveiras (RS)	Povo que luta defende a vida	Estadual	40.000
5/05/90	Tocantinópolis (TO)		Estadual	5.000
17/06/90	Ji-Paraná (RO)	Terra preservada, vida defendida	Estadual	25.000
29/07/90	Marabá (PA)	Terra, martírio, justiça	Diocesana	2.000
22/07/90	Promissão (SP)	Terra, mãe de todos	Estadual	15.000
15/07/90	Registro (SP)	Juntos por pão, terra e vida	Diocesana	5.000
22/07/90	Coronel Vivida (PR)	Meu povo habitará a Terra, plantará e comerá seus frutos	Estadual	20.000
15/07/90	Bom Jesus da Lapa (BA)	Progredir sem destruir: a natureza é mãe da vida	Estadual	3.000
25/08/90	Santa Terezinha (MT)	Terra Prometida, Vida Proibida, Povo Organizado	Diocesana	
09/09/90	Taió (SC)	Consumir os frutos do seu trabalho	Estadual	45.000
06/10/90	Itabaiana (PB)	Comereis da fartura da terra	Diocesana	8.000
28/10/90	Limoeiro do Norte (CE)	Terra e água, vida do povo	Diocesana	5.000
27/10/90	3ª Romaria de Canudos e Paulo Afonso (BA)	Povo organizado descobre jeito de conviver com seca e falta de terra	Diocesana	5.000
29/04/90	Uberaba (MG)		Regional	4.000
/11/90	Patu (RN)	Mulher e Homem celebram libertação em busca de água e chão	Regional	3.000
/11/90	Ipojuca (PE)	Crucificados da Cana	Regional	3.000
13/12/90	União dos Palmares (AL)	Povo organizado — Terra Prometida	Regional	3.000
	Pajeú (sertão de Pernambuco)	Crucificados da Seca	Sertão	1.000

5 — PASTORAL DA TERRA

A Comissão Pastoral da Terra atua diretamente no campo, por meio dos agentes de pastoral liberados ou voluntários, mas atua também como animadora e assessora de serviços eclesiais ou populares em relação aos trabalhadores rurais. É, muitas vezes, difícil distinguir o que é ação da CPT. Sem querer atribuir a nós o que outros fazem, tiramos dos relatórios algumas atividades da CPT, em 1990, na área de conflitos de terra:

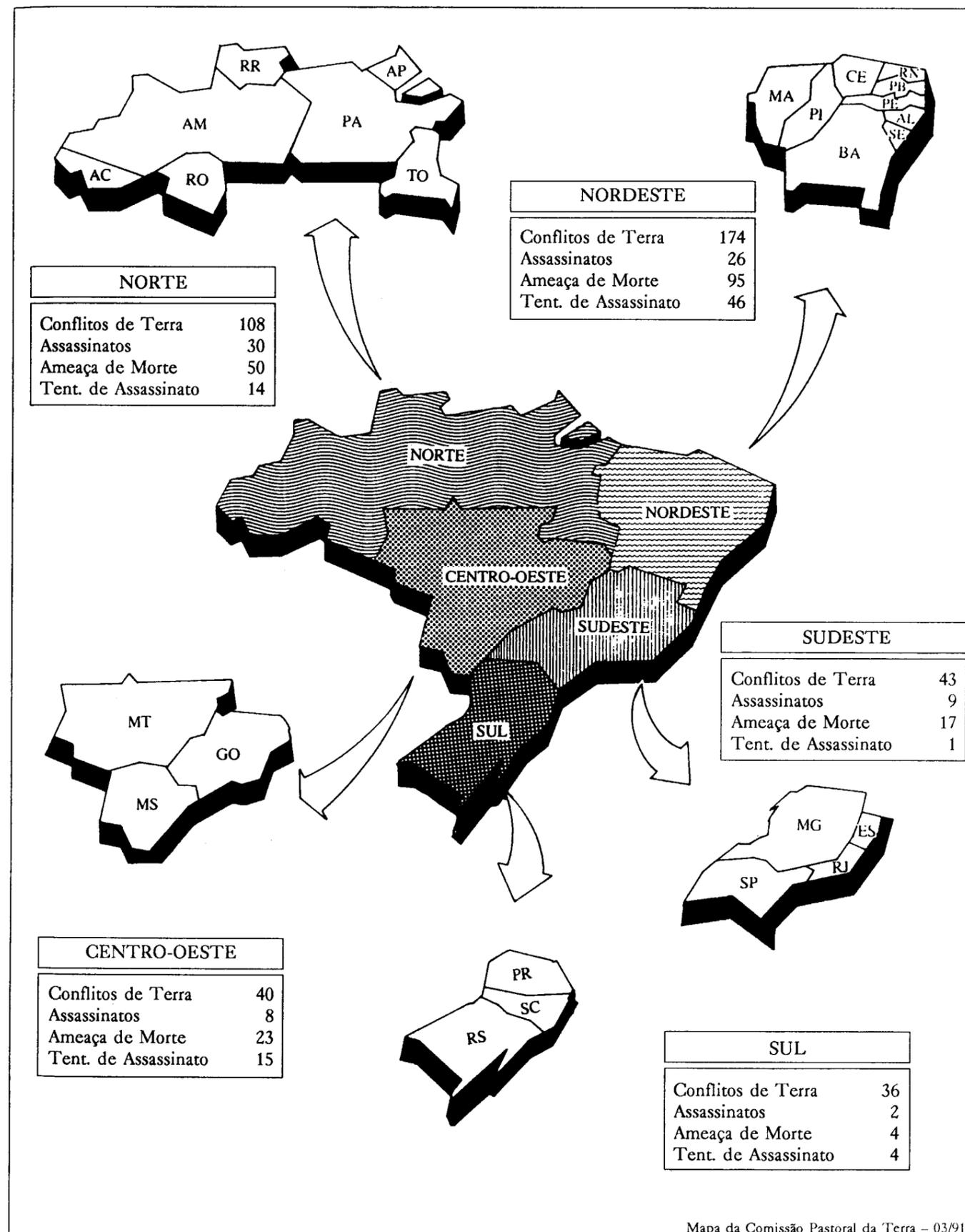
- padre registra queixa na Delegacia da Polícia porque família do lavrador teme represálias;
- visita presos na cadeia, vai com a polícia buscar trabalhador morto.
- assessoria jurídica da CPT assume casos coletivos;
- agrônomos fazem vistoria, acompanham assentamentos;
- faz petição aos poderes públicos (Ministérios, Procurador Geral da República, Governos Estaduais) requerendo desapropriações, discriminação de terra, apuração de mortes, segurança para ameaçados.
- faz denúncias à imprensa e procura solidariedade nos meios populares e eclesiais.
- acolhe vítimas de trabalho escravo e as leva às autoridades, exigindo apuração;
- apóia ocupações de terra e de órgãos do Estado (In-cra);

— promove celebrações e manifestações em locais de conflito, aniversário dos mártires etc.

Entre as opressões e ameaças a membros da CPT, em 1990, destacamos dois:

- seqüestro de Geraldo Sperandio, lavrador de Colatina (ES), torturado por três encapuzados dentro de um carro. Geraldo tinha organizado, dias antes, a celebração do 2º aniversário da morte de Francisco Ramos (5/2/88), cujos assassinos estão soltos. Geraldo foi intimado a ir à Polícia Federal, em Vitória, onde foi pressionado a declarar que o assassinato do Pe. Gabriel (dezembro/89) não teria sido crime político, e a enviar cartas desmentindo seu próprio seqüestro;
- prisão de Carlinhos Furlan e Cláudio Castro, junto com o presidente e o secretário da Federação dos Trabalhadores Rurais do Tocantins (Fetaet), Policácio Bispo e Aduino Valentino, e a sindicalista Maria da Costa. Presos em Imperatriz (MA), dia 6/7/90, durante manifestação diante do governador do Tocantins, por causa do assentamento da Fazenda Babilônia, em Sítio Novo (TO), e a morte de um trabalhador, foram mantidos incomunicáveis, até o dia 8, rodando pelas delegacias de Axixá (TO), onde Aduino foi torturado, e Araguaínas (TO). O governo do Estado do Tocantins recebeu mais de 100 cartas enviadas pelas seções da Anistia Internacional.

CONFLITOS DE TERRA POR REGIÕES EM 1990



Mapa da Comissão Pastoral da Terra - 03/91



© J.R. Rippe/ Imagem da Terra

V

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

A solidariedade internacional é um aprendizado que está crescendo e incomodando os poderosos. As relações que grupos estrangeiros solidários estabelecem com grupos populares e pastorais no Brasil vêm questionando os que se chamam Primeiro Mundo e seu modelo político-econômico que pretende se impor como universal. Ajudam esses grupos do norte a fazerem a crítica de sua própria situação. Ao mesmo tempo, reforçam os trabalhos aqui.

A solidariedade com o Brasil cresceu com o debate ecológico. Cresceu a consciência de que o mundo é um só e, por isso, desmatar a Amazônia ou poluir o Golfo Pérsico prejudica toda a humanidade, e não só os habitantes dessas regiões.

Mas, a partir daí, podemos dizer que existem hoje dois modelos de solidariedade ao Terceiro Mundo: um que mata, outro que recria a vida.

Prejudicam os pobres e matam suas organizações os grupos e entidades que já trazem um modelo pronto, dito ecológico e alternativo, mas que, através do dinheiro, determinam a integração dos pobres ao mercado mundial ou os relegam a situações de pobreza apreçadas como modelo ético para a sociedade já perdida.

Márcio Souza já denunciou esse modelo em dois livros: *O empate contra Chico Mendes* e *O fim do terceiro Mundo*. Tememos que muitas entidades envolvidas no grande festival ecológico de 92 estejam nesse caminho, servindo aos interesses dos ricos.

O outro modelo é o que deixa aos pobres a decisão sobre seu destino e sobre os caminhos e formas de libertação. Procura criar as condições para os pobres decidirem e caminharem — seja com ajuda econômica, seja denunciando e pressionando em nível internacional para que se resolvam as causas dos problemas. Em 1990 algumas entidades ambientalistas iniciaram a defesa da Reforma Agrária, a cidadania de índios, seringueiros e lavradores, e o combate à impunidade dos crimes contra eles.

Na área dos Direitos Humanos, aconteceu em junho de 1990 a visita da advogada de *Americas Watch*, dos Estados Unidos. Seu relatório, publicado em fevereiro de 1991, teve ampla repercussão no estrangeiro e no Brasil. Contribuiu muito para a solidariedade internacional ao Sul do Pará, depois da morte de Expedito, em 2/2/91. Somando todas as forças, a Reforma Agrária e a violência no campo se tornaram de novo uma questão nacional.



© Gianni Carvalho/ Imagem da Terra

Quadro 1

QUADRO COMPARATIVO - CONFLITOS NO CAMPO (85-90)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	TOTAL
CONFL. DE TERRA							
Número de conflitos	636	634	582	621	500	401	3.374
Assassinatos	125	105	109	93	56	75	563
Pessoas Envolvidos	405.456	594.448	667.177	403.733	192.533	191.550	2.454.897
Hectares confl.	9.557.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897	14.480.254	13.835.756	88.097.635
CONFL. TRABALHISTAS							
Número de conflitos	76	95	109	59	66	47	452
Assassinatos	14	17	24	9	9	4	77
Pessoas Envolvidas	159.185	203.521	317.406	283.780	343.980	366.069	1.673.941
TOTAL DE CONFLITOS							
Número de conflitos	712	729	691	680	566	448	3.826
Assassinatos	139	122	133	102	65	79	640
Pessoas Envolvidas	564.641	797.969	984.583	687.513	536.513	557.619	4.128.838
Hectares confl.	9.557.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897	14.480.254	13.835.756	88.097.635

Fonte: Arquivo CPT Nacional, março/91

Quadro 2

BRASIL 90: ESTADOS E REGIÕES

REGIÃO	SIGLA DA UF	POPULAÇÃO 1990	EXTENSÃO ESTIMATIVA - IBGE (KM²)
REGIÃO NORTE			
Acre	AC	434.708	152.589
Amazonas	AM	2.213.966	1.564.445
Amapá	AP	267.576	140.276
Pará	PA	5.391.864	1.248.042
Rondonia	RO	1.125.118	243.044
Roraima	RR	135.956	286.706
Tocantins	TO	1.012.373	286.706
Tot. NORTE		10.581.561	3.865.206
REGIÃO NORDESTE			
Alagoas	AL	2.522.197	27.731
Bahia	BA	12.174.961	561.026
Ceará	CE	6.666.651	148.016
Maranhão	MA	5.274.797	328.663
Paraíba	PB	3.420.340	56.372
Pernambuco	PE	7.603.176	98.281
Piauí	PI	2.799.919	250.934
Rio Grande do Norte	RN	2.451.076	53.015
Sergipe	SE	1.516.064	21.994
Tot. NORDESTE		44.429.181	1.546.032
REGIÃO SUDESTE			
Espírito Santo	ES	2.635.307	45.597
Minas Gerais	MG	16.854.745	587.172
Rio de Janeiro	RJ	14.061.694	44.268
São Paulo	SP	33.516.127	247.898
Tot. SUDESTE		67.067.873	924.935
REGIÃO SUL			
Paraná	PR	9.341.569	199.554
Rio Grande do Sul	RS	9.449.932	282.184
Santa Catarina	SC	4.601.500	95.985
Tot. SUL		23.393.001	577.723
REGIÃO CENTRO-OESTE			
Distrito Federal	DF	1.803.478	5.814
Goiás	GO	4.288.415	355.386
Mato Grosso do Sul	MS	1.881.211	350.548
Mato Grosso	MT	2.118.197	881.001
Tot. CENTRO-OESTE		10.091.301	1.592.749
BRASIL		155.562.917	8.506.645

Fonte: IBGE

Quadro 3

CONFLITOS DE TERRA 90 - (Violência contra a pessoa)

	NÚMERO DE CONFLITOS	HECTARES CONFLITIVOS	TOTAL ENVOLVIDOS (PESSOAS)	ASSASSINATOS	TENTATIVAS DE ASSASSINATO	AMEAÇADOS DE MORTE	VÍTIMAS DE LESÕES CORPORAIS	VÍTIMAS DE TORTURA	AGREDIDOS FÍSICAMENTE	PRESOS LEGALMENTE	VÍTIMAS DE SEQUESTRO
NORTE											
AC	6	2.000.000	1.654	2	2	6	1	0	1	0	0
AM	2	121.000	10	1	0	0	0	0	0	0	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	55	1.021.576	22.065	19	3	34	4	0	1	13	9
RO	9	1.812.000	3.036	2	0	1	0	0	0	0	0
RR	4	6.000.000	0	4	0	2	1	0	0	0	0
TO	32	411.412	11.937	2	9	7	2	5	0	5	5
Tot. N	108	11.365.988	38.702	30	14	50	8	5	2	18	14
NORDESTE											
AL	1	0	200	0	0	0	0	0	0	0	0
BA	62	158.557	22.058	12	7	12	8	5	347	58	2
CE	20	46.741	4.073	1	25	46	8	0	3	0	0
MA	35	145.843	28.261	8	3	16	6	0	1.367	15	0
PB	10	5.884	4.031	1	0	13	14	1	63	0	0
PE	12	31.104	11.970	3	5	4	4	1	9	5	1
PI	23	49.683	6.063	1	6	3	17	2	4	11	0
RN	8	2.681	4.701	0	0	0	0	0	0	1	0
SE	3	1.000	910	0	0	0	0	0	0	0	0
Tot. NE	174	441.493	82.267	26	46	94	57	9	1.793	90	3
SUDESTE											
ES	6	37	144	1	0	3	1	0	1	5	1
MG	22	150.102	6.025	3	1	9	2	0	0	23	0
RJ	7	8.311	506	4	0	5	1	0	1	0	2
SP	8	29.703	6.500	1	0	0	0	0	0	0	0
Tot. SE	43	188.153	13.175	9	1	17	4	0	2	28	3
SUL											
PR	15	32.873	10.155	2	3	0	7	6	1.500	8	0
RS	10	17.064	9.625	0	1	0	51	0	46	45	0
SC	11	36.367	3.870	0	0	4	2	0	0	0	0
Tot. SUL	36	86.304	23.650	2	4	4	60	6	1.546	53	0
C. OESTE											
DF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	10	34.735	2.581	0	0	2	0	0	1	1	0
MS	10	49.052	0	12.335	0	0	0	0	0	0	0
MT	20	1.670.031	18.840	8	15	23	1	5	4	2	3
Tot. OE	40	1.753.818	33.756	8	15	25	1	5	5	3	3
Total BRASIL	401	13.835.756	191.550	75	80	190	130	25	3.348	192	23

Fonte: Arquivo CPT Nacional, março/91.

Quadro 5
Ocupações de Terra em 1990

UF	MUNICÍPIO	NOME DO CONFLITO	DATA	Nº DE FAMÍLIAS
BA	BOM JESUS DA LAPA	FAZENDA RIACHO DE BAIXO	/ /90	1 família
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	FAZENDA EXPERIMENTAL DO IBC	/02/90	30 famílias
BA	ITAGUAÇU DA BAHIA	FAZENDA TRANSAMAZÔNICA	/ /90	50 famílias
CE	CANINDÉ	FAZENDA JACURUTU	26/05/90	47 famílias
CE	MADALENA	FAZENDA VACA SERRADA	11/06/90	300 famílias
CE	SANTANA DO ACARAÚ	FAZENDA AMEIXAS	25/01/90	250 famílias
CE	MOMBAÇA	FAZENDA SALÃO	25/07/90	200 famílias
CE	MASSAPÊ	FAZENDA MORGADO	25/07/90	27 famílias
MA	IMPERATRIZ	FAZENDA UBERABA	20/05/90	400 famílias
MA	IMPERATRIZ	FAZENDA CUPUNZAL	20/06/90	400 famílias
MG	SANTA LUZIA	FAZENDA MARIQUINHAS	08/01/90	120 famílias
MG	ITURAMA	FAZENDA COLORADO	23/01/90	50 famílias
MS	BATAIPORÃ	FAZENDAS MERCEDINA, SÃO LUIZ E SÃO JOÃO	15/01/90	30 famílias
MS	ANASTÁCIO	FAZENDA SÃO MANOEL	25/01/90	181 famílias
MS	BONITO	FAZENDA SÃO JOÃO	02/03/90	80 famílias
PA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	FAZENDA CANARANA	/07/90	110 famílias
PA	PARAUPEBAS	CINTURÃO VERDE	06/06/90	500 famílias
PA	MARABÁ	CASTANHAL PAIOL/SAPUCAIA	22/04/90	59 famílias
PA	PARAGOMINAS	FAZENDA de JESUÍNO DE O.NETO	/05/90	26 famílias
PA	STA MARIA DAS BARREIRAS	PIONEIRA (ALDEIA)	/06/90	40 famílias
PA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	FAZ. INGÁ - LOTE 7, 6 E 3	09/01/90	30 famílias
PB	RIACHO DOS CAVALOS	AÇUDE PÚBLICO ESTADUAL	31/05/90	126 famílias
PB	BOQUEIRÃO	FAZENDA RIACHO DA CRUZ	01/10/90	50 famílias
PE	FLORESTA	FAZENDA PAPAGAIO	01/03/90	60 famílias
PE	FLORESTA	FAZENDA SERRA NEGRA	21/05/90	72 famílias
PE	SALOÁ E BOM CONSELHO	FAZENDA FILADELFO	16/09/90	200 famílias
PI	TERESINA	FAZENDA JUNCO	10/09/90	150 famílias
PI	TERESINA	FAZENDA CEBOLA	11/09/90	45 famílias
PI	OEIRAS	FAZENDA MUDUBIM	25/07/90	100 famílias
PR	TELÊMACO BORBA	FAZENDA GUANABARA/ INVERNADA CAPÃO DO PINHAL	02/90 11/06/90	80 famílias
PR	ORTIGUEIRA	FAZENDA ESTRELA	24/06/90	20 famílias
PR	QUEDAS DO IGUAÇU	FAZ. BOA VISTA DO SÃO ROQUE	03/08/90	30 famílias
PR	MANGUEIRINHA	GLEBA JACUTINGA	15/09/90	30 famílias
RN	JOÃO CÂMARA	FAZENDA MARAJÓ	29/07/90	300 famílias
RO	ESPIGÃO D'OESTE	FAZENDA LAMBARI	24/07/90	120 famílias
RO	CEREJEIRA	FAZENDA ADRIANA	21/07/90	150 famílias
RS	RONDINHA	OCUPAÇÃO ESTAÇÃO EXPERIMENTAL	08/08/90	200 famílias
RS	CAPELA DE SANTANA	FAZENDA CAPELA	31/05/90	205 famílias
RS	CRUZ ALTA	FAZENDA SANTA FÉ	19/02/90	1400 famílias
SC	ABELARDO LUZ	FAZENDA SANTA ROSA	31/01/90	250 famílias
SC	CURITIBANOS	FAZENDAS DESPRAIADO E RONDA	17/09/90	160 famílias
SC	FRAIBURGO	FAZENDA CANHADA FUNDA	/02/90	101 famílias
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	FAZENDA MONJOLO	12/10/90	80 famílias
SE	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	PROJETO CALIFÓRNIA	/01/90	50 famílias
SP	COROADOS	FAZENDA SAO JOSÉ	20/07/90	30 famílias
SP	ITAPEVA e ITABERÁ	FAZENDA PIRITUBA	05/03 19/07/90	400 famílias
SP	TEODORO SAMPAIO	FAZENDA NOVA PONTAL	14/07/90	800 famílias
SP	ARARAQUARA	FAZENDA TAMOIO	/06/90	36 famílias
TO	BERNARDO SAYÃO	FAZENDA JATOBÁ	19/03/90	58 famílias

Quadro 4

CONFLITOS DE TERRA 90
(Violência contra a propriedade)

	NÚMERO DE CONFLITOS	ÁREA CONFLITIVA (HECTARES)	TOTAL ENVOLVIDOS (PESSOAS)	FAMÍLIAS VÍTIMAS DE EXPULSÃO	FAMÍLIAS VÍTIMAS DE DESPEJO JUDICIAL	FAMÍLIAS VÍTIMAS DE TENTATIVAS DE EXPULSÃO	FAMÍLIAS AMEAÇADAS DE EXPULSÃO	FAMÍLIAS COM CASAS DESTRUÍDAS	FAMÍLIAS COM ROÇAS DESTRUÍDAS	FAMÍLIAS VÍTIMAS DE ROUBO
NORTE										
AC	6	2.000.000	1.654	20	0	0	0	1	0	0
AM	2	121.000	100	0	0	0	0	0	0	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	55	1.021.576	22.065	441	585	120	1.297	73	2	111
RO	9	1.812.000	3.036	120	150	0	0	0	0	0
RR	4	6.000.000	0	0	0	0	0	4	0	0
TO	32	411.412	11.937	13	12	0	37	2	1	0
Tot. NORTE	108	11.365.988	38.702	594	747	120	1.334	80	3	111
NORDESTE										
AL	1	0	200	0	0	0	0	0	0	0
BA	62	158.557	22.058	262	6	105	1.231	254	442	243
CE	20	46.741	4.073	0	0	0	682	3	6	0
MA	35	145.843	28.261	10	769	1	2.546	58	276	0
PB	10	5.884	4.031	71	85	0	432	70	229	0
PE	12	31.104	11.970	60	5	111	0	60	116	0
PI	23	49.683	6.063	432	86	87	0	217	1	81
RN	8	2.681	4.701	0	0	0	48	0	5	0
SE	3	1.000	910	0	0	0	50	0	0	0
Tot. NORDESTE	174	441.493	82.267	835	951	304	4.989	662	1.075	324
SUDESTE										
ES	6	37	144	0	25	0	0	0	0	0
MG	22	150.102	6.025	50	0	0	197	0	96	0
RJ	7	8.311	506	0	0	26	5	0	1	0
SP	8	29.703	6.500	0	160	0	36	0	0	0
Tot. SUDESTE	43	188.153	13.175	50	185	26	238	0	97	0
SUL										
PR	15	32.873	10.155	0	86	0	100	0	0	0
RS	10	17.064	9.625	0	0	0	0	0	0	0
SC	11	36.367	3.870	90	160	0	67	0	0	0
Tot. Sul	36	86.304	23.650	90	246	0	167	0	0	0
CENTRO-OESTE										
DF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	10	34.735	2.581	100	45	0	100	60	0	0
MS	10	49.052	12.335	0	181	0	0	0	0	0
MT	20	1.670.031	18.840	12	189	0	862	50	0	2
Tot. C. OESTE	40	1.753.818	33.756	112	415	0	962	110	0	2
BRASIL	401	13.835.756	191.550	1.681	2.544	450	7.690	852	1.175	437

Fonte: Arquivo CPT Nacional, março/91

Quadro 6 - Assassinos em 1990

UF TIPO	NOME	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIOS DE AUTORIA
AC TE	MAURO FÉLIX DOS SANTOS	POSSEIRO	/05/90	RIO BRANCO	PISTOLEIRO EVARISTO PEREIRA DA SILVA
AC TE	JOSÉ BRITO	SERINGUEIRO	/01/90	XAPURI	
AM TE	NEWTON JOAQUIM SANTANA	CAMPONÊS	24/12/90	MANACAPURU	FAZEND.VALENTIM FERREIRA DE CARVALHO
BA TE	MARTINHO ANTÔNIO DA ROCHA	CAMPONÊS SEM-TERRA	05/05/90	BOM JESUS DA LAPA	FAZENDEIRO JÚLIO RODRIGUES DA SILVA
BA TE	ADÁLIO RODRIGUES	PEQ. PROPRIETÁRIO	08/05/90	VALENÇA	FAZ.GERSON BRITO E O FILHO DE 15 ANOS
BA TE	CARLOS AUGUSTO L. DA SILVA	POSSEIRO	01/07/90	ANDORINHA	FAZENDEIRO NELSON C. DE SOUSA
BA TE	RICARDO JOSÉ DOS SANTOS	TRABALHADOR RURAL	28/05/90	ITABUNA	CAMPONÊS DOMINGOS PEREIRA DOS SANTOS
BA TE	JURACI FÉLIX DA CUNHA	POSSEIRO	28/05/90	BOM JESUS DA LAPA	CAMPONÊS EDNAEL SILVA DOS SANTOS
BA TE	MILTON SANTOS SOUZA	CAMPONÊS	/05/90	GANDU E NOVA IBIÁ	FAZENDEIRO MANOEL DE SOUZA ("NEZIM")
BA TE	VALDEVINO DE SOUZA	POSSEIRO	28/07/90	BARRA	PISTOL. JOSÉ DOS SANTOS (DEOCLÉSIO)
BA TE	NÉCIO MARIA DOS SANTOS	POSSEIRO	23/10/90	EUNÁPOLIS	CAMPONÊS ANTONIEL SILVA DE JESUS
BA TE	HERCULANO DOS SANTOS	POSSEIRO	13/11/90	ALAGOINHAS	FLORISVALDO E JOSÉ DE JESUS
BA TE	VICENTE RODRIGUES DA SILVA	PEQ. PROPRIETÁRIO	17/11/90	JACOBINA	GENIVALDO- PEQUENO PROPRIETÁRIO
BA TE	AMBRÓSIO TAVARES DE JESUS	PEQ. PROPRIETÁRIO	13/09/90	SALVADOR	CAMPONÊS JOAQUIM
BA TEQI	UM VELHO ÍNDIO PATAXÓ	ÍNDIO	28/10/90	PORTO SEGURO	PISTOLEIROS
CE TE	ANTÔNIO CARLOS DE SOUSA	ASSENTADO	04/09/90	IPAPORANGA	CAMPONÊS FRANCISCO MANOEL BATISTA
ES TE	HOMERO PATRÍCIO REIS	DIRIGENTE SINDICAL	28/11/90	PANCAS	2 PISTOLEIROS
GO TR	AGUIMAR DE TAL	PEÃO DA FAZENDA	09/10/90	FIRMINÓPOLIS	PISTOLEIRO "PRETO"
MA TE	UM POSSEIRO	POSSEIRO	12/10/90	SANTA LUZIA	PISTOLEIRO DEUSDETH DE ARAÚJO
MA TE	RAIMUNDO JOÃO SABINO	POSSEIRO	08/02/90	SANTA LUZIA	PISTOLEIRO FRANCISCO MILIANO
MA TE	ALONSO SILVESTRE GOMES	DIRIGENTE SINDICAL	19/11/90	S. MATEUS DO MARANHÃO	PM MÁRIO SANTOS ("MARINHO")
MA TE	VALTER BAIEMA SILVA	POSSEIRO	03/02/90	BOM JARDIM	VEREADOR ISAÍAS ALVES DE OLIVEIRA
MA TE	RAIMUNDO NONATO SOUZA	DIRIGENTE SINDICAL	03/04/90	BACABAL	POLÍCIA MILITAR
MA TE	ALDIONOR CARDOSO DA SILVA	POSSEIRO	01/06/90	SANTA LUZIA	FAMÍLIA MUSSURI E PISTOLEIROS- FAZENDEIRO
MA TE	GENTIL RODRIGUES DA SILVA	POSSEIRO	24/10/90	BREJO	UM PISTOLEIRO
MA TE	ARMANDO OLIVEIRA VIANA	POSSEIRO	24/10/90	BREJO	POLÍCIA MILITAR
MG TE	JANUÁRIO EMÍDIO DOS SANTOS	POSSEIRO	14/11/90	ARINOS	FAZENDEIRO JOSÉ ALFREDO
MG TE	JOSÉ NATAL ROMÃO	POSSEIRO	14/11/90	ARINOS	FAZENDEIRO JOSÉ ALFREDO
MG TE	GUILHERME PEDROSA PEREIRA	PEQ. PROPRIETÁRIO	23/02/90	BARÃO DE COCAIS	FAZENDEIRO JOSÉ MIGUEL DE LIMA
MT TR	TEODORO PEREIRA DOS SANTOS	PEÃO DA FAZENDA	05/01/90	PORTO ALEGRE DO NORTE	PISTOLEIRO REGINALDO
MT TE	WANDERLIN TORRES PINHEIRO	ADVOGADO	24/04/90	NOVA XAVANTINA	3 PISTOLEIROS
MT GA	UM GARIMPEIRO	GARIMPEIRO	23/03/90	PEIXOTO DE AZEVEDO	SEGURANÇA DO SUPERMERCADO CÍNTIA
MT TE	ONEY RIBEIRO PEREIRA	POSSEIRO	24/08/90	NOBRES	FAZENDEIRO ANTÔNIO ISIDORO DA SILVA
MT TE	SEVERINO B. GONÇALVES	POSSEIRO	24/08/90	NOBRES	FAZENDEIRO ANTÔNIO ISIDORO DA SILVA
MT TE	ELIO MARINS	POSSEIRO	03/09/90	TERRA NOVA DO NORTE	FAZENDEIRO JAIME VIEIRA, UM FILHO
MT TE	CREUZA CARDOSO DE OLIVEIRA	POSSEIRA	15/10/90	TERRA NOVA DO NORTE	ADM.DA FAZENDA CLEMENTE DE ALMEIDA
MT TE	FRANGIENE	POSSEIRO	15/10/90	TERRA NOVA DO NORTE	ADM.DA FAZENDA CLEMENTE DE ALMEIDA
MT TE	JOSÉ P. MARTINS DE SOUZA	POSSEIRO	15/10/90	TERRA NOVA DO NORTE	ADM.DA FAZENDA CLEMENTE DE ALMEIDA
MT TE	RAIMUNDO FERREIRA DE SOUZA	POSSEIRO	15/10/90	TERRA NOVA DO NORTE	ADM.DA FAZENDA CLEMENTE DE ALMEIDA
PA TE	2 POSSEIROS	POSSEIROS	22/08/90	MARABÁ/PARAPEBAS	VIÚVA DO PROPRIETÁRIO TRAJANO

PA TE	BRÁS ANTÔNIO DE OLIVEIRA	TÉCNICO	03/04/90	RIO MARIA	4 PISTOLEIROS
PA TE	RONAN RAFAEL VENTURA	TÉCNICO	03/04/90	RIO MARIA	4 PISTOLEIROS
PA TE	JOSÉ CANUTO DE OLIVEIRA	POLÍTICO	22/04/90	RIO MARIA	4 PISTOLEIROS
PA TE	PAULO CANUTO D E OLIVEIRA	POLÍTICO	22/04/90	RIO MARIA	4 PISTOLEIROS
PA TE	JUVENIL VENTURIL PONTES	TRABALHADOR RURAL	29/04/90	MEDICILÂNDIA	
PA TR	ANTÔNIO	PEÃO DA FAZENDA	14/03/90	REDENÇÃO	PISTOLEIRO NEGUINHO
PA TE	SEBASTIÃO FRANCISCO SILVA	DIRIGENTE SINDICAL	02/06/90	MARABÁ	2 PISTOLEIROS
PA TE	DOMINGOS PEREIRA DE ABREU	POSSEIRO	16/04/90	CURIONÓPOLIS	6 PISTOLEIROS
PA TE	JOSÉ GOIANO	POSSEIRO	21/07/90	CURIONÓPOLIS	25 POLICIAIS MILITARES E CIVIS
PA TE	CECÍLIO DE CUNHA SOUZA	POSSEIRO	17/02/90	PARAUPEBAS	
PA TE	OTAMIR CARVALHO DOS SANTOS	POSSEIRO	24/03/90	MARABÁ	PISTOLEIROS
PA TE	ANTÔNIO CINTA LARGA	POSSEIRO	16/10/90	PARAUPEBAS	PISTOLEIROS
PA TE	JUAREZ	POSSEIRO	/08/90	TUCUMÁ	
PA TE	"CIPÓ DE FOGO"	POSSEIRO	/10/90	CURIONÓPOLIS	JOVINO MONTEIRO SAMPAIO-DIR. SINDICAL
PA TE	MATIAS	POSSEIRO	21/01/90	PARAGOMINAS	FAZEND. EDSON ALVARENGA E MESSIAS
PA TE	JACINTO	POSSEIRO	18/09/90	PARAGOMINAS	FAZEND. EDSON ALVARENGA E MESSIAS
PA TE	OLERIANO	POSSEIRO	07/10/90	PARAGOMINAS	FAZEND. EDSON ALVARENGA E MESSIAS
PA TE	JOÃO DUÍ	POSSEIRO	30/10/90	PARAGOMINAS	FAZEND. EDSON ALVARENGA E MESSIAS
PB TE	VALDEMAR DIONÍSIO	POSSEIRO	14/03/90	AREIA	FAZ. MARCELO BERLOM DE ALBUQUERQUE
PE TEQI	ANTÔNIO G. DA CRUZ	ÍNDIO	28/11/90	CABROBÓ E CURUÇA	PISTOLEIROS
PE TR	JOSÉ HÉLIO DA SILVA	SINDICATO TRAB. RURAIS	13/12/90	PALMARES	DOIS PISTOLEIROS
PE TEQI	CACIQUE ABDON LEONARDO	ÍNDIO	29/12/90	FLORESTA	FAZENDEIRO RAIMUNDO CIRILO
PE TEQI	ABDIAS JOÃO ATKUM	ÍNDIO	29/12/90	FLORESTA	FAZENDEIRO RAIMUNDO CIRILO
PI TE	IRÊNIO DE SOUZA NASCIMENTO	POSSEIRO	20/11/90	MIGUEL ALVES	DELEGADO DE POLÍCIA PEDRO SILVA
PR TE	"JUCA" - JOSÉ CABEÇA	Campônês SEM-TERRA	15/09/90	MANGUEIRINHA	FAZENDEIRO POMPÍLIO ROSA
PR TE	JOSÉ DIAS	Campônês SEM-TERRA	16/07/90	INÁCIO MARTINS	PISTOLEIROS
RJ TE	GESIVALDO GOMES ALVES	DIRIGENTE SINDICAL	14/01/90	NOVA IGUAÇU	FAZENDEIRO BELARMINO SILVA
RJ TE	DEVANIR PINTO SOARES	POSSEIRO	05/02/90	MAGÉ	
RJ TE	CARLOS ALBERTO FERNANDES	CAMPONÊS	13/04/90	VASSOURAS	
RJ TE	MOACIR FERNANDES	CAMPONÊS	13/04/90	VASSOURAS	
RO TE	IVO ANTÔNIO SCHMITZ	POSSEIRO	22/07/90	ARIQUEMES	PISTOLEIRO VALMOR E LACIR
RO TEQI	ARMANDO PEREIRA FREITAS	POSSEIRO	20/09/90	ALVORADA D'OESTE	
RR TEQI	MÁRIO DAVIS MACUXI	ÍNDIO	25/06/90	NORMÂNDIA	
RR TEQI	DAMIÃO MENDES MACUXI	ÍNDIO	25/06/90	NORMÂNDIA	PISTOL. MANOEL DOS SANTOS E
RR TEQI	CACIQUE YANOMAMI LOURENÇO	ÍNDIO	06/09/90	MUCAJÁI	EDSON TAVARES
RR TEQI	ALBERTO SANUMA YANOMAMI	ÍNDIO	06/09/90	MUCAJÁI	PISTOL. MANOEL DOS SANTOS E
SP TE	DERLI CARDOSO DE OLIVEIRA	Campônês SEM TERRA	25/01/90	ITAPEVA/TABERÁ	EDSON TAVARES
TO TE	JOSÉ BARRROS DE OLIVEIRA	POSSEIRO	02/02/90	GUARAI	5 GARIMPEIROS
TO TE	EUDI PEREIRA DA SILVA	POSSEIRO	03/07/90	ITAGUATINS	5 GARIMPEIROS
					PESSOA NÃO-IDENTIFICADA
					FAZ. MEZAI DE OLIVEIRA AGUIAR
					GERENTE NATALI CARNEIRO DE SOUSA

Quadro 7 -- Tentativas de assassinato em 1990

UF TIPO	NOME DA VÍTIMA	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIOS DE AUTORIA
AC TE	RAIMUNDO B. DO NASCIMENTO	SERINGUEIRO	23/07/90	XAPURI	PEÕES- PISTOLEIROS
AC TE	PE. ISAIAS	PADRE	10/07/90	XAPURI	PISTOLEIROS
BA TE	PEDRO PEIXINHO	ADVOGADO	/04/90	MONTE SANTO E UAUÁ	HÉLIO CARDOSO - FAZENDEIRO
BA TE	PETRONILIO F. DA SILVA	POSSEIRO	01/07/90	ANDORINHA	NELSON C. DE SOUSA - FAZENDEIRO
BA TE	VALTER	POSSEIRO	27/10/90	UNA	PARAIBA- MADEIREIRO
BA TE	JOSÉ SOARES DA CUNHA	PEQUENO PROPRIETÁRIO	16/03/90	ITAPEBI	MICHELE MAGNAVITA - FAZENDEIRO
BA TE	JOSÉ JESUS THIAGO	Camponês SEM TERRA	23/10/90	EUNÁPOLIS	JOSÉ DOS SANTOS-PISTOLEIRO
BA TE	ALTAMIRO OLIVEIRA	Camponês SEM TERRA	23/10/90	EUNÁPOLIS	JOSÉ DOS SANTOS- PISTOLEIRO
BA TE	ESPOSA DE AMBRÓSIO	PEQUENO PROPRIETÁRIO	13/09/90	SALVADOR	JOAQUIM- CAMPONÊS
CE TE	MARIA LIMA PINHO	DIRIGENTE SINDICAL	12/04/90	QUIXERAMOBIM	2 FILHOS DE DALBERTO SILVA- FAZEND.
CE TE	ANTÔNIO EDNILO COSTA	POSSEIROS	13/04/90	QUIXERAMOBIM	DALBERTO J. DAUDEMIR - FAZENDEIRO
CE TE	JOSÉ LIMA PINHO	Camponês SEM TERRA	13/04/90	QUIXERAMOBIM	DALBERTO, J. DAUDEMIR - FAZENDEIRO
CE TE	20 POSSEIROS	POSSEIRO	30/01/90	SANTA QUITÉRIA	ERIMIDES E REGIS - PISTOLEIROS
CE TE	DIRIGENTE DO MST	Camponês SEM TERRA	/07/90	MADALENA	OCÉLIO DOMINGUES-ADM.DA FAZENDA
CE TE	JOSÉ DE ANCHIETA B.LANDIM	ADVOGADO	12/04/90	BARBALHA	PISTOLEIROS
MA TE	LUIS SOARES FILHO-VILA NOVA	DEP. ESTADUAL(PT)	13/10/90	SANTA LUZIA	DEUSDETH DE ARAÚJO- PISTOLEIRO
MA TE	RAIMUNDO NONATO SOUZA +	DIRIGENTE SINDICAL	15/03/90	BACABAL	PISTOLEIROS
MA TE	MANOEL VIANA MATOS *	POSSEIRO	13/01/90	URBANO SANTOS	DICO E CARLITO- PISTOLEIROS
MG TE	JOSÉ NATAL ROMÃO +	POSSEIRO	13/09/90	ARINOS	JULIANO BISPO- PISTOLEIRO
MT TR	ELIAS PEREIRA DA SILVA	POSSEIRO	05/01/90	PORTO ALEGRE DO NORTE	REGINALDO- PISTOLEIRO
MT TR	ELIAS PEREIRA DOS SANTOS	PEÃO DA FAZENDA	06/01/90	PORTO ALEGRE DO NORTE	CLEMENTE DE ALMEIDA- FAZENDEIRO
MT TE	RAIMUNDO PINHEIRO FARIAS	POSSEIRO	26/04/90	TERRA NOVA DO NORTE	JAIIME VIEIRA- FAZENDEIRO
MT TE	RAIMUNDO PEIXEIRO	POSSEIRO	01/08/90	TERRA NOVA DO NORTE	JAIIME VIEIRA-FAZENDEIRO
MT TE	D. MARGARIDA	POSSEIRO	01/08/90	TERRA NOVA DO NORTE	JAIIME VIEIRA- FAZENDEIRO
MT TE	EDVALDO	POSSEIRO	01/08/90	TERRA NOVA DO NORTE	JAIIME VIEIRA - FAZENDEIRO
MT TE	ANTÔNIO	POSSEIRO	01/08/90	TERRA NOVA DO NORTE	JAIIME VIEIRA - FAZENDEIRO
MT TE	MANOEL PEDRO	POSSEIRO	01/08/90	TERRA NOVA DO NORTE	JAIIME VIEIRA - FAZENDEIRO
MT TE	D. MARIA DE JESUS	POSSEIRO	01/08/90	TERRA NOVA DO NORTE	JAIIME VIEIRA - FAZENDEIRO
MT TE	DONA NICINHA	POSSEIRO	01/08/90	TERRA NOVA DO NORTE	JAIIME VIEIRA - FAZENDEIRO
MT TE	ANTÔNIO CEARÁ	POSSEIRO	01/08/90	TERRA NOVA DO NORTE	JAIIME VIEIRA - FAZENDEIRO
MT TE	ANTÔNIO TEIXEIRA NETO	POSSEIRO	01/01/90	LUCIARA (S. JOSÉ DO XINGU)	JAIIME VIEIRA - FAZENDEIRO
MT TE	VALTON ALVES CAMARGO	POSSEIRO	01/01/90	LUCIARA (S. JOSÉ DO XINGU)	5 PISTOLEIROS
MT TE	DJALMA ALVES SOARES	POSSEIRO	01/01/90	LUCIARA (S. JOSÉ DO XINGU)	5 PISTOLEIROS
MT TE	JULIETA MONTEIRO DA SILVA	DIRIGENTE SINDICAL	02/01/90	LUCIARA (S. JOSÉ DO XINGU)	5 PISTOLEIROS
MT TE	ARMELINDO SOARES DA MOTA	TRABALHADOR RURAL	02/01/90	LUCIARA (S. JOSÉ DO XINGU)	5 PISTOLEIROS
MT TE	PEDRO PEREIRA CARDOSO	TRABALHADOR RURAL	06/01/90	LUCIARA (S. JOSÉ DO XINGU)	FAZENDEIRO RAIMUNDO NUNES BRITO
PA TE	ARNALDO DELCIDIO FERREIRA	OPOSIÇÃO SINDICAL	06/01/90	LUCIARA (S. JOSÉ DO XINGU)	4 PISTOLEIROS
PA TE	ORLANDO CANUTO DE OLIVEIRA	DIRIGENTE SINDICAL	24/12/90	LUCIARA (S. JOSÉ DO XINGU)	AGNALDO- PISTOLEIRO
PA TE	NILTON PONTES	CAMPONÊS	22/04/90	MARABÁ	DOIS PISTOLEIROS
PA TR	UM PEÃO DA FAZ. ARIZONA	PEÃO DA FAZENDA	07/01/90	RIO MARIA	DOIS PISTOLEIROS
PB TR	JOÃO ANTÔNIO ALVES	PRESIDENTE STR	26/03/90	MEDICILÂNDIA	DOIS PISTOLEIROS
PB TR	GARIBALDI DE SOUSA PESSOA	ADVOGADO	18/10/90	REDENÇÃO	DOIS PISTOLEIROS
PE TR	JOSÉ HÉLIO DA SILVA	SINDICATO TRAB. RURAIS	18/10/90	JOÃO PESSOA	3 PISTOLEIROS EM UM FUSCA
PE TR			/09/90	JOÃO PESSOA	
PE TR				PALMARES	

UF TIPO	NOME DA VÍTIMA	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIOS DE AUTORIA
PE TR	JOSÉ CÍCERO DA SILVA	DIRIGENTE SINDICAL	13/12/90	PALMARES	DOIS PISTOLEIROS
PE TE	VICENTE FERREIRA DA SILVA	POSSEIRO	01/11/90	SURUBIM	FAZ. JOSÉ GONCALVES MOISÉS-PROMOTOR
PE TE	HILÁRIO F. DE A. FILHO	POSSEIRO	01/11/90	SURUBIM	FAZ. JOSÉ GONCALVES MOISÉS-PROMOTOR
PE TE	ANTÔNIO ELEOTÉRIO DE LIMA	DIRIGENTE SINDICAL	01/11/90	SURUBIM	FAZ. JOSÉ GONCALVES MOISÉS-PROMOTOR
PE TE	MARIA FLORA DOS SANTOS	POSSEIRA	01/11/90	SURUBIM	FAZ. JOSÉ GONCALVES MOISÉS-PROMOTOR
PE TE	QIBEAtriz A. DA CONCEIÇÃO	ÍNDIO	29/12/90	FLORESTA	RAIMUNDO CIRILO - FAZENDEIRO
PI TE	ANTÔNIO MENEZES DE CASTRO	POSSEIRO	/08/90	BARRAS	FAZENDEIRO PEDRO VERAS E SEU FILHO
PI TE	GERALDO DINIZ (DO STR)	ADVOGADO	/08/90	BARRAS	FAZENDEIRO PEDRO VERAS E SEU FILHO
PI TE	ESPOSA DE FRANCISCO LOPES	POSSEIRA	30/11/90	MIGUEL ALVES	CHIQUINHO GERENTE, ADM. DA FAZENDA
PI TE	2 FILHOS DE FRANCISCO LOPES	POSSEIROS	30/11/90	MIGUEL ALVES	CHIQUINHO GERENTE, ADM. DA FAZENDA
PI TE	FRANCISCO LOPES DE CASTRO	POSSEIRO	30/11/90	MIGUEL ALVES	CHIQUINHO GERENTE, ADM. DA FAZENDA
PR TE	LUIZ FERNANDO CAMARGO	Camponês SEM TERRA	15/09/90	MANGUEIRINHA	POMPÍLIO ROSA- FAZENDEIRO
PR TE	JOSÉ DIAS	Camponês SEM TERRA	07/07/90	INÁCIO MARTINS	40 PISTOLEIROS DA TERPLAN
PR TE	JOÃO MARIA RIBEIRO	Camponês SEM TERRA	07/07/90	INÁCIO MARTINS	40 PISTOLEIROS DA TERPLAN
RS TE	IVO MARTINS DE LIMA	Camponês SEM TERRA	14/06/90	CRUZ ALTA	BRIGADA MILITAR
TO TE	JOSÉ LOPES TEIXEIRA	Camponês SEM TERRA	03/07/90	ITAGUATINS	CAPATAZ NATALI CARNEIRO DE SOUSA
TO TE	8 POSSEIROS	POSSEIRO	03/07/90	ITAGUATINS	CAPATAZ NATALI CARNEIRO DE SOUSA

Pessoas que foram assassinadas depois
Pessoas que sofreram mais de uma ameaça de morte
onte: Arquivo CPT-Nacional

Quadro 8 -- Ameaçados de morte em 1990

UF TIPO	NOME DA VÍTIMA	PROFISSÃO/CATEGORIA	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIOS DE AUTORIA
AC TE	OSMARINO AMÂNCIO RODRIGUES	DIRIGENTE SINDICAL	/05/90	BRASILÉIA E OUTROS	FAZENDEIROS
AC TE	PE. LUIZ CEPPI	COM. PAST. DA TERRA-CPT	/ /90	XAPURI	FAZENDEIRO NÃO IDENTIFICADO
AC TE	ILZAMAR GADELHA	GARIMPEIRO	10/03/90	XAPURI	FAZENDEIRO DARLIZINHO
AC TE	ZUZA MENDES	GARIMPEIRO	08/05/90	XAPURI	FAZENDEIRO ALVARINO ALVES DA SILVA
AC TE	ZECA MENDES	DIRIGENTE SINDICAL	08/05/90	XAPURI	FAZENDEIRO ALVARINO ALVES DA SILVA
AC TE	JOSÉ DA SILVA PEREIRA	PADRE	12/12/90	XAPURI	
BA TE	PADRE JOÃO SMITH *	DIRIGENTE SINDICAL	26/10/90	BELMONTE	5 POLICIAIS MILITARES
BA TE	MÁRIO DOS SANTOS	POSSEIRO	/09/90	BOM JESUS DA LAPA	FAZENDEIRO CARLOS BONFIM
BA TE	JUVÊNCIO ALVES DE SOUZA	PADRE	/04/90	JACOBINA	PISTOLEIROS DE ARLINDO CAICA
BA TE	PADRE JOSÉ HEHENBERGER	POSSEIRO	/04/90	JACOBINA	PISTOLEIROS DE ARLINDO CAICA
BA TE	ANSELMO GAMA	DIRIGENTE SINDICAL	09/03/90	MUQUÊM DO S. FRANCISCO	DELEGADO DE POLÍCIA ILDEU ALVES DA SILVA
BA TE	LUIZ GONZAGA DE QUEIROZ JR.	ORG. NÃO-GOVERN.	21/03/90	MUQUÊM DO S. FRANCISCO	
BA TE	ESTEVÃO MARTINS	DIRIGENTE SINDICAL	21/03/90	MUQUÊM DO S. FRANCISCO	
BA TE	PADRE LUIS TONETTO	PADRE	12/04/90	ANDORINHA	FAZENDEIRO NELSON CAVALCANTE
BA TE	LUIZ NOVA	DEP. ESTADUAL(PC do B)	05/06/90	CANAVIEIRAS	FAZENDEIRO BOAVENTURA NASCIMENTO
BA TE	ALBERTO EVANGELISTA	DIRIGENTE SINDICAL	05/06/90	CANAVIEIRAS	FAZENDEIRO BOAVENTURA NASCIMENTO
BA TE	MARTIM ODILON DE JESUS	POSSEIRO	/08/90	SANTO AMARO	CAPITÃO GÓES - ADM. DA FAZENDA
BA TE	ALFREDO SOUZA	POSSEIRO	11/08/90	SANTO AMARO	3 PISTOLEIROS
CE TE	ANTÔNIO EDNILO COSTA *	DIRIGENTE SINDICAL	13/04/90	QUIXERAMOBIM	FAZENDEIRO DALBERTO
CE TE	JOSIAS CLAUDIO MAIA	COM. PAST. DA TERRA-CPT	06/01/90	ITAPIÚNA	CAPATAZ DA FAZENDA
CE TE	6 CAMPONESES SEM-TERRA	CAMPONESES SEM TERRA	/07/90	MADALENA	GERENTE OGÉLIO DOMINGUES

CE TE	RAIMUNDA FERREIRA	POSSEIRA	06/11/90	IPAPORANGA	POLICIAL MILITAR CIRO
CE TE	30 POSSEIROS DE N. PINTADA	POSSEIROS	06/11/90	IPAPORANGA	POLICIAL MILITAR CIRO
CE TE	OSMARINO	PRESIDENTE STR	25/07/90	MOMBAÇA	GERENTE JOAQUIM DEDÉ
CE TE	VIGÁRIO DE MOMBAÇA	PADRE	27/08/90	MOMBAÇA	FAZENDEIRO ABELARDO LOPES AMARAL
CE TE	JOSÉ VICENTE FILHO	POSSEIRO	/ 90	INDEPENDÊNCIA	NONATO PRADO - DEPUTADO ESTADUAL
CE TE	FRANCISCO COELHO LINHARES	POSSEIRO	/01/90	SANTA QUITÉRIA	FAZEND. NONATO PRADO- DEP. ESTADUAL
CE TE	MARIA DE FÁTIMA PEREIRA	POSSEIRA	/01/90	SANTA QUITÉRIA	FAZEND. NONATO PRADO- DEP. ESTADUAL
CE TE	FRANCISCO B.DE VASCONCELOS	POSSEIRO	/01/90	SANTA QUITÉRIA	FAZEND. NONATO PRADO- DEP. ESTADUAL
CE TE	ROSEY FRANCISCO DE SOUSA	PRESIDENTE STR	/01/90	SANTA QUITÉRIA	FAZEND. NONATO PRADO- DEP. ESTADUAL
ES TE	ESPOSA DE FRANCISCO RAMOS	CAMPONÊS	05/02/90	PANCAS	
ES TE	DAVI GUERRA	ADVOGADO	05/02/90	PANCAS	3 PISTOLEIROS ENCAPUZADOS
ES TE	GERALDO SPERÂNDIO	DIRIGENTE SINDICAL	11/02/90	COLATINA	FAZENDEIRO DR. LEÃO DI RAMOS CAIADO
GO TE	MILTON INÁCIO HEINEN *	ADVOGADO	31/05/90	GOIÁS	FAZENDEIRO ARNALDO NERI DO PRADO
GO TE	DARIO RIBEIRO DE PAULA	POSSEIRO	/ 90	PILAR DE GOIÁS	
MA TE	LUIS SOARES FILHO - VILA NOVA	DEP. ESTADUAL (PT)	/10/90	SANTA LUZIA	
MA TE	JOÃO LETO	DIRIGENTE SINDICAL	/ 90	SANTA LUZIA	
MA TE	JOSÉ ROSA	ASSENTADO	/ 90	SANTA LUZIA	PISTOLEIRO FRANCISCO MILIANO
MA TE	ALONSO SILVESTRE GOMES	POSSEIRO	19/11/90	S. MATEUS DO MARANHÃO	PISTOLEIRO FRANCISCO MILIANO
MA TE	ABSALÃO	POSSEIRO	19/11/90	S. MATEUS DO MARANHÃO	POL.MILITAR MÁRIO SANTOS("MARINHO")
MA TE	PASCOAL	POSSEIRO	19/11/90	S. MATEUS DO MARANHÃO	POL.MILITAR MÁRIO SANTOS("MARINHO")
MA TE	JORGE	POSSEIRO	19/11/90	S. MATEUS DO MARANHÃO	POL.MILITAR MÁRIO SANTOS("MARINHO")
MA TE	ADEMAR	POSSEIRO	19/11/90	S. MATEUS DO MARANHÃO	POL.MILITAR MÁRIO SANTOS("MARINHO")
MA TE	4 POSSEIROS	POSSEIROS	12/05/90	CAROLINA	FAZENDEIRO JOSÉ ULISSES
MA TE	FLÁVIO LAZZARIN *	PADRE	10/08/90	S. MATEUS DO MARANHÃO	ADM. DA FAZENDA CARLOS PORTUGUÊS
MA TE	CLÁUDIO BERGAMASCHI	PADRE	15/08/90	S. MATEUS DO MARANHÃO	PISTOLEIROS
MA TE	EDIVALDO	IGREJA CATÓLICA	15/08/90	S. MATEUS DO MARANHÃO	PISTOLEIROS
MA TE	UM POSSEIRO	POSSEIRO	26/10/90	BREJO	POLÍCIA MILITAR
MG TE	MARIA APARECIDA DE JESUS	COM. PAST. DA TERRA -CPT	/ 90	ARINOS	FAZENDEIRO JOSÉ ALFREDO
MG TE	JANUÁRIO EMÍDIO DOS SANTOS +	POSSEIRO	/ 90	ARINOS	FAZENDEIRO JOSÉ ALFREDO
MG TE	OTÁCILIO NUNES DE OLIVEIRA	POSSEIRO	/09/90	ARINOS	FAZENDEIROS JOSÉ ALFREDO E MANELÃO
MG TE	JOSÉ DE ARAÚJO CARNEIRO	POSSEIRO	/09/90	ARINOS	FAZENDEIROS JOSÉ ALFREDO E MANELÃO
MG TE	JOSÉ NATAL ROMÃO * +	POSSEIRO	15/09/90	ARINOS	PISTOLEIRO JULIANO BISPO
MG TE	VIRGÍLIO GUIMARÃES	DEP.FEDERAL (PT)	25/01/90	ITURAMA	MILITANTES DA UDR
MG TEQI	LEILA MAMED DAVI	IGREJA CATÓLICA	26/04/90	BERTÓPOLIS	FAZENDEIRO VALDO MIRANDA
MG TEQI	MARIA ÂNGELA DE MATOS	IGREJA CATÓLICA	26/04/90	BERTÓPOLIS	FAZENDEIRO VALDO MIRANDA
MG TEQI	MOTORISTA DAS MISSIONÁRIAS		26/04/90	BERTÓPOLIS	FAZENDEIRO VALDO MIRANDA
MT TEQI	CACIQUE CELESTINO	ÍNDIO XAVANTE	29/10/90	CAMPINÁPOLIS	FAZENDEIRO VAGNER
MT TR	LUIZ FEITOSA DE SOUZA	POSSEIRO	18/07/90	ARIPUANÁ	FAZENDEIRO MIGUEL FORTES
MT TR	ADEMIR GOMES DA SILVA	PEÃO DA FAZENDA	18/07/90	ARIPUANÁ	FAZENDEIRO MIGUEL FORTES
MT TR	LUIZ NUNES BRITO	PEÃO DA FAZENDA	18/07/90	ARIPUANÁ	FAZENDEIRO MIGUEL FORTES
MT TR	JOSÉ BASSEGIO	IGREJA CATÓLICA	30/07/90	ARIPUANÁ	CAPATAZ JUAREZ
MT TE	ROMILDO ADELINO GRESSELLE	PRESIDENTE STR	27/10/90	GUARANTÁ DO NORTE	FAZENDEIRO ROMEU GIASSAN
MT TE	PADRE SILVINO	PADRE	27/10/90	GUARANTÁ DO NORTE	FAZENDEIRO ROMEU GIASSAN
MT TE	IRMÃ VANDA	RELIGIOSA-IGR. CATÓLICA	27/10/90	GUARANTÁ DO NORTE	FAZENDEIRO ROMEU GIASSAN
MT TE	RAIMUNDO ALVES E FAMÍLIA	POSSEIRO	14/05/90	TERRA NOVA DO NORTE	FAZ. CLEMENTE DE ALMEIDA SOUZA NETO
MT TE	RAIMUNDO DE SOUZA	POSSEIRO	30/06/90	TERRA NOVA DO NORTE	FAZENDEIRO JAIME VIEIRA
MT TE	RAIMUNDO PEIXEIRO	POSSEIRO	01/08/90	TERRA NOVA DO NORTE	FAZENDEIRO JAIME VIEIRA

MT TE	D. MARGARIDA	POSSEIRA	01/08/90	TERRA NOVA DO NORTE	FAZENDEIRO JAIME VIEIRA
MT TE	EDVALDO	POSSEIRO	01/08/90	TERRA NOVA DO NORTE	FAZENDEIRO JAIME VIEIRA
MT TE	MANOEL PEDRO	POSSEIRO	01/08/90	TERRA NOVA DO NORTE	FAZENDEIRO JAIME VIEIRA
MT TE	D. MARIA DE JESUS	POSSEIRA	01/08/90	TERRA NOVA DO NORTE	FAZENDEIRO JAIME VIEIRA
MT TE	DONA NICINHA	POSSEIRA	01/08/90	TERRA NOVA DO NORTE	FAZENDEIRO JAIME VIEIRA
MT TE	ANTÔNIO CEARÁ	POSSEIRO	01/08/90	TERRA NOVA DO NORTE	FAZENDEIRO JAIME VIEIRA
MT TE	4 POSSEIROS	POSSEIROS	08/08/90	TERRA NOVA DO NORTE	FAZENDEIRO JAIME VIEIRA
MT TE	DJALMA ALVES SOARES *	DIRIGENTE SINDICAL	02/01/90	LUCIARA (S.JOSÉ DO XINGU)	5 PISTOLEIROS
MT TE	JULIETA MONTEIRO DA SILVA		02/01/90	LUCIARA (S.JOSÉ DO XINGU)	5 PISTOLEIROS
MT TE	"BATALHA"		04/01/90	LUCIARA (S.JOSÉ DO XINGU)	PISTOLEIROS DA GLEBA YAMIN
MT TE	ABADIO MANOEL MADEIRA	POSSEIRO	04/01/90	LUCIARA (S.JOSÉ DO XINGU)	PISTOLEIROS DA GLEBA YAMIN
MT TE	JOEL RODRIGUES DE OLIVEIRA *	TRABALHADOR RURAL	16/01/90	LUCIARA (S.JOSÉ DO XINGU)	GERENTE BARRETO
MT TE	MANUEL BARRIGA	POSSEIRO	17/01/90	LUCIARA (S.JOSÉ DO XINGU)	PISTOLEIROS DA FAZ. YAMIN
PA TE	PEDRO JOSÉ DA SILVA	POSSEIRO	18/01/90	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	FAZENDEIRO JOÃO ALÍPIO
PA TE	JÚNIOR SÉRGIO	POSSEIRO	18/01/90	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	FAZENDEIRO JOÃO ALÍPIO
PA TE	ARNALDO DELCÍDIO FERREIRA	OPOSIÇÃO SINDICAL	11/12/90	MARABÁ	
PA TE	ORLANDO CANUTO DE OLIVEIRA	DIRIGENTE SINDICAL	22/04/90	RIO MARIA	4 PISTOLEIROS
PA TE	EXPEDITO RIBEIRO SOUZA	PRESIDENTE STR	22/04/90	RIO MARIA	4 PISTOLEIROS
PA TE	CARLOS CABRAL PEREIRA	POSSEIRO	22/04/90	RIO MARIA	4 PISTOLEIROS
PA TE	SERAFIM	PADRE	22/04/90	RIO MARIA	4 PISTOLEIROS
PA TE	PADRE RICARDO REZENDE		24/04/90	RIO MARIA	
PA TE	FELISBERTO GUIMARÃES		02/06/90	RIO MARIA	
PA TE	JOÃO MARTINS		02/06/90	RIO MARIA	
PA TE	JOÃO BERNARDO	POLÍTICO	02/06/90	RIO MARIA	
PA TE	TERTO VICENTE E FAMÍLIA *	POSSEIRO	/ 90	SANTANA DO ARAGUAIA	DELEGADO DE POLÍCIA
PA TE	D. ERWIN KRAUTLER *	BISPO	21/01/90	MEDICILÂNDIA	
PA TE	PE. ALIRIO BERVIAN	PADRE	21/01/90	MEDICILÂNDIA	
PA TE	PE. OSCAR FUHR	PADRE	21/01/90	MEDICILÂNDIA	
PA TE	BENEDITO PRADO	PRESIDENTE STR	27/01/90	MEDICILÂNDIA	UM PISTOLEIRO
PA TE	ANTÔNIO RODRIGUES	CAMPONÊS	27/01/90	MEDICILÂNDIA	UM PISTOLEIRO
PA TR	5 PEÕES VINDOS DO MARANHÃO	PEÃO DA FAZENDA	02/04/90	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	
PA TE	PADRE DONATO	PADRE	16/06/90	CURIONÓPOLIS	
PA TE	PE. PAULO JOANIL	PADRE	16/06/90	CURIONÓPOLIS	
PA TE	WESLÉCIA FARIAS DA CUNHA	POSSEIRO	21/07/90	CURIONÓPOLIS	25 POLICIAIS MILITARES E CIVIS
PA TR	JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS	PEÃO DA FAZENDA	/07/90	CURIONÓPOLIS	FAZENDEIRO SR. SILVA
PA TR	ESPOSA DE JOSÉ PEREIRA	POSSEIRO	/07/90	CURIONÓPOLIS	FAZENDEIRO SR. SILVA
PA TE	RAIMUNDO NONATO CARMO	DIRIGENTE SINDICAL	03/09/90	TUCURUI	FAZENDEIRO JOÃO NOGUEIRA CARMONA
PA TE	2 OSMAR CRENTE E MÁRCIO	POSSEIROS	07/10/90	PARAGOMINAS	FAZENDEIRO EDSON ALVARENGA
PA TE	3 RICARDO, JOÃO PEDRO E SALES	POSSEIROS	07/10/90	PARAGOMINAS	ANTONIO SANDU E DIONÍSIO-PISTOLEIROS
PA TE	RAIMUNDO MATEUS	POSSEIRO	07/10/90	PARAGOMINAS	FAZENDEIRO EDSON ALVARENGA
PA TE	ANTÔNIO FELIPE	POSSEIRO	07/10/90	PARAGOMINAS	FAZENDEIRO EDSON ALVARENGA
PA TE	DELEGADO SINDICAL OSMIR	DIRIGENTE SINDICAL	07/10/90	PARAGOMINAS	FAZENDEIRO EDSON ALVARENGA
PA TE	ALÍCIO MIRANDA BOUCAO	PRESIDENTE STR	11/12/90	CACHOEIRA DO ARARI	FAZ. E POLÍTICO PEDRO ALCANTARA DUARTE
PA TE	ARMANDO ALVES	DIRIGENTE SINDICAL	/ 90	MOJU	FAZENDEIRO LUIZ CARLOS
PA TE	MANOEL DE NAZARÉ	POLÍTICO	/04/90	AFUÁ	FAMÍLIA FERREIRA VASCONCELOS
PA TE	TUFÍ	PRESIDENTE STR	/04/90	AFUÁ	FAMÍLIA FERREIRA VASCONCELOS

PA TE	GRACIANO	DIRIGENTE SINDICAL	/04/90	AFUÁ	FAMÍLIA FERREIRA VASCONCELOS
PB TE	DANIEL FIRINO DA SILVA	PRESIDENTE STR	26/04/90	BANANEIRAS	FAZEND. LOESTER IMPERIANO DA SILVA
PB TE	CLOVIS JOSÉ DE PONTES	PEQ. ARRENDATÁRIO	17/01/90	ARARUNA	FAZEND. GINALDO, MAZINHO, MARCELO
PB TE	ANTÔNIO BELARMINO	POSSEIRO	11/02/90	ARARUNA	POLICIAL CIVIL EDGARD
PB TE	FRANCISCO DE ASSIS INÁCIO	PADRE	12/02/90	ARARUNA	FAZEND. GINALDO DE ARAÚJO CORDEIRO
PB TE	MARCELO PINTO CARVALHEIRA	BIQ. ARRENDATÁRIOS	12/02/90	ARARUNA	FAZEND. GINALDO DE ARAÚJO CORDEIRO
PB TE	7 PEQUENOS ARRENDATÁRIOS	PEQ. ARRENDATÁRIOS	17/05/90	ARARUNA	FAZENDEIROS
PE TE	LUIZ LAUREANO	POSSEIRO	29/05/90	AREIA	FAZ. MARCELO BERLOM DE ALBUQUERQUE
PE TR	UM FUNCIONÁRIO DO ENGENHO	CANAVIEIRO	02/10/90	MARAIAL	CAPATAZ JORGE ACIOLI DE MELO
PE TR	JOÃO LUCAS DA SILVA	PRESIDENTE STR	09/05/90	PALMARES	(ANÔNIMO)
PE TR	JOSÉ HÉLIO DA SILVA	SIND. TRABALHAD.RURALS	09/05/90	PALMARES	(ANÔNIMO)
PE TR	JOSÉ CÍCERO DA SILVA	DIRIGENTE SINDICAL	13/12/90	PALMARES	PISTOLEIROS NÃO-IDENTIFICADOS
PE TR	MARIA APARECIDA PEDROSA	ADVOGADA	13/12/90	PALMARES	PISTOLEIROS NÃO-IDENTIFICADOS
PE TR	MANOEL JOSÉ DA SILVA	DIRIGENTE STR	/12/90	MARAIAL	
PE TR	JOSÉ JOAQUIM PAES	ADVOGADO	/12/90	MARAIAL	
PE TR	PADRE JOSÉ DO PATROCÍNIO	PRESIDENTE STR	/11/90	QUIPAPÁ	
PE TE	ISRAEL CRISPIM RAMOS	ADVOGADO	03/11/90	SURUBIM	
PE TEQI	CACIQUE ABDON LEONARDO	ÍNDIO	/ / 90	FLORESTA	
PE TE	ANTÔNIO LUIZ TORRES	PRESIDENTE STR	/11/90	CARUARU	FAZENDEIROS DA REGIÃO
PE TE	JOSELMA	MOV. TRAB. SEM TERRA	17/09/90	SALOÁ/BOM CONSELHO	FAZ. MANOEL CIRILO E SEUS DOIS FILHOS
PI TE	GERALDO DINIZ (DO STR)	ADVOGADO	/08/90	BARRAS	CEL. ELIAS DUARTE SERODIO-FAZENDEIRO
PI TE	FRANCISCO LOPES DE CASTRO	POSSEIRO	/11/90	MIGUEL ALVES	6 PISTOLEIROS
PI TE	LUIZ NOVO	DIRIGENTE SINDICAL	22/07/90	BATALHA	FAZENDEIRO PEDRO VERAS E SEU FILHO
RJ TE	FRANCISCO LAN	DIRIGENTE SINDICAL	05/11/90	CABO FRIO	CAPATAZ CHIQUINHO E POLICIAIS
RJ TE	TIO DE FRANCISCO LAN	POSSEIRO	05/11/90	CABO FRIO	POLICIAL MILITAR GONÇALO LAUREANO
RJ TE	MANOEL BARBOSA	DIRIGENTE SINDICAL	05/11/90	CABO FRIO	3 HOMENS ESTRANHOS (EM UM CARRO)
RJ TE	NILÓ PEÇANHA PINHEIRO	PEQUENO PROPRIETÁRIO	11/03/90	VASSOURAS	3 HOMENS ESTRANHOS (EM UM CARRO)
RO TE	LEODORO FERREIRA	PEQUENO PROPRIETÁRIO	24/02/90	RESENDE	FAZ. JÚLIO AVELINO DE OLIVEIRA FILHO
RR TE	DAMIÃO MENDES MACUXI +	ÍNDIO	/ / 90	ALVORADA D'OESTE	FAZENDEIRO JOÃO LUIZ KLOTZ
RR TE	VAQUEIRO DA COMUN. MACUXI	PEÃO DA FAZENDA	18/03/90	NORMÂNDA	FAZENDEIRO JOSE GRACIANO
SC TE	DOM GREGÓRIO WARMELING	BISPO	01/06/90	GARUVA	NORMÂNDA PISTOLEIRO MANOEL DOS SANTOS
SC TE	PADRE FAUSTO SCHMIDT	PADRE	01/06/90	GARUVA	JAGUNÇOS DE NEWTON TAVARES
SC TE	PADRE CASEMIRO KONKEL	COM.PAST. DA TERRA-CPT	01/06/90	GARUVA	FAZEND.MARCO ANTÔNIO STEDILLE- UDR
SC TE	VEREADOR JOÃO FACHINI	POLÍTICO	01/06/90	GARUVA	FAZEND.MARCO ANTÔNIO STEDILLE- UDR
TO TE	RAIMUNDO NONATO F. GOMES	POSSEIRO	/ / 90	COUTO DE MAGALHÃES	FAZEND.MARCO ANTÔNIO STEDILLE- UDR
TO TE	RAIMUNDO B. DE OLIVEIRA	POSSEIRO	/06/90	GUARÁI	FUNCIONÁRIOS DA FAZENDA
TO TE	PE. MARTINHO MURRAY	PADRE	/06/90	GUARÁI	FAZEND. MEZAR DE OLIVEIRA AGUIAR
TO TE	JOÃO DE DEUS ROSA OLIVEIRA	POSSEIRO	15/08/90	BERNARDO SAYÃO	FAZEND. MEZAR DE OLIVEIRA AGUIAR
TO TE	GENESI INÁCIO VIEIRA	POSSEIRO	15/08/90	BERNARDO SAYÃO	20 POLICIAIS MILITARES
TO TE	OSWALDO ARRUDA	POSSEIRO	15/08/90	BERNARDO SAYÃO	20 POLICIAIS MILITARES
TO TE	JOSÉ GONÇALVES JURANDIR	POSSEIRO	15/08/90	BERNARDO SAYÃO	20 POLICIAIS MILITARES

+ Pessoas que foram assassinadas depois

* Pessoas que sofreram mais de uma ameaça de morte

Fonte: Arquivo CPT-Nacional

Quadro 9 – Casos de Trabalho Escravo em 1990

UF	NOME DO IMÓVEL E LOCALIDADE	NOME	DATA	INDÍCIOS DE AUTORIA/CATEGORIA
GO	FAZENDA ARRASTÃO-CRISTALINA	194 TRABALHADORES RURAIS	06/12/90	DAMIÃO FERREIRA DA SILVA
MT	FAZ. OURO VERDE - PORTO ALEGRE DO NORTE	11 PEÕES	02/01/90	ANSELMO ASCENÇÃO PINTO- FAZENDEIRO
MT	FAZ. OURO VERDE - PORTO ALEGRE DO NORTE	JOSÉ ARTUR GONÇALVES	31/01/90	CHAPEÚ PRETO- FAZENDEIRO
MT	FAZENDA ESCONDIDA - MATUPÁ	30 PEÕES	02/01/90	CHAPEÚ PRETO- FAZENDEIRO
MT	FAZENDA ESCONDIDA - MATUPÁ	2 CLEMENTE SANTOS E SILVIO	05/02/90	CHAPEÚ PRETO- FAZENDEIRO
MT	FAZENDA CASTANHAL - ARIPUANÁ	LUIZ DE SOUZA FEITOSA	/07/90	MIGUEL FORTES- FAZENDEIRO
MT	FAZENDA CASTANHAL - ARIPUANÁ	180 PEÕES	18/07/90	MIGUEL FORTES- FAZENDEIRO
MT	FAZENDA PARAÍSO/GRANJA - LUCIARA	4 PEÕES	/03/90	MIGUEL FORTES- FAZENDEIRO
MT	FAZENDA PARAÍSO/GRANJA - LUCIARA	DALVINO BARBOSA	/03/90	EMPREITEIRO GERVÁSIO- "GATO"
MT	FAZENDA PARAÍSO/GRANJA - LUCIARA	CRISTIAN ALEX LOPES SOUZA	/03/90	EMPREITEIRO GERVÁSIO- "GATO"
MT	FAZENDA PARAÍSO/GRANJA - LUCIARA	800 PEÕES	01/05/90	EMPREITEIRO GERVÁSIO- "GATO"
MT	SUIÁ MISSU - SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	72 PEÕES	17/03/90	OURIÇO- "GATO"
PA	FAZ. SÃO LUIZ - CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	150 PEÕES DO CE, PI E GO	/01/90	FAZ.MARCO AURÉLIO SANTANA (LALÃO)
PA	FAZENDA ARIZONA - REDENÇÃO	10 PEÕES	05/06/90	JOSÉ CRISTINO FERREIRA- FAZENDEIRO
PA	FAZ. JANDAIA/SANTA HELENA OU JUNCO	JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS	/07/90	SR. SILVA- FAZENDEIRO
PA	FAZENDA DO SILVA - CURIONÓPOLIS	"CEARÁ" (PEÃO DA FAZENDA)	/07/90	SR. SILVA- FAZENDEIRO
PA	FAZ. FORKILHA- STA. MARIA DAS BARREIRAS	70 PEÕES DE GOIÁS	14/07/90	JAIRO DE ANDRADE-FAZENDEIRO
PA	FAZENDA ESPORA DE PRATA - XINGUARA	70 PEÕES	03/02/90	"GATO" JOÃO DAMACENA (JOÃO ONÇA)

Fonte: Arquivo CPT-Nacional

Quadro 10 – Mortes de Bóias-Frias em 1990

UF	NOME	DATA	MUNICÍPIO
BA	BÓIAS-FRIAS	28/09/90	GANDU FAZENDA
BA	CLAUDIONOR R. SANTO	26/08/90	VITÓRIA DA CONQUISTA
BA	FREDSON DIAS DOS SANTOS	26/08/90	VITÓRIA DA CONQUISTA
BA	JORGE ALVES OLIVEIRA	26/08/90	VITÓRIA DA CONQUISTA
BA	JURANDIR	26/08/90	VITÓRIA DA CONQUISTA
BA	2 BÓIAS-FRIAS	26/08/90	VITÓRIA DA CONQUISTA
BA	3 BÓIAS-FRIAS	11/01/90	MACHADO-ALFENAS
MG	4 BÓIAS-FRIAS	10/08/90	GOIANA
PE	DORALICE M. DA CONCEIÇÃO	10/08/90	GOIANA
PE	JOSÉ JOÃO DA S.FILHO	10/08/90	GOIANA
PE	SEVERINO R. P.DA SILVA	10/08/90	GOIANA
PE	GUSTAVO DA SILVA RAMOS	10/08/90	GOIANA
PE	UM BÓIA-FRIA	10/08/90	GOIANA
SP	GERALDO DE MORAIS	08/02/90	BARIRI
SP	LUIZ COLOMBARO	08/02/90	BARIRI
SP	LUIZ PASSARELI	08/02/90	BARIRI
SP	3 BÓIAS-FRIAS	22/02/90	ITAI
SP	4 BÓIAS-FRIAS	15/05/90	SEVERÍNIA
SP	1 BÓIA-FRIA	28/06/90	REGISTRO

Fonte: Arquivo CPT-Nacional

Quadro 11 — Bóias-Frias Feridos em 1990

UF	NOME	DATA	MUNICÍPIO
BA	24 BÓIAS-FRIAS	09/02/90	MACAJUBA
BA	60 BÓIAS-FRIAS	28/09/90	GANDU
PE	40 BÓIAS-FRIAS	10/08/90	GOIANA
PE	45 BÓIAS-FRIAS	10/08/90	GOIANA
SP	19 BÓIAS-FRIAS	03/05/90	GUARIBA
SP	5 BÓIAS-FRIAS	08/02/90	BARIRI
SP	36 BÓIAS-FRIAS	22/02/90	ITAÍ
SP	EDMILSON ANTÔNIO NUNES	08/03/90	LIMEIRA
SP	FRANCISCO SILVERIO OLIVEIRA	08/03/90	LIMEIRA
SP	VALENTIM GABRIEL	08/03/90	LIMEIRA
SP	SEBASTIAO DIAS LOURENÇO	08/03/90	LIMEIRA
SP	MARIA MARTINS DA COSTA	08/03/90	LIMEIRA
SP	56 BÓIAS-FRIAS	15/05/90	SEVERÍNIA
SP	46 BÓIAS-FRIAS	29/05/90	BAURU/JAÚ
SP	4 BÓIAS-FRIAS	28/06/90	REGISTRO

Fonte: Arquivo CPT-Nacional

Quadro 12 — Assentamentos no Mato Grosso do Sul

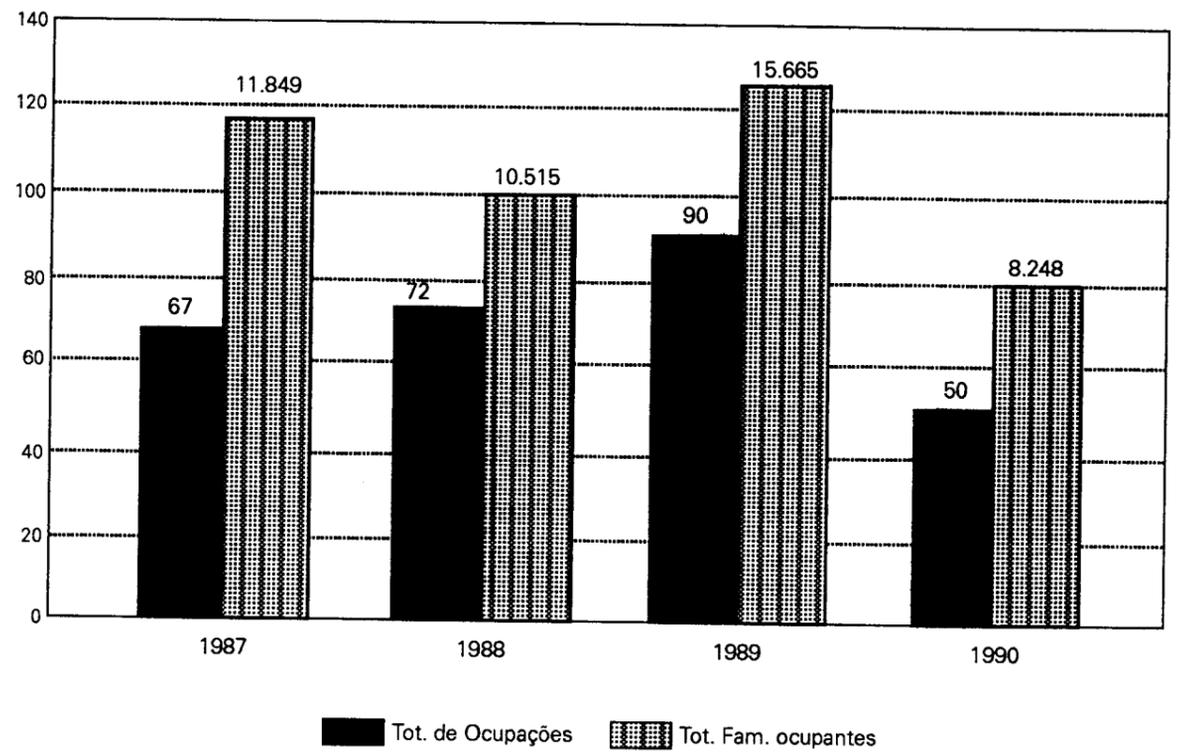
NOME/ MUNICÍPIO	INÍCIO	ÁREA(HA)/ CONDIÇÃO/ FAMÍLIAS	PROCEDÊNCIA	TERRA/ÁGUA	BENFEITÓRIAS	MORADIA	ORGANIZAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Novo Horizonte Ivinhema	26/12/85	— 18.468 — definitivo — 770 famílias	Brasiguaios	— 80% boa 20% fraca — muita água	1 — 16 de 1ª a 4ª 1 de 5ª a 8ª 2 — born. 3 — razoáveis.	Casas e barracos de lona	— Associação, — Deleg.Sindical — 5 grup.mulheres — 16 CEBs	
S.José do Jatobá Paranhos	23/06/87	— 2.605 — definitivo — 135 famílias	Brasiguaios	-80% boa 20% fraca -água de poços	1 — muitas crianças não estudam; 2 — não; 3 — boas.	Casas e barracos de lona	— Associação — Grupo de mulheres — CEBs; 13 grupos de produção	
Indaiá Itaquiraí	junho/89	— 7.340 — provisório — 700 famílias (130devem sair)	bóias-frias	80% boa 20% fraca	1 — 5 barracos ; 2 — não; 3 — provisórias	barracos de lona	— Associação — 2 grupos produção — 1 cooperativa; -5 grupos de mulheres	
Nova Esperança Jatetí	28/08/86	-2.820 -definitivo -111 famílias	expulsos da Ilha Grande do Paraná e ar- rendatários	80% boa 20% média	1 — 3 escolas	Casas e barracos de lona	— Associação — Grupo de mulheres; — 3 CEBs	

Casa Verde Nova Andradina	22/12/87	— 31.847 — definitivo desde abril/90 — 464	indicados pelos sindi- catos	-cerrado fraco (exige corre- ção do solo) — pouca água	1 — 3 provisórias; 2 — 1 com enfermeiro; 3 — algumas.		— Associação	
Urucum Corumbá	11/12/84	— 1978 — definitivo — 83	regularização de posse	— terra boa — água em cami- nhão (paga)	1-2 escolas em más condições; 2-1 com enfermeiro, mas falta medicamentos; 3 — razoáveis.	Casas e alguns barracos de lona	— Associação	Há abandono de lotes por descum- primento do go- verno e dificulda- des financeiras.
Tamarineiro Corumbá	julho/84	— 3.797 — definitivo — 144	arrendatário e posseiros	— boa, mas pedregosa — pouca c salobra	1-poucas, em más condições; 2-existe,mas não funciona; 3— boas.	algumas casas, mui- tos barra- cos de lona	— Associação	Há venda de lo- tes, por descaso do governo e di- ficuldades.
Mato Grande Corumbá	1987	— 1.352 — definitivo — 50	arrendatário e posseiros	— boa, mas pedregosa — 2 poços e baía	1 — em construção; 2 — em construção; 3 — boas.	algumas casas, muitos barracos	— Associação -grupo de produção	
Taquaral Corumbá	1990	10.059 provisório 350	15 municípios	— boa — poço e nascente	1 — de pau-a-pique 2 — não existe 3 — péssimas	barracos de lona e bacuri	— Associação — 4 CEBs — Equipes de saúde e edu- cação	Houve ação do Ministério Públi- co Federal por motivos ecológi- cos. Incri deve fazer Rima.
Canãã Bodoquena	1983	— 3.400 — definitivo — 188	Conflito em terra indígena. Índios foram transferidos	— muito boa — falta, em parte do assentamento.			— Associação	
Padroeira do Brasil - Nioaque	1984	— 2.200 — provisório — 220	8 municípios	— média e mini (só 4 ha por fa- mília)	1 — pré-fabricada professores do assentamento; 2 — existe, não funciona; 3 — péssimas.	barracos de lona	— Associação; — grupo de produção.	Eram 450 famí- lias; umas foram transferidas, ou- tras fizeram ou- tra ocupação.
Retirada da Laguna Guia Lopes	1984	— 2.300 — definitivo — 102	despejados pela Itaipu	— péssima	1 — escolas com professores as- sentados; 2 — existe, sem assistência; 3 — boas.	Casas	— 2 Associações	Muitos saíram desiludidos.

Conceição Nioaque	1985	— 10.590 definitivo — 390	posseiros em área indígena	— razoável — água é um grande problema	1 — com professores assentados; 2 — existe, sem assistência; 3 — boas.	Casas	— 3 Associações	830 famílias foram levadas para esta área formando grande favela rural. A transferência para outra área demorou mais de 2 anos.
Guacurus Bonito	1985	— 2.800 definitivo — 148	posseiros e outros	— boa, mas com pedra — água muito difícil	1 — com professores assentados; 2 — existe sem assistência; 3 — péssimas	Casas	— Associação	
Colônia Nova Nioaque	1987	— 1.300 definitivo	posseiros	— água, poço artesiano	1 — 2 escolas 3 — boas	Casas com eletrificação		
Santo Inácio Dois Irmãos	1987	— 5.450 definitivo — 210	13 municípios	— ruim (arenosa) — 50 lotes sem água	1 — barracos de lona 2 — posto não funciona, mas enfermeira usa medicina alternativa 3 — a maioria das estradas não está aberta	Barracos de lona	— Associação	
Barra do Itá Bela Vista	1988	— 1.500 definitivo — 48	posseiros	— água de poço	1 — provisória			
Monjolinho Anastácio	1988	— 9.405 definitivo, sorteio dos lotes em 1990 — 274	50 fam. de Santo Inácio 150 fam. de Pádroeiro do Brasil e 50 de Anastácio.	— razoável para ruim (arenosa) — metade dos lotes não tem água.	1 — barracos de lona; 2 — não existe; 3 — estradas ainda não abertas	Barracos de lona	— 2 Associações — 1 grupo de produção	Em 1990, 35 famílias foram para Bonito, 35 para Bodoquena — para acampamentos provisórios sobram as 210.

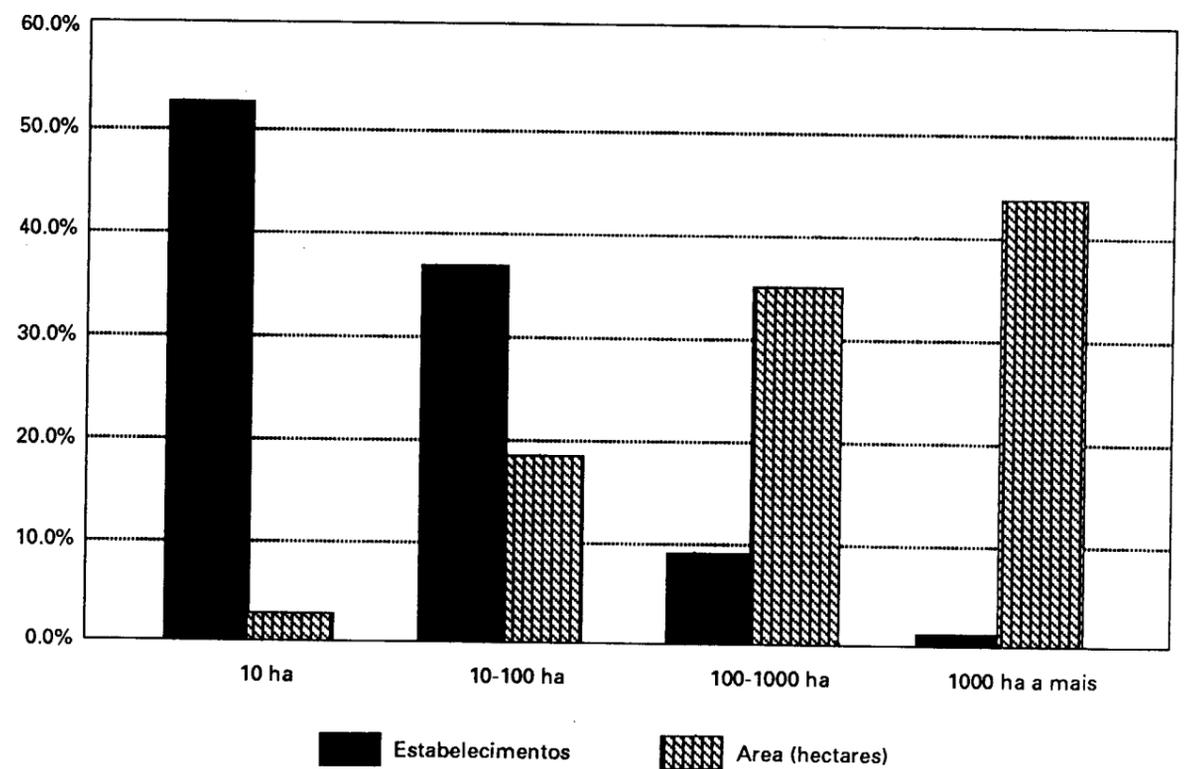
(Dados da CPT-MS)

Ocupações de terra no Brasil Quadro Comparativo (1987-90)



Fonte: CPT NACIONAL 1991

Brasil: Concentração Fundiária Censo Agropecuário do IBGE (1985)



MEIOS DE PRODUÇÃO - ESTRUTURA DA EXPLORAÇÃO MEIOS DE AGROPECUÁRIA
11 - ESTABELECIMENTOS RECENSEADOS, POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL, SEGUNDO AS
GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1985

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Estabelecimentos recenseados						
	Grupos de área total (ha)						Estabeleci- mentos sem declaração de área
	TOTAL	Menos de 10	De 10 a menos de 100	De 100 a menos de 1000	De 1000 a menos de 1.0000	De 1.0000 e mais	
BRASIL	5.834.779	3.085.841	2.166.424	518.618	47.931	2.174	13.791
NORTE	499.775	165.512	249.397	79.469	4.190	278	929
Rondônia	81.582	22.698	42.771	15.581	445	29	58
Acre	35.320	2.920	18.106	13.966	300	23	5
Amazonas	117.114	54.566	52.888	8.798	522	35	305
Roraima	6.424	564	2.349	2.936	557	17	1
Pará	254.503	83.369	131.651	36.505	2.263	155	560
Amapá	4.832	1.395	1.632	1.683	103	19	
NORDESTE	2.817.909	1.986.470	670.077	143.888	10.182	342	6.950
Maranhão	533.906	447.313	57.029	22.895	2.238	71	4.360
Piauí	271.973	194.314	57.971	18.057	1.350	74	207
Ceará	326.354	206.615	97.674	20.843	1.012	16	194
Rio Grande do Norte	116.597	76.280	32.705	6.966	596	8	42
Paraíba	204.621	149.194	46.125	8.678	541	4	79
Pernambuco	358.879	273.062	72.924	11.767	470	2	654
Alagoas	143.789	117.981	21.717	3.821	227	1	42
Fernando de Noronha	1	-	-	-	1	-	-
Sergipe	116.271	92.979	19.549	3.279	151	1	312
Bahia	745.518	428.732	264.383	47.582	3.596	165	1.060
SUDESTE	998.907	358.466	494.926	133.457	8.233	183	3.642
Minas Gerais	554.534	184.743	277.362	84.587	5.114	146	2.582
Espírito Santo	69.436	16.925	44.902	7.138	242	4	225
Rio de Janeiro	91.642	55.964	28.670	6.343	287	2	376
São Paulo	283.295	100.834	143.992	35.389	2.590	31	459
SUL	1.201.903	504.230	625.857	64.670	5.422	64	1.660
Paraná	467.829	229.717	212.587	23.564	1.544	42	375
Santa Catarina	235.361	92.111	133.577	8.903	576	7	187
Rio Grande do Sul	498.713	182.402	279.693	32.203	3.302	15	1.098
CENTRO-OESTE	316.285	71.163	126.167	97.134	19.904	1.307	610
Mato Grosso do Sul	55.105	14.976	18.819	14.710	5.756	465	379
Mato Grosso	78.370	25.893	29.510	17.331	4.922	653	61
Goiás	179.376	29.180	76.138	64.539	9.179	189	151
Distrito Federal	3.434	1.114	1.700	554	47	-	19

FONTE - IBGE, Diretoria, Departamento de Agropecuária, Censos Econômicos.

NOTA - Resultados preliminares.

MEIOS DE PRODUÇÃO - ESTRUTURA DA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA
12 - ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RECENSEADOS, POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL, SEGUNDO AS GRANDES
REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1985

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Estabelecimentos recenseados					
	TOTAL	Grupos de área total (ha)				
		Menos de 10	De 10 a menos de 100	De 100 a menos de 1000	De 1000 a menos de 10000	De 10000 e mais
BRASIL	376.286.577	10.029.780	69.678.938	131.893.557	108.397.132	56.287.168
NORTE	44.884.354	620.262	9.258.591	13.559.578	9.462.327	11.983.593
Rondônia	6.090.647	100.156	2.021.804	2.168.490	951.557	848.637
Acre	5.926.444	9.896	973.110	2.526.788	607.170	1.809.479
Amazonas	5.967.552	202.626	1.485.371	1.817.661	967.684	1.494.209
Roraima	2.157.128	1.119	145.116	489.529	1.236.948	284.414
Pará	23.532.050	301.060	4.569.428	6.268.784	5.425.447	6.967.328
Amapá	1.210.531	5.402	63.760	288.324	273.520	579.524
NORDESTE	91.988.105	4.998.231	21.328.562	36.128.611	21.386.365	8.146.334
Maranhão	15.311.124	679.257	2.350.222	5.945.200	4.967.887	1.368.556
Piauí	11.690.877	392.223	2.097.147	4.437.584	3.049.060	1.714.862
Ceará	11.112.691	683.918	3.136.828	5.016.419	2.054.078	221.446
Rio Grande do Norte	4.408.404	209.247	1.042.517	1.885.078	1.154.248	117.312
Paraíba	4.919.529	396.037	1.346.232	2.163.778	956.466	57.015
Pernambuco	6.709.957	718.692	2.110.831	2.938.291	881.254	60.887
Alagoas	2.389.293	272.046	634.157	1.063.174	407.914	12.000
Fernando de Noronha	1.600	-	-	-	1.600	-
Sergipe	1.914.072	196.339	603.958	825.931	275.742	12.100
Bahia	33.530.553	1.450.467	8.006.667	11.853.151	7.638.112	4.582.153
SUDESTE	73.614.727	1.605.790	17.228.051	34.370.849	16.898.190	3.511.846
Minas Gerais	46.035.755	858.493	9.868.292	21.891.903	10.598.641	2.818.424
Espírito Santo	3.823.140	84.818	1.541.034	1.609.020	436.860	151.406
Rio de Janeiro	3.310.283	177.011	935.217	1.574.800	554.795	68.459
São Paulo	20.445.547	485.466	4.883.506	9.295.125	5.307.892	473.556
SUL	48.713.066	2.456.759	16.577.110	17.499.142	10.528.310	1.651.744
Paraná	17.495.810	1.131.714	5.856.416	6.067.818	3.083.401	1.356.460
Santa Catarina	7.399.999	448.913	3.453.895	2.270.422	1.134.658	92.109
Rio Grande do Sul	23.817.256	876.130	7.266.798	9.160.901	6.310.250	203.175
CENTRO-OESTE	117.086.323	348.736	5.286.622	30.335.376	50.121.938	30.993.650
Mato Grosso do Sul	31.231.131	64.528	673.696	5.408.499	15.410.335	9.674.071
Mato Grosso	37.962.435	114.525	1.102.589	5.046.642	14.112.053	17.586.625
Goiás	47.586.826	164.689	3.450.158	19.734.116	20.504.908	3.732.953
Distrito Federal	305.930	4.993	60.179	146.117	94.640	-

FONTE - IBGE, Diretoria, Departamento de Agropecuária, Censos Econômicos.

NOTA - 1. As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arrendamento de dados.

2. Resultados preliminares

FONTES DE PESQUISA - 1990

A Crítica	Campo Grande — MS	Força Jovem	S.L.M.Belos — GO
A Gazeta	Rio Branco — AC	Gazeta de Alagoas	Maceió — AL
A Gazeta	Vitória — ES	Gazeta Mercantil	São Paulo — SP
A Notícia	Florianópolis — SC	Grito do Nordeste	ACR-PE
A Província do Pará	Belém — PA	História do Chão	CPT — CE
A Tarde	Salvador — BA	Hoje em Dia	Belo Horizonte — MG
A Tribuna	Porto Velho — RO	Igreja a Caminho*	Boa Vista — RR
A Tribuna	Vitória — ES	Igreja de Aracuaí	Aracuaí — MG
A Voz da Unidade	São Paulo — SP	Inf.Jurídico Com.Pró-Índio	São Paulo — SP
Aconteceu	CEDI — RJ	Informativo Calha Norte	Manaus — AM
ACR do Brasil		Informativo da IECLB	
Afinal	São Paulo — SP	Informes da Anistia Intern.	
AGEN-Boletim e Informativos	São Paulo — SP	Informes da Pax Christi Int.	
Alto Madeira	Porto Velho — RO	Isto É — Senhor	São Paulo — SP
Alvorada	S.F. Araguaia — MT	Jornal da Bahia	Salvador — BA
Anunciando e Defendendo	Ji-Paraná — RO	Jornal da Cidade	MS
Aroeira	CPT — MT	Jornal da Manhã	MS
Boletim da CPT Nacional	Goiânia — GO	Jornal da Manhã	Teresina — PI
Boletim da CPT/ES	Vitória — ES	Jornal da Tarde	São Paulo — SP
Boletim da CPT/SP	São Paulo — SP	Jornal de Alagoas	Maceió — AL
Boletim do MNDDH	Petrópolis — RJ	Jornal de Barretos	Barretos — SP
Boletim Nacional da PO	RJ	Jornal de Brasília	Brasília — DF
Cadernos do Terceiro Mundo	Rio de Janeiro — RJ	Jornal de Hoje	São Luís — MA
Cambota	F. Beltrão — PR	Jornal de Minas	Belo Horizonte — MG
Caminhada	Goiás — GO	Jornal de Opinião	Belo Horizonte — MG
Caminhar Juntos	Juazeiro — BA	Jornal do Brasil	Rio de Janeiro — RJ
Cheiro de Terra	CPT — SC	Jornal do Comércio	Recife — PE
CIR-Conselho Ind. de Roraima	Boa Vista — RR	Jornal do Dia	Cuiabá — MT
CNBB — Boletim e Informes	DF	Jornal do Estado	Curitiba — PR
Correio Brasileiro	Brasília — DF	Jornal dos Direitos Humanos	São Paulo — SP
Correio da Manhã	Manaus — AM	Jornal dos Mov. Populares	Campo Grande — MS
Correio da Manhã	Salvador — BA	Jornal dos Trab.Sem Terra	São Paulo — SP
Correio da Paraíba	João Pessoa — PB	Jornal Indústria e Comércio	Curitiba — PR
Correio de Notícias	Curitiba — PR	Jornal Povo	Belém — PA
Correio do Estado	Campo Grande — MS	Mundo Jovem	Porto Alegre — RS
Correio do Povo	Porto Alegre — RS	Mutirão da Vida	João Pessoa — PB
Correio Popular	Recife — PE	NewsWeek	E.U.A.
Declarações e Informes	dos 20 Regionais da CPT	O Combate	João Pessoa — PB
Diário da Manhã	Goiânia-GO	O Dia	Teresina — PI
Diário da Serra	Campo Grande — MS	O Estado	Florianópolis — SC
Diário da Tarde	Vitória — ES	O Estado	Teresina — PI
Diário de Cuiabá	Cuiabá — MT	O Estado de Minas	Belo Horizonte — MG
Diário de Minas	Belo Horizonte — MG	O Estado de S. Paulo	São Paulo — SP
Diário de Natal	Natal — RN	O Estado do Mato Grosso	Cuiabá — MT
Diário de Pernambuco	Recife — PE	O Estado do Norte	Porto Velho — RO
Diário do Nordeste	Fortaleza — CE	O Globo	Rio de Janeiro — RJ
Diário do Pará	Belém — PA	O Guaporé	RO
Diário do Povo	Teresina — PI	O Imparcial	São Luís — MA
Disparada	Natal — RN	O Lavrador	CPT — PI
Encontro com as Comunidades	Propriá — SE	O Liberal	Belém — PA
Família Cristiana	Itália	O Migrante	Past.do Migrante — RO
Folha de Londrina	Londrina — PR	O Momento	João Pessoa — PB
Folha de S. Paulo	S.Paulo — SP	O Norte	João Pessoa — PB
Folha do Norte	Manaus — AM	O Norte	Montes Claros — MG
Folha do Paraná	Curitiba — PR	O Paneiro	CPT Amazonas
Folha do Perambuco	Recife — PE	O Pequeno	MA
Folha Pastoral	Crateus — CE	O Plantador	CPT — GO
		O Popular	Goiânia — GO

O Porantim
O Pote
O Povo
O Rio Branco
O Roceiro
O São Paulo
O Trabalhador Rural
Pelejando
Poeira
Quinzena (CPV)
Revista da Arquidiocese
Sem Fronteiras

Brasília — DF
Araguaia Tocantins — TO
Fortaleza — CE
Rio Branco — AC
Crateus — CE
São Paulo — SP
(CONTAG) — DF
Belo Horizonte — MG
CPT — PR
São Paulo — SP
Goiânia — GO
São Paulo — SP

Sinais dos Tempos
Tempo e Presença
Tempos Novos
Tribuna da Bahia
Tribuna de Minas
Tribuna do Mucuri
Tupari (GTME)
Última Hora
Vai e Vem
Veja
Voz da Terra
Zero Hora

Imperatriz — MA
São Paulo — SP
São Luís — MA
Salvador — BA
Belo Horizonte — MG
Teófilo Otoni — MG
Porto Velho — RO
Rio de Janeiro — RJ
São Paulo
São Paulo — SP
CPT — RS †
Porto Alegre — RS

NOSSOS CRITÉRIOS DE TRABALHO

Os dados que ora apresentamos são obtidos de jornais de circulação nacional, boletins e publicações de entidades, de sindicatos e de Igrejas, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrências, além das notícias que os Regionais da CPT enviam ao Secretariado Nacional, em Goiânia. (Anexo 4)

Nosso objeto de documentação e análise são os conflitos e questões que tiveram alguma ocorrência durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum desdobramento durante o ano estudado. Explica-se, assim, por que o número de conflitos, famílias envolvidas, hectares conflitivos é tão flutuante. Exemplo: o conflito de determinada fazenda acaba, teoricamente, com o assentamento. Mas se, passados dois anos, os trabalhadores ocupam órgãos públicos, exigindo assistência do governo para a infra-estrutura do assentamento (estrada, escolas, sementes, alimentação, ajuda de custo etc.), percebemos que, na verdade, esse conflito não está encerrado e, mediante essas ocorrências, o conflito volta a figurar nas tabelas. Isso só é possível mediante ocorrências documentadas com fontes.

Outra ressalva precisa ser feita: o número de hectares e de famílias envolvidas em conflitos possessórios e trabalhistas (assim como o número de pessoas assassinadas ou torturadas, presas ou ameaçadas de morte) não traduz as dimensões reais da tragédia. Trabalhando com números e estatísticas, temos sempre a impressão de que estes diminuem e pasteurizam o drama das famílias camponesas.

Às vezes os números fornecidos pelos jornais não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT. Nesses casos, levamos em conta, em primeiro lugar, os números que são fornecidos pelos nossos Regionais, porque acreditamos no acompanhamento direto das CPTs junto aos trabalhadores rurais. E, persistindo as dúvidas, sempre divulgamos o menor número, em detrimento do maior. (Não cabe, portanto, qualquer acusação de sensacionalismo.) Isso porque não aceitamos participar da gincana macabra de divulgar o maior número de vítimas possível.

Nesse relatório tratamos de dois grandes ramos de conflitos: os de terra (ou possessórios) e os trabalhistas.

1. Por conflitos de terra entendemos:

- possessórios (posse, uso e propriedade da terra);
- de renda ou foro;
- de parceria;
- de meação;
- intrusão em áreas indígenas (posseiros x índios; fazendeiros x índios; mineradoras/madeireiras x índios);
- construção de barragens (alagamento das terras camponesas, não indenização justa, não reassentamento etc.);
- nas atividades extrativistas como em seringais e castanhais (seringueiros x fazendeiros/seringalistas; "empate" do desmatamento que põe em risco a atividade do seringueiro);
- de ribeirinhos (embora seja um fenômeno observado apenas no Amazonas);
- dívidas bancárias que ponham em risco a propriedade camponesa.

Nem sempre vamos encontrar conflitos "clássicos" de grandes proprietários contra posseiros. Também levamos em conta conflitos entre iguais, ou seja, de pequenos contra pequenos, às vezes até com mortes. A causa desses conflitos é também uma questão de terra, de ausência (ou urgência) de reforma agrária.

2. Conflitos trabalhistas são aqueles que dizem respeito à relação de trabalho patrão x empregado (por exemplo, que desrespeitam as normas estabelecidas pela CLT); ocorrência de trabalho escravo ("escravidão branca"); não-pagamento dos salários; regime de "barracão"; greves em usinas e plantações etc.

Os acidentes trabalhistas são acompanhados, na medida de sua divulgação, por entendermos que, pela sua repetição, deixam de ser meros acidentes para se tornar em uma prática criminosa que tem caracterizado a exploração da mão-de-obra rural, mesmo nas regiões do País onde o capitalismo é mais avançado. São exemplos: os acidentes com caminhões de bóias-frias, envenenamento por agrotóxicos, mutilações no trabalho com a juta, sisal e a cana, desmoroamento de garimpos, acidentes durante o desmatamento etc.

Além desses dois tipos principais, consideramos as questões sindicais que se referem às fraudes nas eleições, intervenção policial ou do Ministério do Trabalho, intromissão de políticos e fazendeiros em Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

As questões de seca — melhor seria denominá-las de "cerca" — dizem respeito sobretudo aos saques, ao não-pagamento nas frentes de emergência, ou às reivindicações dos trabalhadores nelas inscritos, ou ainda qualquer manifestação devido às conseqüências da seca.

As questões de garimpos, pela proporção que assumiram, têm funcionado como válvula de escape aos problemas de terra no Brasil. Nos últimos anos aumentou de forma espantosa o número de camponeses-garimpeiros e a situação a que estão submetidos torna-os iminente explosivos. No entanto, os dados publicados nos grandes jornais são inexatos e não revelam esta realidade. Nesta publicação, as questões sobre garimpo não são consideradas.

Os casos referentes à Política Agrícola são ainda poucos e se configuram em manifestações de trabalhadores por créditos, maiores prazos para dívidas ou anistia, bloqueio de estradas e agências bancárias e sempre que há confronto e tensão com a polícia e latifundiários. Tendo sempre o cuidado de discernir as manifestações organizadas por STR e trabalhadores, das patrocinadas pelas federações patronais com o envolvimento da UDR.

Ações contra trabalhadores que não tenham claramente a conotação de conflitos fundiários e trabalhistas, além das demais questões mencionadas (sindical, acidentes, seca, política agrícola), não são contabilizadas.

Em alguns casos, divulgamos vítimas não-identificadas, desde que com óbito confirmado, mas sem identidade (nome completo ou apelido de reconhecimento público) revelada.

Apesar das dificuldades em sistematizar dados tão esparsos e tratados pela imprensa nacional sem o rigor que merecem, todos os casos aqui relatados podem ser comprovados nas fontes.

Aproveitamos para solicitar às pessoas, sindicatos e entidades que dispuserem de mais dados, que nos comuniquem, a fim de que possamos tornar este registro o mais próximo possível da realidade, ou corrigir informações imprecisas.



© Gianni Carvalho/Imagens da Terra

CPT NO BRASIL

CPT — AC
Caixa Postal 522
Rio Branco — AC — 69900

CPT — AM
Caixa Postal 369
Manaus — AM — 69010

CPT — BA
Rua General Labatut, 78
Barris
Salvador — BA — 40115

CPT — CE
Caixa Postal 12123
Fortaleza — CE — 60020

CPT — ES
Rua Abílio Santos, 47
Caixa Postal 107
Vitória — ES — 29015

CPT — GO
Rua 20, 251 — Centro
Goiânia — GO — 74000

CPT — MA
Caixa Postal 351
São Luís do Maranhão — MA — 65400

CPT — MG
Rua Eurita, 516
Belo Horizonte — MG — 31010

CPT — MT
Caixa Postal 951
Cuiabá — MT — 78001

CPT — MS
Caixa Postal 2488
Campo Grande — MS — 79025

CPT — PA
Caixa Postal 1505
Belém — PA — 66000

CPT — PE
Rua Gervásio Pires, 435
Recife — PE — 50050

CPT — PI
Caixa Postal 458
Teresina — PI — 64040

CPT — PR
Rua Paula Gomes, 703/1º
Curitiba — PR — 80510

CPT — RJ
Rua Ipiranga, 100 — C. 03
Rio de Janeiro — RJ — 20000

CPT — RO
Rua Gonçalves Dias, 288
Porto Velho — RO — 78900

CPT — RS
Rua Paulino Chaves, 407
Porto Alegre — RS — 90630

CPT — SC
Rua Arno Hoeschel, 76
Florianópolis — SC -88010

CPT — TO
Caixa Postal 134
Gurupi — TO — 77400

O QUE É CPT ?

A CPT é um organismo de Igreja, ligado à CNBB, através da linha 0. Foi criada em Goiânia, em junho de 1975, por um grupo de Bispos, padres e leigos, com o objetivo central de "interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em função dos homens sem-terra e dos trabalhadores rurais".

É um serviço na defesa e reconstrução da vida, a partir da luta pela terra, é uma ajuda para sustentar a esperança do povo, que está sendo pisada; uma colaboração eclesial para as classes oprimidas se sentirem gente, se organizarem e procurarem uma saída para a situação de desespero e morte que pesa sobre elas, é um esforço que visa recolocar o homem, filho de Deus, no centro da história. É um apelo às Igrejas para que se ponham a serviço dos mais fracos, denunciando as injustiças e celebrando seus sofrimentos e suas vitórias.

A CPT se propõe a promover:

- o novo modo de ser Igreja, ecumênica e popular, incentivando a espiritualidade dos homens da terra;
- as práticas alternativas dos trabalhadores, contra a dominação econômica dos grandes projetos agrícolas, energéticos e a massificação cultural;
- as várias formas de organização dos trabalhadores para conquistar a terra, melhorar a produção ou o salário e participar ativamente nas decisões políticas;
- a informação e a formação de trabalhadores e agentes de pastoral, recuperando a memória histórica de suas lutas e capacitando-os para exercerem sua missão;
- o apoio aos trabalhadores rurais nas lutas pela terra e por uma Reforma Agrária ampla;
 - luta contra a impunidade de mandantes e assassinos das lideranças de lavradores;
 - solidariedade com os povos da América Latina e Caribe.

A CPT se organiza em 20 regionais que articulam as equipes locais de acompanhamento aos lavradores. A Diretoria Nacional é constituída por 5 representantes das grandes regiões e mais o Presidente e Vice Presidente eleitos em Assembléia que são respectivamente: D. Augusto Alves da Rocha (Bispo de Picos — PI) e D. Tomás Balduino (Bispo de Goiás — GO). O secretariado executivo funciona em Goiânia com a missão de documentar as lutas dos lavradores, e assessorar os regionais em seu trabalho pastoral, procurando dar unidade a sua atuação. Para informar e formar lavradores e agentes da Pastoral, o secretariado nacional produz a cada dois meses o Boletim da CPT e a Sinopse (Eclesial, Econômica e Política). Sobre temas específicos vem publicando "Cadernos da CPT".

Para mais informações procure a CPT de seu Estado ou escreva para:

CPT - Cx.P. 749 - 74.000 Goiânia-GO.

Fone: (062) 223-40-39

224-44-36

Telex: (062) 2605-PTTC-BR